Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA:33270067000103

ANO LXIX - Edição nº 17.457

Edição Nacional

www.diariocomercial.com.br

QUARTA-FEIRA, 25 DE SETEMBRO DE 2024

ONU



Ricardo Stuckert - PR

O PRESIDENTE LULA DISSE QUE O PLANETA ESTÁ "FARTO" DE ACORDOS CLIMÁTICOS QUE NÃO SÃO CUMPRIDOS e de metas de redução das emissões de carbono que são "negligenciadas". As declarações foram dadas durante a abertura do Debate Geral da 79ª Assembleia Geral da ONU, em NY. "O planeta já não espera para cobrar da próxima geração e está farto de acordos climáticos que não são cumpridos, está cansado de metas de redução de carbono negligenciadas, do auxílio financeiro aos países pobres que nunca chega". O presidente disse que o uso da força sem amparo no direito internacional está se tornando "regra" no mundo e criticou o investimento em armamentos de guerra, recursos que poderiam ser voltados para combater a fome. **PÁGINA 5**

"A humanidade não pode hesitar diante dos horrores de 7 de outubro"

Biden pede por acordo de cessar-fogo em Gaza

O presidente dos EUA alertou sobre o perigo de uma "guerra em grande escala" no Líbano, mas disse que, embora a situação tenha se agravado, ainda é possível uma solução diplomática

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, se disse otimista na resolução dos atuais conflitos mundiais mas também pediu o fim imediato da guerra em Gaza e mais apoio para que a Ucrânia vença a guerra contra a Rússia. Em um discurso de pouco mais de meia hora na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), ele citou exemplos de conflitos do passado, como a guerra do Vietnã, para exemplificar que os conflitos podem ser resolvidos. Em tom de despedida e retrospectiva, o presidente norte-americano disse que está prestes a deixar a vida pública e pediu esperança para resolver os desafios atuais, especialmente conflitos como em Gaza e na Ucrânia. O presidente dos EUA ainda alertou sobre o perigo de uma "guerra em grande escala" no Líbano. "Embora a situação tenha se agravado, ainda é possível uma solução diplomática", acrescentou, reforçando o seu tom esperançoso do discurso."A humanidade não pode hesitar diante dos horrores de 7 de outubro", disse Biden em seu discurso, em referência ao ataque do Hamas em um festival de música em Israel, o marco do início da guerra entre o grupo terrorista e o país. Ele ressaltou o "inferno" que viveram as pessoas presentes e os parentes das vítimas no ataque, assim como aquele em que estão vivendo civis inocentes em Gaza. "Eles nunca pediram por essa guerra que o Hamas começou". **PÁGINA 6**

DESAFIOS



Guterres diz que cenário global é insustentável

O secretário-geral António Guterres apresentou uma avaliação rigorosa dos desafios globais atuais, enfatizando a necessidade urgente de cooperação global para lidar com o aumento da impunidade, o aprofundamento das desigualdades e a escalada das incertezas. Para ele, o estado do mundo é "insustentável", mas os desafios são solucionáveis. **PÁGINA 6**

INVESTIMENTO

Danone faz oferta para adquirir Lifeway Foods

A Danone fez uma oferta de US$ 283,4 milhões para adquirir as ações da Lifeway Foods que ainda não tem. A aquisição seria totalmente financiada com reservas existentes. **PÁGINA 3**

INTERNET

Governo amplia crédito para pequeno provedor

PÁGINA 4

INFLAÇÃO



O COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA (COPOM) REPETIU, NA ATA A SUA MAIS RECENTE DECISÃO, que os próximos ajustes na Selic e a magnitude total do ciclo de aumento dos juros serão determinados pelo seu "firme compromisso de convergência da inflação à meta. Na semana passada, o colegiado aumentou a taxa Selic em 0,25 ponto porcentual, de 10,5% para 10,75% ao ano. **PÁGINA 2**

POLÍTICA FISCAL

Copom prevê desinflação, mas com IPCA acima da meta

PÁGINA 2

IBOVESPA 132.155,77 ↑ 1,22%

Mais Negociados

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
B3 ON NM	11,25	+0,45%	+0,05
PDG REALT ON NM	0,08	−33,33%	−0,04
BRADESCO PN N1	14,35	−0,14%	−0,02
VALE ON NM	60,34	+4,88%	+2,81
HAPVIDA ON NM	4,25	+0,47%	+0,02

Maiores Altas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
AMBIPAR ON NM	92,97	+16,21%	+12,97
METALFRIO ON NM	174,99	+15,13%	+22,99
CBA ON NM	5,380	+14,71%	+0,690
TC ON NM	4,800	+12,15%	+0,520
AMPLA ENERG ON	18,99	+11,71%	+1,99

Maiores Baixas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
PDG REALT ON NM	0,08	−33,33%	−0,04
EMAE PN EJ	41,83	−8,65%	−3,96
KARSTEN ON	18,50	−7,50%	−1,50
ANIMA ON NM	2,45	−7,20%	−0,19
EQUATORIAL MARANHA	22,51	−6,25%	−1,50

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	42.208,22	+0,20%
S&P 500	5.732,93	+0,25%
NASDAQ	18.074,52	+0,56%
DAX 30	18.996,63	+0,80%
FTSE 100	8.282,76	+0,28%
IBEX 35	11.837,00	+0,33%

	COMPRA	VENDA	VARIAÇÃO
DÓLAR COMERCIAL	5,462	5,463	↓ -1,03%
PESO	0,006	0,006	↓ -1,37%
EURO	6,105	6,105	↓ -0,74%
LIBRA	7,325	7,329	↓ -0,86%

OURO

BM&FBovespa/Grama	Comex NY/Onça
R$ 469,94	2.657,16

CONVERGÊNCIA

Copom admite que ajustes futuros na Selic serão ditados pela inflação

A autoridade monetária espera que a inflação feche 2024 em 4,30%, com um aumento de 4,20% para os preços administrados e de 4,40% para os livres, e desacelere para 3,70% no ano que vem

O Comitê de Política Monetária (Copom) repetiu, na ata a sua mais recente decisão, que os próximos ajustes na Selic e a magnitude total do ciclo de aumento dos juros serão determinados pelo seu "firme compromisso de convergência da inflação à meta", assim como já constava no comunicado da última quarta-feira, 18. O documento foi divulgado na terça-feira, 24, pelo Banco Central e detalha o que levou a cúpula da instituição a realizar o primeiro aumento da taxa no terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva.

"O cenário, marcado por resiliência na atividade, pressões no mercado de trabalho, hiato do produto positivo, elevação das projeções de inflação e expectativas desancoradas, demanda uma política monetária mais contracionista", diz a ata do Copom, repetindo o mesmo texto usado no comunicado.

Na semana passada, o colegiado aumentou a taxa Selic em 0,25 ponto porcentual, de 10,5% para 10,75% ao ano. Na segunda, o relatório Focus mostrou que o mercado voltou a aumentar as projeções para o aperto monetário, passando a estimar elevação da taxa Selic até 11,75% ao ano em janeiro de 2025, com altas de 0,25 a 0,5 ponto porcentual nas três próximas reuniões. Mesmo assim, as expectativas de inflação também voltaram a aumentar.

Na ata, o Comitê repetiu que os próximos ajustes na taxa Selic dependerão, também, "da evolução da dinâmica da inflação, em especial dos componentes mais sensíveis à atividade econômica e à política monetária, das projeções de inflação, das expectativas de inflação, do hiato do produto e do balanço de riscos".

O BC também trouxe novamente as mesmas projeções de inflação que já constavam no comunicado. A estimativa para o IPCA acumulado em quatro trimestres no primeiro trimestre de 2026 - o horizonte relevante da política monetária - é de 3,50% no cenário de referência, com a trajetória de juros extraída do Focus (até 13 de setembro) e dólar partindo de R$ 5,60 e evoluindo conforme a Paridade do Poder de Compra (PPC). Essa estimativa considera uma alta de 3,90% para os preços administrados e de 3,40% para os livres.

A autoridade monetária espera que o IPCA feche 2024 em 4,30%, com alta de 4,20% para os preços administrados e de 4,40% para os livres, e desacelere a 3,70% no ano que vem, considerando uma taxa de 4,0% para os preços administrados e de 3,60% para os livres. O BC repetiu a tabela inaugurada no comunicado recente.

As projeções do BC para a inflação de todos os anos estão abaixo das medianas do mercado, que indicam inflação de 4,37% em 2024, 3,97% em 2025 e 3,88% nos 12 meses encerrados em março de 2026, conforme o relatório Focus.

O Copom reforçou que o ambiente externo permanece desafiador, em função do momento de inflexão do ciclo econômico nos Estados Unidos, o que "suscita maiores dúvidas sobre os ritmos da desaceleração, da desinflação e, consequentemente, sobre a postura do Fed".

O colegiado enfatizou que os bancos centrais das principais economias permanecem determinados em promover a convergência das taxas de inflação para suas metas em um ambiente marcado por pressões nos mercados de trabalho. "O Comitê avalia que o cenário externo, também marcado por menor sincronia nos ciclos de política monetária entre os países, segue exigindo cautela por parte de países emergentes", alertou.

Em relação ao cenário doméstico, a cúpula do Banco Central citou que o conjunto dos indicadores de atividade econômica e do mercado de trabalho tem apresentado dinamismo maior do que o esperado, o que levou a uma reavaliação do hiato para o campo positivo.

A ata ressaltou também que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) cheio assim como medidas de inflação subjacente se situaram acima da meta para a inflação nas divulgações mais recentes. O documento lembrou que as expectativas de inflação para 2024 e 2025 apuradas pela pesquisa Focus encontram-se em torno de 4,4% e 4,0%, respectivamente.

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, ressaltou na terça-feira, 24, que a economia dos Estados Unidos está desacelerando, mas não tanto quanto o mercado esperava. Não há nada nos preços, segundo ele, que aponte a uma recessão no país.

"Os dados mostram desaceleração, mas não mostram desaceleração muito forte", disse o banqueiro central durante palestra em conferência do Safra. Ele citou algumas surpresas de indicadores recentes da atividade na maior economia do mundo, que perderam menos ritmo do que as projeções antecipavam.

Segundo Campos Neto, os Estados Unidos são a única economia desenvolvida com crescimento forte e ganhos de produtividade, com destaque para os serviços, atividade que, pontuou, segue crescendo acima da linha de tendência. Isso mostra uma "fortaleza muito forte" da economia americana, assinalou o presidente do BC, ressaltando também em sua fala que a bolsa segue muito forte nos Estados Unidos.

Apesar disso, ele ponderou que o comunicado do Federal Reserve não diz que o orçamento do ciclo de relaxamento monetário será de cortes de 0,50 ponto porcentual dos juros nos Estados Unidos.

DESAFIOS

Fabio Rodrigues-Pozzebom - Agência Brasil

Campos Neto: "o mercado de crédito se mostrou mais forte do que o inicialmente esperado, mas quando a gente olha a baixa renda na ponta, tem uma piora"

BC prevê desinflação, mas com o IPCA acima da meta

O Comitê de Política Monetária (Copom) reconheceu textualmente que, embora espere uma trajetória de desinflação, as suas projeções continuam indicando que o IPCA permanecerá acima da meta, de 3%, ao longo de todo o horizonte relevante. A afirmação consta na ata da última reunião, divulgada na terça-feira, 24, pelo Banco Central.

O colegiado espera que o IPCA atinja 3,5% no acumulado de 12 meses até março de 2026, considerando a trajetória de juros embutida no Focus (até 13 de setembro) e uma taxa de câmbio que parte de R$ 5,60 e evolui conforme a Paridade do Poder de Compra (PPC), o chamado "cenário de referência."

Sobre o cenário externo, os membros do Copom avaliaram que ele continua desafiador, embora tenha se tornado mais benigno desde a reunião anterior, de julho. Reforçaram que a incerteza sobre a economia americana permanece, mas que o cenário-base ainda é de "desaceleração gradual e ordenada" da economia dos Estados Unidos.

A discussão sobre o cenário externo também contemplou a desaceleração da China e as variações dos preços de commodities, segundo a ata. "Além disso, o processo desinflacionário tem prosseguido em vários países, mas permanecem desafios que não devem ser subestimados para o retorno das inflações às metas. Nesse aspecto, notou-se que, após um choque inflacionário global, que levou a uma resposta correlacionada dos bancos centrais, as dimensões peculiares de cada economia têm tido maior protagonismo, levando a uma menor correlação dos ciclos de política monetária entre os países", afirma.

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, ao comentar sobre a política fiscal do Brasil, destacou que, mais do que os números em si apresentados pelo governo, é preciso se atentar para "a transparência e qualidade" desses dados.

"Acho que na ponta surgiu esse tema, esse questionamento em relação não só ao número fiscal, mas à transparência, à qualidade desses dados", disse o banqueiro central, reforçando que esse é um tema "importante de se acompanhar". Para ele, é preciso também observar essa situação em um horizonte um pouco mais longo, para além do que ele chamou de "ruídos de curto prazo".

Campos Neto, frisou, porém, que "é difícil" para o Banco Central fazer comentários sobre a política fiscal e que cabe à autoridade monetária utilizar modelos para entender sobre essa área e calibrar a sua função de reação.

O banqueiro central ainda frisou que parece ter havido "um exagero" por parte do mercado financeiro ao precificar os riscos fiscais, mas que não cabe ao BC julgar os preços de mercado, e sim entendê-los. "Nós entendemos que, olhando os preços de mercado parecem um exagero em relação ao que foi feito pelo governo, na área fiscal, mas estamos acompanhando porque é importante para a nossa reação".

Ao responder um questionamento do mediador do evento, Campos Neto ainda disse que o BC trabalha com um cenário em que haverá redução dos gastos do governo federal na comparação com o que foi gasto no ano passado. "O quanto vai diminuir o gasto a gente não arrisca a colocar, mas a gente entende que vai ter uma desaceleração nos gastos, isso já está nas nossas projeções", explicou.

O presidente do Banco Central citou que há percepção de alguma piora "na ponta" no mercado de crédito do País, especialmente entre a população de renda mais baixa. Em um âmbito mais amplo, porém, a avaliação do presidente do BC é que o mercado de crédito se mostrou mais forte do que o inicialmente esperado neste ano.

"Quando a gente olha a baixa renda na ponta, tem um pouquinho de piora", disse Campos Neto, que, em seguida, traçou uma possível correlação entre esse cenário e o mercado das "bets", as apostas esportivas online, no País. "É um tema muito relevante e que tem sido falado sobre o comprometimento da renda das famílias nesses sites de apostas", disse Campos Neto, citando que já há estudos indicando, por exemplo, que uma parcela considerável de pessoas beneficiárias do Bolsa Família coloca dinheiro nas bets.

Assim, o crescimento dessas casas de apostas é uma questão que preocupa o Banco Central, de acordo com Campos Neto, que, no entanto, reforçou que o trabalho no BC nesta questão deve se limitar a ajudar o governo e o Congresso com dados.

"Uma coisa que tem gerado preocupação na ponta é que o crescimento é muito grande. A gente consegue mapear o que foi feito de Pix para esses sites de apostas e o crescimento de janeiro até hoje é muito grande", detalhou Campos Neto, que cita ainda que o chamado "tíquete médio" dessas transações já subiu mais de 200%.

"Já começamos a ter a percepção de um efeito disso bets sobre a inadimplência na ponta", disse o banqueiro central. "O crédito segue muito bem e saudável, mas tem esses pontos de atenção", reforçou.

Diário Comercial
Propriedade da Editora *Diário Comercial* Ltda.
FILIADO À: ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna Luz

DIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo • vipalermo@diariocomercial.com.br
DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Junior • comercial@diariocomercial.com.br – **SP - José Castelo** • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara
IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL

Rio de Janeiro
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906

São Paulo
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000

Brasília
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (21) 33806038

Belo Horizonte
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232

REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 | Ed. Led Office - Águas Claras CEP: 71950-770
Telefone: (61) 999858648 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

RECEBÍVEIS

Aneel aprova regras para garantia se Eletrobras ficar inadimplente

A quota extraordinária deverá ser acionada para garantir o pagamento integral, mas a responsabilidade pela dívida não é solidária entre as distribuidoras e, cada uma responderá por sua parcela


Divulgação
Feitosa disse que o processo de antecipação para o próximo mês da Usina Termelétrica Termopernambuco levou à paralisação ou aditamento da regulamentação

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou na terça-feira, 24, a regulamentação de um mecanismo de garantia caso a Eletrobras entre em inadimplência com recebíveis securitizados para pagar as Contas de Escassez Hídrica e Covid. Na hipótese, quotas extraordinárias serão bancadas pelas distribuidoras, com reflexo na tarifa do consumidor.

Durante a privatização da Eletrobras, em 2022, a empresa se comprometeu a fazer aportes anuais na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) no intervalo de 25 anos. Em operação no mês de agosto, o governo protocolou a antecipação de R$ 7,8 bilhões do montante devido, especificamente para pagar a Conta Covid e a Conta Escassez Hídrica - empréstimos pagos pelo consumidor na tarifa de energia.

Na operação financeira, cinco bancos - Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, BTG Pactual e Banco Santander - anteciparam esses valores ao governo e, em contrapartida, assumiram o direito de recebimento dos recursos no futuro. Em portaria, o governo definiu a necessidade de a Aneel estabelecer "quotas extraordinárias" em casos de eventual inadimplência da Eletrobras. Ou seja, uma garantia para a operação com os bancos.

"Entende-se que as quotas extraordinárias devem ser fixadas até a quitação integral da eventual inadimplência da Eletrobras", cita a Aneel. "Essa é a mecânica que se adotaria para a arrecadação dos recursos no caso de inadimplência para a quitação ordinária das contas", acrescenta.

O órgão regulador abriu consulta pública sobre o tema em 4 de setembro, com duração de 10 dias. Houve reuniões da Aneel com o sindicato dos bancos e contribuições da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Cemig, Grupo CPFL, Grupo Equatorial, Conselhos de Consumidores, dentre outros.

"Diante de eventual inadimplência, a quota extraordinária deverá ser acionada para garantir o pagamento integral aos credores. Entretanto, a responsabilidade pela dívida não é solidária entre as distribuidoras. Cada distribuidora responderá apenas pela sua parcela da dívida", afirma a Aneel.

Representantes dos bancos e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) entendem que as quotas extraordinárias deveriam cobrir os custos, especificamente, com a inexistência e/ou redução dos recebíveis. A Aneel definiu que essa possibilidade deverá constar em dispositivo do Submódulo 5.2 do Procedimento de Regulação Tarifária (Proret). Essa atualização será via resolução normativa.

O governo também discute outras formas de antecipação dos recebíveis da Eletrobras, ainda não detalhadas.

A Aneel aprovou também a operação antecipada para o próximo mês da Usina Termelétrica (UTE) Termopernambuco, inicialmente contratada para iniciar o suprimento apenas em julho de 2026. A solicitação foi feita pelo Ministério de Minas e Energia (MME), com a finalidade de garantir segurança energética no período histórico de seca e redução nos níveis dos reservatórios.

Foi aprovada a minuta do termo aditivo, para a antecipação de início de suprimento. O contrato é do Leilão de Reserva de Capacidade (LRCAP) de 2021. A Neoenergia é controladora da Termopernambuco S.A. No voto, foi informado que a previsão da operação comercial é para o próximo dia 14 de outubro.

Em julho de 2024, segundo informou o MME em nota, houve notificação para que todos os "agentes termelétricos instalados no Brasil" ficassem preparados para eventual despacho termelétrico "mais intenso" no segundo semestre de 2024.

A chamada Energia Natural Afluente (ENA) - gerada a partir da vazão natural de um determinado rio para movimentar as turbinas de usinas hidrelétricas - deve ficar até o fim do mês de setembro abaixo da média histórica para todos os subsistemas. Esse foi o prognóstico do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) no início do mês.

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Feitosa, disse na terça-feira, 24, que o processo de antecipação para o próximo mês da Usina Termelétrica (UTE) Termopernambuco levou à paralisação ou aditamento da regulamentação de outros temas.

"A área técnica, assobradada por outras demandas, parou e se dedicou a estruturar a proposta", disse Sandoval. "O relator (diretor Fernando Mosna) teve também necessidade de paralisar ou postergar outras atividades igualmente importantes para atender um pedido do MME e do ONS e, em sentido amplo, um pedido do sistema elétrico do Brasil", disse, ao falar do processo.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, tem cobrado a Aneel sobre a regulamentação de diferentes processos encaminhados pelo governo.

A Agência demanda a nomeação de um novo diretor no colegiado de cinco nomes. Atualmente estão em atividade quatro diretores, incluindo o diretor-geral.

PARCERIAS

Danone faz oferta de US$ 283 milhões para adquirir ações da Lifeway Foods



Divulgação
Fábrica da Danone: a empresa alertou que os termos da proposta de aquisição podem mudar, pois não há garantia de que um acordo será fechado

A Danone fez uma oferta de US$ 283,4 milhões para adquirir as ações da Lifeway Foods que ainda não tem. A aquisição seria totalmente financiada com reservas existentes, de acordo com um documento apresentado à Securities and Exchange Commission (SEC, a CVM norte-americana).

A empresa já tem cerca de 3,45 milhões de ações da Lifeway, o que representa aproximadamente 23% dos 14,8 milhões de ações em circulação da fabricante de alimentos com sede em Illinois, nos Estados Unidos.

A Danone fez uma oferta para comprar todas as ações da Lifeway que ainda não possui por US$ 25/ação. A companhia declarou que pretende iniciar discussões com a Lifeway sobre a proposta de aquisição.

A empresa francesa alertou que os termos da proposta de aquisição podem mudar, pois não há garantia de que um acordo será fechado e ainda não há nenhuma obrigação legalmente vinculante entre as empresas.

A Danone anunciou também a ambição de duplicar o número de parcerias assinadas através do seu programa Partner for Growth (P4G) durante os próximos dois anos.

Um ano após o lançamento do programa, a Danone assinou 19 novas parcerias estratégicas e oito planos conjuntos de desenvolvimento de negócios (JBDP), superando sua meta de dez parcerias e cinco JBDPs. Essas parcerias abrangem ingredientes, embalagens, manufatura, agricultura, e fornecedores indiretos.

O programa P4G é um elemento-chave da estratégia Renew Danone, promovendo a colaboração com parceiros em todo o mundo para fornecer produtos líderes de mercado. O programa está focado em quatro pilares estratégicos interligados: ciência e tecnologia; criação de capacidade de precisão; custo, competitividade e sustentabilidade.

A empresa trabalha em estreita colaboração com seus parceiros para co-inovar, aproveitando tecnologias de ponta. Os insights do consumidor para desbloquear oportunidades de crescimento que beneficiem toda a cadeia de valor e melhorar a experiência do consumidor.

A Danone também adotou novas tecnologias através do programa, para incentivar a eficiência, fortalecer a agilidade e melhorar a competitividade de custos. Em linha com o seu compromisso de colocar a ciência e a tecnologia no centro da investigação e inovação, a Danone também estabeleceu relacionamentos com empresas para liberar a ciência e a tecnologia para fornecer novos recursos ou funcionalidades de produtos.

Estes incluem Gráfico Embalagem (embalagem à base de papel), IFF (biociência de alimentos e bebidas) e Novonesis (nutrição BioSoluções). Através das suas parcerias, a Danone está a fazer progressos significativos na sua iniciativa de sustentabilidade, a Jornada de Impacto Danone.

Em colaboração com a empresa multinacional de serviços públicos ENGIE, a Danone está acelerando a redução de carbono em suas fábricas (escopo 1 e escopo 2).

A empresa também está explorando novas tecnologias de economia de energia e água com parceiros como o global fabricante de equipamentos industriais SPX FLOW. Além disso, a Danone está lançando soluções impactantes, como agricultura sustentável e práticas de redução de carbono, melhorando ao mesmo tempo a resiliência agrícola.

CORTES

IBGE informa gastos anuais de R$ 15 milhões com aluguel

Os recursos poupados com a locação serão investidos em melhorias de prédios próprios, especificamente na Sede do órgão

Divulgação PT


Marcio Pochmann justificou a necessidade de redução de gastos com locação de imóveis privados, num contexto de restrição

Quanto às queixas de deslocamento de servidores para o trabalho presencial em outros bairros da capital fluminense, o presidente do IBGE, Marcio Pochmann, justificou na terça-feira, 24, em nota a necessidade de redução de gastos com locação de imóveis privados, num contexto de restrição orçamentária. Segundo ele, o IBGE possuía gastos anuais de mais de R$ 15 milhões com a locação de um prédio na Avenida Chile, na região central do Rio de Janeiro, que vinha com "andares inteiros vazios ou subutilizados", por abrigar servidores que "se encontram em grande parte em trabalho remoto integral".

"Diante desse cenário, o IBGE iniciou ações na Sede do RJ de procura por prédios com capacidade de atender ao total de servidores lotados atualmente no Prédio da Av. Chile. Em contato com Secretaria do Patrimônio da União (SPU), por meio de convênio assinado, buscou prédios e instalações públicas que pudessem atender ao objetivo de reduzir custos exorbitantes do IBGE com o aluguel de prédios privados, consumindo parte importante de recursos já escassos", explicou.

Os recursos poupados com a locação seriam investidos em melhorias de prédios próprios, especificamente a Sede, na rua Franklin Roosevelt, e o prédio que abriga o Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI) na rua General Canabarro, na zona norte do Rio, "que se encontram em condições precárias devido ao abandono estrutural em anos recentes".

A migração de trabalhadores para a unidade do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Horto Florestal, na zona sul da capital fluminense, seria ocupada provisoriamente, durante as obras dos prédios do instituto.

"Acrescenta-se que tais ações de contenção de gastos estão sendo replicadas em todo território nacional, pois há unidades estaduais em sedes alugadas e caras, e agências em prédios sem condições básicas de infraestrutura", comunicou.

Quanto ao retorno ao trabalho híbrido, a direção lembrou a necessidade de recepção dos novos servidores, aprovados no Concurso Público Nacional Unificado (CNU), "que terão regime 100% presencial, o que exige a coordenação e gerências também em regime presencial".

"Com o fim da pandemia, a definição pelo retorno ao trabalho presencial pelo menos dois dias da semana está em linha com as melhores práticas de quase a totalidade dos institutos nacionais de estatística do planeta, e é necessária para a recepção aos quase mil novos servidores e servidoras que adentrarão ao IBGE pelo maior concurso público de sua história", defendeu a gestão de Pochmann, em nova nota na crise interna provocada pelo descontentamento de servidores com a atual gestão.

A atual gestão informa que o IBGE tem mais de 90% de seu orçamento atual comprometido com o pagamento da folha salarial e benefícios. O órgão teria menos de 5% do orçamento para gastar diretamente com pesquisas. Nesse contexto de orçamento "insuficiente" para despesas discricionárias, o instituto buscou a criação da Fundação IBGE+, argumentou Pochmann.

"Neste sentido, buscou-se, como alternativa, o reconhecimento do IBGE como Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT), obtido recentemente junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia. Reconhecimento ratificado em parecer da Procuradoria do IBGE e, em seguida, pela Procuradoria Geral Federal, e, como ICT, o Instituto tem a obrigação legal de estabelecer um Núcleo de Inovação Tecnológica e uma Política de Inovação, operacionalizada por uma fundação de apoio", justificou.

Segundo o comunicado, a Fundação IBGE+ obteve aprovação de todos os órgãos de controle necessários e será fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A Procuradoria Federal ligada ao IBGE foi a responsável por buscar a criação de uma fundação pública de direito privado subordinada ao instituto, "para que o IBGE possa receber recursos adicionais para pesquisa e inovação tecnológica que não fiquem sujeitos às restrições obrigatórias do orçamento federal".

"A Fundação IBGE+ permitirá o recebimento de recursos para atender a pesquisas ou projetos desenvolvidos com ministérios, bancos públicos e autarquias, antes impossível devido a dependência de 'orçamento', e poderá ser operacionalizada por meio dessa fundação de apoio.

UNIVERSALIZAÇÃO

Governo amplia o crédito para pequenos provedores

O Ministério das Comunicações lançou na terça-feira (24) o Programa Acessa Crédito Telecom para expandir as redes de banda larga fixa, para impulsionar a transformação digital em todo o país, sobretudo em municípios com menos de 30 mil habitantes.

O programa federal viabilizará a pequenos provedores regionais de serviço de internet os recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), gerido pelo Ministério das Comunicações, para financiar os projetos de conectividade.

A previsão é que a ampliação da cobertura da conectividade digital nessas cidades beneficie cerca de 2,5 milhões de pessoas.

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, disse que serão priorizadas as localidades com comunidades quilombolas, tradicionais e de povos indígenas, de forma a garantir que todos os brasileiros tenham acesso a serviços de telecomunicações.

"O ministério está comprometido em promover o acesso equitativo à internet e aos serviços de comunicação em todo o país, reduzindo as discrepâncias regionais e proporcionando oportunidades iguais a todos os brasileiros", ressaltou Juscelino Filho.

Para estimular a expansão, o uso e a melhoria da qualidade das redes de banda larga em todo o país, o Ministério das Comunicações firmou uma parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com apoio da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE).

A partir da cooperação, o BID aprovou o empréstimo de US$ 100 milhões (R$ 550 milhões, na cotação do dia) para que os novos agentes financeiros tenham garantia para acessar recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

O especialista em telecomunicações do BID Luis Guillermo Alarcón lembrou que os pequenos provedores respondem por mais de 90% do mercado de internet nos municípios com menos de 30 mil habitantes, com papel de destaque na universalização dos serviços.

Luis Guillermo ressaltou que o Programa de Acessa Crédito Telecom é um passo importante para garantir que o financiamento chegue em condições favoráveis aos pequenos empreendedores. "Estamos facilitando a criação desse mecanismo de financiamento para o setor o que será fundamental para fechar a lacuna digital nas cidades menores".

De acordo com o presidente da Anatel, Carlos Baigorri, a nova fonte de financiamento para o setor de telecomunicações, em especial os provedores de internet, "está associada ao mercado com muito potencial de crescimento, com o ambiente regulatório estável e previsível e, também, com uma política pública clara em seus objetivos de levar a conectividade significativa e universal para todos os brasileiros e brasileiras."

Neste ano, o Conselho Gestor do Fust autorizou que novos agentes financeiros operem os recursos do fundo. Até então, somente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tinha autorização para operar o fundo.

O ministro Juscelino Filho lembrou que as pequenas e médias empresas de provedores de internet sempre relataram dificuldades de acessar os recursos do fundo pelo BNDES, porque não atendiam às garantias, mas que agora, o BID dará essa garantia.

O Fust tem como finalidade financiar iniciativas de universalização de serviços de voz e conectividade, por meio da expansão e melhoria da qualidade das redes e dos serviços de telecomunicações.

O fundo recebe contribuições das empresas de telecomunicações, cujas principais receitas são a contribuição de 1% sobre a receita operacional bruta decorrente de prestação de serviços de telecomunicações nos regimes público e privado e as transferências de recursos provenientes do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel).

PLANEJAMENTO FAMILIAR

O QUE É O TESTAMENTO VITAL E QUANDO É UTILIZADO?

por
Fernanda Valadares



Especialista em inventário extrajudicial, pós-graduada em Direito Privado e pós-graduada em Planejamento Patrimonial e Sucessório pela FGV/SP. Advogada de empresa pública e sócia do escritório Valadares e Fueta Advogados

O TESTAMENTO VITAL, também conhecido como Diretivas Antecipadas de Vontade (DAV), é um documento que expressa os desejos de uma pessoa sobre tratamentos médicos e cuidados de saúde, especialmente em casos de doenças terminais ou incapacitantes. Esse documento permite que a pessoa decida, de antemão, sobre quais procedimentos médicos quer ser submetida ou quais deseja se recusar, caso, no futuro, não esteja mais em condições de manifestar sua própria vontade.

EMBORA A MORTE SEJA um tema tabu e desconfortável para a maioria das famílias, a existência do testamento vital tem sido mais difundida e é uma maneira de preservar a autonomia e dignidade do paciente nos momentos finais da vida. Ele permite que a própria pessoa decida sobre o prolongamento artificial da vida ou o uso de tratamentos invasivos que podem aumentar o sofrimento sem garantir qualidade de vida.

O TESTAMENTO VITAL será utilizado principalmente em situações em que o paciente encontra-se incapaz de tomar decisões por conta própria. Isso ocorre geralmente em casos de doenças terminais ou estados de inconsciência prolongada, onde a pessoa não tem mais condições de expressar suas vontades diretamente. A principal função desse documento é evitar que o paciente seja submetido a tratamentos médicos indesejados, garantindo que suas preferências sobre como deseja ser tratado sejam respeitadas.

EM RECENTE DECISÃO da jurisprudência ficou esclarecido que o testamento vital não requer intervenção judicial para sua elaboração, já que basta a manifestação de vontade de forma administrativa. Ou seja, ele pode ser redigido de forma particular, seja de próprio punho ou digitalmente, e depois assinado pelo paciente. Alternativamente, o documento pode ser formalizado em cartório, caso o paciente queira garantir maior segurança jurídica. E nesse caso, a consulta a um advogado é recomendada para assegurar que o testamento vital seja redigido de acordo com a vontade do paciente e conforme a legislação vigente, além de garantir sua eficácia e clareza.

NO BRASIL, APESAR DE NÃO haver uma legislação específica sobre o testamento vital, ele é embasado em princípios constitucionais, como o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e o Princípio da Autonomia Privada. Isso reforça a validade do documento em assegurar que o paciente não seja submetido a tratamentos cruéis ou desumanos quando assim não o desejar.

A RESOLUÇÃO Nº 1.995/2012 do Conselho Federal de Medicina (CFM) também trata do tema, reconhecendo a validade das Diretivas Antecipadas de Vontade (DAV) e instruindo os médicos a seguirem as orientações do paciente, quando registradas. Caso o paciente comunique suas diretivas ao médico, este deve registrá-las no prontuário, garantindo que sejam observadas no momento em que o paciente não puder mais se expressar.

EMBORA O TESTAMENTO vital possa ser elaborado sem a necessidade de recorrer ao sistema judiciário, é de extrema importância que a pessoa consulte um advogado para redigir o documento ou verificar se ele atende a todas as exigências legais. O advogado pode garantir que o testamento vital seja claro e preciso, evitando ambiguidades que possam dificultar sua aplicação.

ALÉM DISSO, O ADVOGADO pode auxiliar no arquivamento do documento em cartório, assegurando que ele esteja acessível quando for necessário. Esse procedimento não apenas confere maior segurança jurídica ao testamento vital, mas também facilita o acesso de familiares e médicos às vontades expressas pelo paciente, diminuindo a possibilidade de conflitos familiares nos momentos finais.

NESSE ÚLTIMO CASO, o testamento vital quando registrado em cartório, fica arquivado, permitindo que o paciente ou seus familiares obtenham uma segunda via do documento a qualquer momento. Isso garante que, mesmo após a perda do original, as vontades do paciente possam ser cumpridas conforme expressas.

EM SITUAÇÕES HOSPITALARES, o paciente pode comunicar suas diretivas diretamente ao médico, que, como mencionado anteriormente, deverá registrá-las no prontuário. Dessa forma, o testamento vital é acessível tanto em ambiente domiciliar quanto em instituições hospitalares.

POR FIM, O PRINCIPAL benefício do testamento vital é assegurar que a dignidade do paciente seja preservada em momentos críticos, quando ele não pode mais expressar suas vontades. Além de proporcionar tranquilidade ao paciente, o documento também pode aliviar o sofrimento da família, pois oferece orientações claras sobre os desejos da pessoa, evitando dilemas e discussões familiares sobre a melhor forma de proceder.

O TESTAMENTO VITAL TAMBÉM é utilizado para que o paciente possa exercer o direito à ortotanásia, ou seja, o direito de optar por uma morte digna, sem o prolongamento artificial da vida através de tratamentos que ele julgue desnecessários. Esse é um direito amparado pelos princípios da dignidade da pessoa humana e da autonomia privada.

DESTA FORMA, CONCLUI-SE que o testamento vital é uma ferramenta importante para garantir que as vontades de uma pessoa em relação a tratamentos médicos sejam respeitadas, mesmo quando ela não pode mais expressá-las diretamente. O documento oferece ao paciente a autonomia de decidir sobre seu próprio corpo e tratamento, resguardando sua dignidade e aliviando possíveis conflitos familiares em momentos difíceis.

EMBORA NÃO HAJA necessidade de intervenção judicial para sua elaboração, a consulta a um advogado é essencial para garantir a validade e eficácia do documento. Seja registrado em cartório ou redigido de forma particular, o testamento vital deve ser acessível aos profissionais de saúde e à família, garantindo que as decisões sejam tomadas conforme os desejos expressos pelo paciente.

NEGLIGÊNCIA

Lula diz que planeta está farto de acordos climáticos não cumpridos

O presidente afirmou que o planeta já não espera para cobrar da próxima geração e está cansado de metas de redução de carbono negligenciadas e do auxílio aos países pobres que nunca chegou

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse na terça-feira, 24, que o planeta está "farto" de acordos climáticos que não são cumpridos e de metas de redução das emissões de carbono que são "negligenciadas". As declarações foram dadas durante a abertura do Debate Geral da 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em Nova York.

Pela tradição, todos os anos o presidente brasileiro é a primeira autoridade estrangeira a discursar no evento. Lula criticou o negacionismo do aquecimento global e ressaltou que 2024 caminha para ser o ano mais quente da história moderna.

"Em tempos de polarização, expressões como desglobalização se tornaram corriqueiras. Mas é impossível desplanetizar nossa vida em comum. Estamos condenados à interdependências da mudança climática", declarou o líder brasileiro.

"O planeta já não espera para cobrar da próxima geração e está farto de acordos climáticos que não são cumpridos, está cansado de metas de redução de carbono negligenciadas, do auxílio financeiro aos países pobres que nunca chega", emendou Lula, na ONU.

O presidente citou furacões no Caribe, tufões na Ásia, secas e inundações na África e chuvas torrenciais na Europa para exemplificar como as mudanças climáticas têm afetado o mundo inteiro. "O negacionismo sucumbe ante as evidências do aquecimento global", afirmou.

O presidente disse que o uso da força sem amparo no direito internacional está se tornando "regra" no mundo e criticou o investimento em armamentos de guerra, recursos que em sua visão poderiam ser voltados para combater a fome e a mudança do clima. O brasileiro cobrou que a ONU adote "meios necessários" para enfrentar as mudanças internacionais.

"Andamos em círculos entre compromissos possíveis que levam a resultados insuficientes. Nem mesmo com a tragédia da covid-19 fomos capazes de nos unir em torno de um tratado sobre pandemia na Organização Mundial da Saúde (OMS). Precisamos ir muito além e dotar a ONU dos meios necessários para enfrentar as mudanças vertiginosas do panorama internacional", disse.

Lula afirmou que o mundo vive "momentos de crescentes angústias", citando a escalada de conflitos bélicos e consequente aumento de gastos na área. "O ano de 2023 ostenta o triste recorde do maior número de conflitos desde a Segunda Guerra Mundial. Os gastos militares globais cresceram pelo nono ano consecutivo e atingiram US$ 2,4 trilhões", comentou.

Em sua visão, tais recursos poderiam ter sido utilizados para combater a fome e enfrentar a mudança do clima. "O que se vê é o aumento das capacidades bélicas, o uso da força sem amparo no direito internacional está se tornando regra", comentou.

Lula citou alguns conflitos que têm potencial de se tornarem generalizados. "Na Ucrânia, é com pesar que vemos a guerra se estender sem perspectiva de paz", disse. Segundo ele, está "claro" que nem Ucrânia nem Rússia conseguirão atingir seus objetivos pela via militar.

"Criar condições para retomada do diálogo direto entre as partes é crucial neste momento", acrescentou, pedindo a abertura de um processo de diálogo e o fim das "hostilidades".

O presidente brasileiro também citou os conflitos na Faixa de Gaza e na Cisjordânia e a expansão "perigosa" dos combates ao Líbano. "O que começou com uma ação terrorista de fanáticos contra civis israelenses inocentes tornou-se uma punição coletiva de todo o povo palestino."

O presidente cobrou que os países invistam em economia menos dependente de combustíveis fósseis. Ao enaltecer a matriz energética brasileira, Lula disse ser preciso enfrentar o debate sobre o "ritmo lento" da descarbonização no planeta.

"Estamos no Brasil na vanguarda em outros nichos importantes, como o da produção do hidrogênio verde. É hora de enfrentar o debate sobre o ritmo lento da descarbonização do planeta e trabalhar por uma economia menos dependente de combustíveis fósseis", disse.

De acordo com o petista, o País desponta como um "celeiro de oportunidades" num mundo revolucionado pela transição energética. "Somos um dos países com a matriz energética mais limpa", disse. "Fizemos a opção pelos biocombustíveis há 50 anos, muito antes que a discussão sobre energias alternativas ganhasse tração."

O presidente disse que a América Latina (AL) vive, desde 2014, uma segunda década perdida. Em sua visão, disputas muitas vezes alheias à região trazem fragilidade à cooperação e ao entendimento entre os países latino-americanos.

"Na América Latina, vive-se, desde 2014, uma segunda década perdida. O crescimento médio da região nesse período foi de apenas 0,9%, metade do verificado na década perdida de 1980", disse.

"Essa combinação de baixo crescimento e altos níveis de desigualdade resulta em efeitos nefastos sobre a paisagem política. Tragada por disputas, muitas vezes alheias à região, nossa vocação de cooperação e entendimento se fragiliza", comentou.

No discurso, o chefe do Executivo brasileiro aproveitou para pedir o fim da sanção a Cuba. "É injustificado manter Cuba em uma lista unilateral de Estados que supostamente promovem o terrorismo e impor medidas coercitivas unilaterais, que penalizam indevidamente as populações mais vulneráveis", disse Lula.

O presidente disse que as Nações Unidas estão esvaziadas e precisam ser reformadas antes que uma tragédia, como a Segunda Guerra Mundial, se repita. Ele também criticou o fato de a organização nunca ter tido uma mulher como secretária-geral.

"Estamos chegando ao final do primeiro quarto do século XXI com as Nações Unidas cada vez mais esvaziadas e paralisadas. É hora de reagir com vigor a essa situação, restituindo à organização as prerrogativas que decorrem da sua condição de foro universal. Não bastam ajustes pontuais. Precisamos contemplar uma ampla revisão da Carta", disse o petista.

Ele defendeu transformar o Conselho Econômico e Social no principal espaço para discussões sobre desenvolvimento sustentável; reforçar o papel da Assembleia Geral, inclusive em debates sobre paz e segurança internacional; fortalecer a Comissão de Consolidação da Paz; e reformar o Conselho de Segurança - colegiado em Estados Unidos, China, Rússia, Reino Unido e França têm poder de, individualmente, vetar os principais movimentos da comunidade internacional.

"A exclusão da América Latina e da África de assentos permanentes no Conselho de Segurança é um eco inaceitável de práticas de dominação do passado colonial", disse Lula. A reforma do Conselho de Segurança é um pleito antigo do Brasil. Lula também criticou a falta de equilíbrio de gênero na governança global. "O cargo de secretário-geral jamais foi ocupado por uma mulher", disse.

O petista declarou que não tem ilusões sobre o quão complexa seria uma reforma dessa monta na Organização das Nações Unidas. "Exigirá enorme esforço de negociação. Mas essa é a nossa responsabilidade. Não podemos esperar por outra tragédia mundial, como a Segunda Grande Guerra, para só então construir sobre os seus escombros uma nova governança global", disse Lula

ONU - Loey Felipe



Lula: "em tempos de polarização, expressões como desglobalização se tornaram corriqueiras. Mas é impossível desplanetizar nossa vida em comum. Estamos condenados à interdependências"

SERVIÇOS AMBIENTAIS

Haddad: países europeus contribuirão em fundo para preservar as florestas

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que os países europeus demonstraram interesse em contribuir com o Brasil no Tropical Forest Finance Facility (TFFF). Trata-se de um fundo bilionário para a preservação de florestas, lançado pelo governo brasileiro na COP 28, realizada em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. "Estamos esperando aportes soberanos de países. Para cada US$ 1,00 público, a ideia é captar US$ 4,00 do setor privado e aí nos financiaríamos investimentos de transição e a diferença de taxas de juros você remunera os países por serviços ambientais", disse Haddad, a jornalistas, em Nova York.

De acordo com o ministro, o Brasil está fechando a proposta do TFFF, mas o pontapé para os investimentos privados vem do aporte soberano. "Se Alemanha, França, Inglaterra, Brasil, a Califórnia, que, como estado tem interesse nesse tipo de projeto, e outros países, China, se conseguirmos o funding público, a chance de captação privada aumenta muito", avaliou. "E com o diferencial de taxas de juros conseguimos remunerar os países com a floresta em pé", acrescentou.

Haddad disse esperar que a proposta para a criação do TFFF seja validada até o fim do ano que vem pelos parceiros. O Brasil conta com apoio do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

"Como é voluntária, a partir do momento que alguns países começarem a aportar, outros se animam. Nós tivemos a sinalização de que alguns países europeus estão dispostos a somar com o Brasil", afirmou o ministro da Fazenda, sem citá-los.

De acordo com Haddad, a iniciativa é importante para o Brasil, mas também para países endividados, que seriam remunerados por serviços ambientais. "Isso poderá aliviar um pouco a carga do peso da dívida desses países", disse.

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, disse que a Amazônia está queimando e que, os incêndios continuarem, não haverá ponto de retorno para a humanidade.

Para Petro, não se deve defender ideologias, mas sim a vida como um todo. O presidente da Colômbia disse que o poder de um país não é mais definido por ideologia, mas pela capacidade de destruição da vida. E é essa capacidade de destruição que faz com que alguns países sejam ouvidos.

Petro voltou a pedir o fim do genocídio na Faixa de Gaza, reforçando uma postura do governo colombiano que se estende desde o início do ano.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu na terça-feira, 24, a atuação de seu governo nos incêndios que se alastraram pelo País. Durante a abertura do Debate Geral da 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em Nova York, o petista disse que o Palácio do Planalto "não terceiriza responsabilidades", mas reconheceu que é preciso fazer mais para combater as queimadas.

O discurso de Lula foi permeado pela defesa de ações contra a mudança climática. O presidente brasileiro afirmou que seu governo também luta contra quem "lucra com a degradação ambiental" e criticou o garimpo ilegal e o crime organizado.

"No Sul do Brasil, tivemos a maior enchente desde 1941, a Amazônia está atravessando a pior estiagem em 45 anos, incêndios florestais se alastraram pelo País e já devoraram 5 milhões de hectares apenas no mês de agosto", declarou Lula.

"O meu governo não terceiriza responsabilidades e nem abdica da sua soberania. Já fizemos muito, mas sabemos que é preciso fazer muito mais", emendou o petista.

Lula disse que o Brasil reduziu o desmatamento na Amazônia em 50% no último ano e prometeu erradicá-lo até 2030. O presidente defendeu que não é admissível pensar em soluções para as florestas tropicais sem ouvir os povos indígenas e outras comunidades tradicionais.

"Nossa visão de desenvolvimento sustentável está alicerçada na bioeconomia. O Brasil sediará a COP 30 em 2025 convicto de que o multilateralismo é o único caminho para superar a mudança climática. Nossa Contribuição Nacionalmente Determinada (a NDC) será apresentada ainda este ano, em linha com o objetivo de limitar o aumento da temperatura do planeta a um grau e meio", disse Lula.

Diário Comercial
Quarta-feira, 25 de setembro de 2024

GAZA

Presidente dos EUA pede por acordo de cessar-fogo

Biden ressaltou o inferno que viveram as pessoas presentes e os parentes das vítimas do ataque, assim como aqueles que estão vivendo, como civis inocentes em Gaza

Em seu último discurso na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, se disse otimista na resolução dos atuais conflitos mundiais mas também pediu o fim imediato da guerra em Gaza e mais apoio para que a Ucrânia vença a guerra contra a Rússia.

Em um discurso de pouco mais de meia hora, ele citou exemplos de conflitos do passado, como a guerra do Vietnã, para exemplificar que os conflitos podem ser resolvidos.

Em tom de despedida e retrospectiva, o presidente norte-americano disse que está prestes a deixar a vida pública e pediu esperança para resolver os desafios atuais, especialmente conflitos como em Gaza e na Ucrânia.

Biden falou das guerras em curso na Ucrânia e em Gaza, as incertezas relacionadas aos impactos da inteligência artificial, as ameaças das armas nucleares e a urgência das mudanças climáticas. "Eu realmente acredito que estamos em outro ponto de inflexão na nossa história", disse o presidente. "As escolhas que fazemos hoje determinarão nosso futuro pelas próximas décadas."

Biden manteve um tom esperançoso em seu discurso, ressaltando que, como ele já viu muito da história, não reage com desespero. "Nós somos mais fortes do que pensamos", disse.

Esse foi o último discurso de Biden na Assembleia como presidente dos EUA. Antes dele, discursaram António Guterres, secretário-geral da ONU, o camaronês Philémon Yange, presidente da Assembleia Geral, e Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil.

Ao final do seu discurso, Biden falou sobre a sua decisão de não seguir com a sua candidatura a presidente dos EUA neste ano. "Há muito mais que quero realizar. Mas, por mais que eu ame o trabalho, amo mais o meu país (...). Lembrem-se: algumas coisas são mais importantes do que permanecer no poder." A fala foi recebida com diversos aplausos.

Biden destacou que é hora de "finalizar os termos" para um cessar-fogo que acabe com o conflito, em referência ao acordo mediado por EUA, Catar e Egito. O plano inclui "trazer os reféns para casa", garantindo a segurança de Israel e Gaza "das garras do Hamas". Ele também apontou para uma solução de dois Estados que assegure a segurança em ambos os lados, e condenou a violência dos colonos israelenses contra civis palestinos na Cisjordânia.

O presidente dos EUA ainda alertou sobre o perigo de uma "guerra em grande escala" no Líbano. "Embora a situação tenha se agravado, ainda é possível uma solução diplomática", acrescentou, reforçando o seu tom esperançoso do discurso.

"A humanidade não pode hesitar diante dos horrores de 7 de outubro", disse Biden em seu discurso, em referência ao ataque do Hamas em um festival de música em Israel, o marco do início da guerra entre o grupo terrorista e o país. Ele ressaltou o "inferno" que viveram as pessoas presentes e os parentes das vítimas no ataque, assim como aquele em que estão vivendo civis inocentes em Gaza. "Eles nunca pediram por essa guerra que o Hamas começou", disse.

Ao falar da guerra russa na Ucrânia, Biden afirma que "a guerra de Putin já falhou em seu objetivo principal. Ele ressaltou que os países mantenham seu apoio até que a Ucrânia alcance uma "paz justa e duradoura".

"Putin pretendia destruir a Ucrânia, mas a Ucrânia continua livre. Ele pretendia enfraquecer a Otan, mas a Otan está maior, mais forte e mais unida do que nunca", afirmou Biden

Em sua despedida como presidente dos EUA, Biden aproveitou a oportunidade para também fazer uma síntese da sua gestão. Ele ressaltou que era o seu objetivo retirar o país da "guerra eterna" com o Afeganistão. "Eu estava determinado a acabar com ela, e eu acabei," disse Biden sobre a saída dos EUA do país. Ele ainda lamentou as vidas perdidas e agradeceu pelo serviço de militares que lutaram pelos EUA.

Em tom otimista, ele ressalta que os conflitos podem acabar e resultar em cooperações, como é o caso hoje dos EUA e o Vietnã, atualmente "parceiros e amigos", nas palavras do presidente americano.

Ele ainda destacou os avanços dos EUA em relação à violência contra crianças e mulheres e no combate ao terrorismo, citando especificamente a Al Qaeda e Osama Bin Laden. "Nós (ele e o então presidente Obama) encerramos uma guerra que começou no 11 de setembro", disse.

Biden anunciou que os EUA vão investir US$ 500 milhões de dólares para contribuir no combate ao crescente surto de Mpox, a varíola dos macacos, na África, além de doar 1 milhão de doses de vacinas para prevenir o vírus. Ele chamou outros países a seguirem seu exemplo.

No Sudão, onde uma catástrofe humanitária foi criada por uma brutal guerra civil, Biden disse que "o mundo precisa parar de armar os generais", sem citar nações específicas.

Ele ressaltou que é preciso dizer a esses líderes que "parem de destruir seu país. Deixem de bloquear a ajuda ao povo sudanês. Ponham fim a esta guerra agora", afirmou.

O presidente também alertou sobre os impactos incertos dos avanços do desenvolvimento da inteligência artificial. Ele citou o perigo em relação à desinformação, ao respeito pela vida humana e à potencial exploração por poderes totalitários.

"Devemos garantir que as incríveis capacidades da I.A. sejam usadas para elevar e capacitar as pessoas comuns, e não para dar aos ditadores grilhões mais poderosos sobre o espírito humano," afirmou aos líderes mundiais.

O presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, afirmou na terça-feira, 24, que a violência em Gaza continua porque Israel conta com um apoio forte de um grupo de países.

Ele questionou o que estaria sendo feito para terminar com o genocídio em Gaza e disse que o local se tornou o "maior cemitério para mulheres e crianças com os ataques de Israel".

Sobre a guerra entre Rússia e Ucrânia, Erdogan mencionou que "o espaço para a diplomacia na guerra da Ucrânia está diminuindo".

Erdogan disse também que a Turquia mantém o compromisso de aprofundar as relações com os países do Brics. Ele também pontuou que a Turquia planeja fortalecer os laços com a Ásia.

Durante a fala, Erdogan mencionou avanços da tecnologia, como a inteligência artificial, e que todas as nações deveriam se beneficiar das ferramentas. Porém, ele fez uma ressalva sobre o uso delas em guerras. "Ciberataques mostram quão mortais as tecnologias podem ser", disse.

Reuters



Biden manteve um tom esperançoso em seu discurso, ressaltando que, como ele já viu muito da história, não reage com desespero: "nós somos mais fortes"

DIVISÕES GEOPOLÍTICAS

Guterres adverte sobre a impunidade, chamando cenário global de insustentável

Na abertura do debate geral da 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas, o secretário-geral António Guterres apresentou uma avaliação rigorosa dos desafios globais atuais, enfatizando a necessidade urgente de cooperação global para lidar com o aumento da impunidade, o aprofundamento das desigualdades e a escalada das incertezas.

Na terça-feira, Guterres descreveu o atual cenário como um "turbilhão", caracterizado por divisões geopolíticas, conflitos contínuos e as ameaças iminentes das mudanças climáticas e da agitação tecnológica. Para ele, o estado do mundo é "insustentável", mas os desafios são solucionáveis.

Para o secretário-geral, "o nível de impunidade no mundo é politicamente indefensável e moralmente intolerável". Ele condenou as violações flagrantes da lei internacional e dos direitos humanos que têm se tornado cada vez mais comuns.

O chefe da ONU enfatizou que "as violações e os abusos ameaçam a própria base do direito internacional e da Carta das Nações Unidas", apontando que países violam acordos e "se sentem no direito de escapar sem consequências".

Ele disse que é mais importante do que nunca "reafirmar a Carta, respeitar o direito internacional, apoiar e implementar as decisões dos tribunais internacionais e reforçar os direitos humanos".

Guterres lembra que a guerra na Ucrânia continua a se intensificar, alerta para a situação no Oriente Médio, com a escalada no Líbano e o aumento de vítimas entre os civis e trabalhadores humanitários, citando os mais de 200 funcionários da Agência da ONU para Refugiados Palestinos que foram mortos desde 7 de outubro.

Ao abordar a questão da desigualdade, ele destacou que a diferença de riqueza aumentou significativamente desde a pandemia, com os indivíduos mais ricos acumulando fortunas sem precedentes enquanto os mais pobres do mundo sofrem.

Ele pediu reformas sistêmicas nas instituições financeiras globais para apoiar os países em desenvolvimento e enfatizou a necessidade de igualdade de gênero, destacando o impacto desproporcional da discriminação sobre mulheres e meninas.

Segundo o secretário-geral, apenas 10% dos líderes que vão discursar nos próximos dias são mulheres.

Guterres alertou que a mudança climática sem controle representa uma ameaça existencial, reforçando que as nações devem adotar planos de ação climática ambiciosos que se alinhem ao Acordo de Paris, limitando o aumento da temperatura global em 1,5ºC.

Ele enfatizou que a transição para a energia renovável deve ser justa e inclusiva, afirmando que os países desenvolvidos devem liderar o caminho do financiamento e do apoio às nações em desenvolvimento.

O secretário-geral também abordou os rápidos avanços da inteligência artificial, alertando que, sem uma estrutura global colaborativa, a tecnologia poderia exacerbar as divisões e desigualdades existentes.

No encerramento, Guterres expressou esperança em um futuro mais sustentável, incentivando as nações a trabalharem juntas para criar um mundo com menos impunidade, mais justiça e mais oportunidades para todos.

"As pessoas do mundo estão olhando para nós", concluiu, pedindo aos líderes que ajam de forma decisiva para o bem comum.

Reforçando o olhar para as soluções, o presidente da 79ª sessão da Assembleia Geral, Philemon Yang, ele apontou que os participantes "não são mero espectadores das crises ou impotentes para agir".

Ele fez um chamado pela ação dos líderes presentes, "pessoas com a autoridade e a responsabilidade de moldar o curso de nosso futuro compartilhado", apontando que os eventos da semana são críticos para questões como resistência antimicrobiana, subida do nível do mar e eliminação de armas nucleares.

Em meio à escalada no Oriente Médio, Yang também fez um apelo por cessar-fogo em Gaza, soltura dos reféns e cumprimento da lei internacional para assegurar a dignidade de palestinos e israelenses.

ATAQUES

Israel diz que não invadirá o Líbano por terra

O embaixador de Israel na ONU afirmou que o país não pretende invadir o Líbano com tropas terrestres, mas fará o que for necessário para conter os ataques da milícia xiita Hezbollah, radicada no território libanês. Os dois lados trocam ataques na fronteira entre os dois países há quase um ano, mas o conflito se agravou nos últimos dias com as explosões de dispositivos eletrônicos ligados à milícia e ataques aéreos que mataram mais de 550 pessoas no Líbano.

O enviado, Danny Danon, foi questionado durante uma coletiva de imprensa na sede da ONU, em Nova York, na terça-feira, 24, sobre a possibilidade da invasão por terra. "Israel não está ansioso para iniciar nenhuma invasão terrestre, em lugar nenhum", declarou.

"Preferimos uma solução diplomática. Mas se não estiver funcionando, estaremos usando outros métodos para mostrar ao outro lado que estamos falando sério", acrescentou.

Desde a semana passada, Israel afirma ter entrado numa nova fase da guerra no Oriente Médio, com aumento das ofensivas aéreas e de inteligência contra alvos do Hezbollah. Os dois lados mantiveram ofensivas durante quase um ano, mas em baixa intensidade. O conflito começou depois de Israel declarar guerra contra o grupo terrorista Hamas, em retaliação ao ataque de 7 de outubro.

O Hezbollah, um aliado no Hamas, envolveu-se na guerra em apoio ao grupo e passou a lançar mísseis na fronteira Israel-Líbano. Milhares de israelenses que moram na região precisaram sair de suas casas. As forças de Israel retaliaram a milícia durante todo o período com ataques dentro do Líbano, mas se concentrava na Faixa de Gaza, onde mais de 40 mil pessoas morreram, entre civis e combatentes do Hamas.

Segundo o governo israelense, a nova fase da guerra tem o objetivo de recuar o Hezbollah para garantir a segurança dos israelenses que precisaram sair de suas casas no norte por questões de segurança. "Faremos o que for necessário para trazer os moradores de volta ao norte", declarou Danon.

A aposta de Israel é uma incerteza. Apesar dos ataques aéreos israelenses no Líbano que causaram o dia mais mortífero do Líbano desde a guerra civil do país, que terminou em 1990, o Hezbollah disse que não vai recuar das ofensivas até um cessar-fogo na Faixa de Gaza. Apesar da diminuição das operações no território palestino, novos ataques continuam acontecendo.

Na terça, Israel realizou novos ataques aéreos no campo de refugiados de Nuseirat, no centro da Faixa de Gaza. Vários palestinos ficaram feridos, incluindo crianças. Com as ofensivas no Líbano ganhando a atenção nos últimos dias, o temor dos palestinos é que a situação no enclave seja esquecida.

Críticos do governo de Binyamin Netanyahu afirmam que os novos ataques no Líbano postergam a guerra para garantir a sobrevivência política do premiê israelense, criticado internamente pelos erros de segurança que permitiram o ataque terrorista de 7 de outubro. Bibi, como o premiê é chamado, também é criticado por israelenses por falhar no resgate aos reféns israelenses que estão nas mãos dos Hamas há quase um ano

O primeiro-ministro israelense está com viagem prevista para discursar na Assembleia-Geral da ONU na sexta-feira, 27. Danon confirmou na terça que a viagem está mantida, mas pontuou que o plano pode mudar. "As coisas são dinâmicas", declarou.

AFASTAMENTO

Marqueteiro reconhece que sofreu violência pelas costas

Duda relatou que, após o soco, se desequilibrou, sendo socorrido pelo assessor de uma das candidatas, que impediu a sua queda

Reprodução



Duda descreveu a agressão como um ato de "extrema violência, perpetrado de forma ardilosa pelo assessor do influenciador

O marqueteiro do prefeito Ricardo Nunes (MDB), Duda Lima, em depoimento à polícia detalhou os acontecimentos que antecederam o soco desferido contra ele pelo assessor de Pablo Marçal, Nahuel Gomez Medina, ao final do debate desta segunda-feira, 23. Duda descreveu a agressão como um ato de "extrema violência, pelas costas, perpetrado de forma ardilosa e planejada" pelo assessor do influenciador.

Segundo Duda, após a expulsão de Marçal do debate, os assessores dos candidatos à Prefeitura se aglomeraram no estúdio, causando tumulto. Em determinado momento, Nahuel começou a filmar o local e aproximou o seu celular do rosto de Duda, que afirmou ter afastado o aparelho para se "desvencilhar" da situação.

Passados alguns minutos, Duda conta que estava em uma roda de conversa com outros assessores quando foi surpreendido pelas costas com um "golpe de soco violento" em seu rosto. Em virtude da agressão, o marqueteiro relata que se desequilibrou, sendo socorrido pelo assessor de uma das candidatas, que impediu a queda.

"Com o impacto, seus óculos quebraram e o chão ficou inteiramente ensanguentado. Da agressão, restou com lesões no olho e face, sensação de vertigem e desequilíbrio", diz o depoimento de Duda Lima.

O marqueteiro relatou que precisou levar seis pontos no corte, foi medicado e passou por exames no hospital Albert Einstein, incluindo uma tomografia. Durante o atendimento médico, foi aconselhado a buscar acompanhamento especializado, devido à possibilidade de sua visão ter sido afetada.

Duda Lima afirmou que o ato foi de "extrema violência, pelas costas, perpetrado por Nahuel Medina de forma ardilosa e planejada", pois houve um "hiato de tempo bastante grande" entre o afastamento do celular e a agressão. Ele também declarou que se sente "temeroso quanto à sua integridade física" e solicitou medidas protetivas para que o agressor mantenha distância.

Assessor político da campanha de Marina Helena, Fernando Ivo Antunes estava ao lado de Duda Lima no momento da agressão e confirmou a versão do marqueteiro em depoimento à polícia. Segundo Antunes, após a expulsão de Marçal, Nahuel Medina começou a filmar o tumulto no estúdio e colocou o seu celular "bem próximo" ao rosto de Duda, que então "afastou o aparelho".

Assim como o marqueteiro de Ricardo Nunes, Antunes afirma que houve um hiato de tempo entre o afastamento do celular e a agressão do aliado de Marçal. O soco, diz Antunes, ocorreu "sem que tenha havido qualquer provocação" de Duda, que foi agredido "pelas costas, de forma violenta".

Duda Lima solicitou medidas protetivas contra Medina, incluindo a proibição de que o produtor se aproxime do marqueteiro, com uma distância mínima de 300 metros. Os pedidos agora serão encaminhados ao Juizado Especial Criminal, onde o juiz decidirá sobre a aplicação das medidas.

Em interrogatório, Medina apresentou outra versão, alegando que foi empurrado por Duda Lima antes mesmo do início do debate, durante uma discussão entre Nunes e Marçal no hall de entrada do estúdio. Os dois candidatos trocaram acusações ao se encontrarem na entrada do estúdio, momentos antes do início do evento.

Medina afirmou que, ao final do debate, quando Marçal foi expulso do evento, teve início uma discussão entre os assessores de Nunes e do ex-coach. Nesse momento, Medina relatou que ficou ao lado de Duda Lima, e que este começou a xingar e ofender Marçal. Em seguida, Medina diz que começou a filmar a situação com seu celular, quando Duda Lima, segundo suas palavras, "avançou com força em sua direção, enfiou as mãos sob sua camisa e arrancou o celular de suas mãos." Na sequência, Medina afirma que agiu instintivamente para se defender, desferindo um soco no marqueteiro.

O coordenador da campanha de Ricardo Nunes (MDB), o deputado federal emedebista Baleia Rossi, repudiou a agressão que ocorreu no debate promovido pelo Flow News. "A provocação e o achincalhe são métodos para desvirtuar a discussão dos problemas reais", afirmou.

"O que ocorreu ontem (segunda-feira, 23) é mais um episódio lamentável da degradação do processo democrático" disse Rossi em comunicado enviado à imprensa. "É algo que nós temos falado há anos e até somos criticados por defender a moderação e o diálogo Ricardo Nunes não vai ceder", continuou.

DISPUTA

Candidatos confirmam sua presença em debates em SP

As campanhas dos principais candidatos à Prefeitura de São Paulo confirmaram presença no debate da Record no próximo sábado, 28, mesmo após um último encontro marcado pela expulsão de Pablo Marçal (PRTB) e a agressão ao marqueteiro de Ricardo Nunes (MDB), Duda Lima.

Já garantiram presença no debate os candidatos Ricardo Nunes, Guilherme Boulos (PSOL), Tabata Amaral (PSB), José Luiz Datena (PSDB) e Marina Helena (Novo). Marçal não respondeu se participará da dinâmica até a publicação deste texto.

Além disso, as campanhas de Nunes e Boulos também confirmaram que pretendem comparecer a outro debate, que será realizado na segunda-feira, 30, promovido pela Folha de S.Paulo e pelo portal UOL. Neste caso, apenas os três candidatos mais bem colocados foram chamados. Como não é um debate no rádio e na televisão, não é necessário o cumprimento da regra que exige a presença de todos os candidatos cujos partidos tenham representação mínima no Congresso Nacional.

A agressão ao marqueteiro de Nunes foi amplamente repudiada pelas campanhas adversárias, que, embora não cogitem solicitar a expulsão de Marçal do próximo debate, têm instigado as emissoras a refletirem sobre a participação do ex-coach.

A deputada federal Tabata Amaral disse, por meio de nota, que irá a todos os encontros e debaterá "com quem quer que seja". Tabata, porém, atribuiu às emissoras e veículos de comunicação que organizam os eventos a responsabilidade de avaliar a participação de Marçal para os três debates restantes. Além da Record e de Folha/UOL, também haverá um encontro na Globo, no dia 3 de outubro, a última quinta-feira antes das eleições.

"No entanto, chamo a atenção para a responsabilidade das emissoras e veículos de imprensa: é necessário avaliar os motivos que levam a convidar um candidato que não debate propostas para a cidade, participa com a intenção de tumultuar e cujos requisitos legais não tornam a sua participação obrigatória. A confusão que ele causa é um método que só o favorece e que impede a população de ver uma discussão sobre os problemas reais da cidade", disse a candidata do PSB.

Aliados da candidata também avaliam que o episódio de ontem aumentará ainda mais a rejeição a Marçal. Diferentemente do caso de Datena, em que houve a percepção de um atenuante devido à provocação do ex-coach, a agressão de ontem foi vista como "gratuita" e "covarde".

Em caráter reservado, aliados de Nunes dizem que a decisão de cancelar o convite a Pablo Marçal nos debates deveria partir dos órgãos de imprensa, e não das campanhas.

Na terça-feira, 24, em entrevista à imprensa após sabatina na Associação Comercial de São Paulo, o prefeito de São Paulo cobrou maior segurança nos debates e disse que as urnas darão o "troco" em Marçal. Para Nunes, o soco do assessor de Marçal em Duda Lima foi "premeditado".

"Uma pessoa como essa não tem a menor condição de estar nesse processo e não veio para discutir proposta", afirmou o prefeito. "Ele tem esse tipo de artifício para fazer recortes e colocar na internet. O que poderia ser feito? Sinceramente, é isso que a população está fazendo. A cada atitude dele como essa aumenta a rejeição. Acho que o troco é na urna, para mostrar que a cidade de São Paulo é uma cidade civilizada", afirmou o prefeito, acrescentando que "quem quer fazer um debate precisa assumir a responsabilidade de ter um ambiente com segurança".

Nunes disse ainda que considera boa a participação de Marçal no debate porque "as pessoas estão vendo que ele não conhece a cidade, não tem proposta e só fala coisas lunáticas".

Nahuel Medina, o agressor de Duda Lima, deixou a delegacia por volta das 4h50 desta terça-feira e, na saída, afirmou ter agido em legítima defesa. Ele cita um momento, anterior à agressão, em que Duda Lima tentou tomar o celular de sua mão. "Foi com toda a força em mim. Enfiou a mão dentro da minha camisa. Jogou pra baixo. Dá pra ver, meu peito está todo vermelho. Jogou para baixo o celular. E aí, naquele momento, eu só me defendi. Instintivamente, foi aquilo que aconteceu", disse ele.

QUAEST

Empate triplo continua pela prefeitura de SP

Há menos de duas semanas para as eleições municipais, a nova pesquisa Quaest divulgada na terça-feira, 24, mostra o prefeito Ricardo Nunes (MDB) com 25%, o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL) com 23%, e o influenciador Pablo Marçal (PRTB) com 20%. A margem de erro do levantamento é de três pontos porcentuais. Com isso, os três estão tecnicamente empatados.

No mesmo cenário estimulado sobre as intenções de voto do paulistano para a Prefeitura de São Paulo, em que o nome dos candidatos foi apresentado para os entrevistados, a deputada federal Tabata Amaral (PSB) aparece com 8%, o apresentador de TV José Luiz Datena (PSDB) tem 6% e a economista Marina Helena (Novo) alcança 2% das menções. Os demais candidatos não pontuaram. São 9% os que votam branco ou nulo e 7% estão indecisos.

A pesquisa Quaest entrevistou 1.200 eleitores de 16 anos ou mais em São Paulo (SP) entre os dias 21 e 23 de setembro. O nível de confiança é de 95% e o levantamento foi registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com o código SP-06330/2024.

Na pesquisa anterior do instituto, divulgada semana passada, dia 18, Nunes tinha 24% das intenções de voto, enquanto Boulos vinha numericamente na sequência, com 23%, e Marçal, com 20% das menções.

Em comparação com a última pesquisa, Nunes oscilou positivamente um ponto, assim como Tabata. Já Datena caiu quatro pontos. Boulos e Marçal mantiveram seus índices.

O candidato à Prefeitura de São Paulo Guilherme Boulos (PSOL) venceria o ex-coach Pablo Marçal (PRTB) num eventual segundo turno. Boulos venceria por 41% a 36% no confronto direto contra Marçal, configurando empate técnico. O resultado aponta uma oscilação para baixo do candidato do PSOL em relação a semana anterior, quando os números eram 42% a 36%. A margem de erro é de três pontos para mais ou para menos.

O levantamento foi contratado pela TV Globo e registrado na Justiça Eleitoral sob o código SP-06330/2024. Foram ouvidos 1.200 eleitores entre sábado, 21, e segunda-feira, 23.

O PSDB comunicou a seus filiados na segunda-feira que recusou, por unanimidade, o pedido de expulsão do apresentador de TV José Luiz Datena, candidato à Prefeitura de São Paulo, do partido. Após o episódio da cadeirada em Pablo Marçal (PRTB) durante o debate da TV Cultura, em 15 de setembro, 41 filiados solicitaram ao partido a expulsão do jornalista.

Segundo os signatários do documento, a agressão configurava uma infração às normas da sigla. "Somente com uma ação firme e clara contra esse tipo de comportamento poderemos preservar o legado de responsabilidade social, bom senso e equilíbrio que o PSDB sempre defendeu", diz um trecho da petição.

A recusa do pedido pela Executiva municipal da legenda é de quinta-feira, 19, e foi oficializada na segunda. Segundo Guilherme Ruiz Neto, advogado do PSDB paulista, "se firmou o entendimento de que Datena agiu em legítima defesa para repelir a injusta agressão perpetrada por Pablo Marçal".

Durante o programa da TV Cultura, o candidato do PRTB provocou Datena com insinuações de que o tucano cometeu abuso sexual.

INVESTIGAÇÃO

Governo pode pedir cassação da Starlink

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho (foto), disse na terça-feira (24) que a volta temporária do uso da rede social X no Brasil, em 18 de setembro, está sob investigação para saber foi intencional ou decorrente de problema técnico.

"Estamos apurando se foi algo que foi provocado por eles (rede X) ou se foi alguma falha técnica para poder ter certeza nos encaminhamentos a serem tomados pelo Ministério das Comunicações."

Juscelino Filho adiantou que, em caso de descumprimento deliberado da decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), a pasta pode entrar com processo para suspender a permissão de operação da empresa Starlink no Brasil, empresa provedora de internet de alta velocidade via satélites de propriedade do bilionário Elon Musk, dono também da plataforma X. Moraes havia ordenado a suspensão da rede social no país.

"Dependendo da apuração, se tiver qualquer afronta em torno do não cumprimento de uma decisão judicial, da não obediência à legislação brasileira, as providências necessárias serão tomadas. Uma delas é, inclusive, é a abertura de um processo de cassação de outorga", adiantou o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, em entrevista coletiva à imprensa após lançamento do programa Acessa Crédito Telecom, para incentivar ampliação da infraestrutura de banda larga fixa no país.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) notificou, no dia 30 de agosto, todas as operadoras de internet do país para cumprirem a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, que foi respaldada pela 1ª Turma da Suprema Corte.

Na noite de 18 de setembro, Alexandre de Moraes determinou que a rede social X suspendesse imediatamente o uso de novos acessos pelos servidores de internet CDN, Cloudflare, Fastly e Edgeuno e outros semelhantes, criados para burlar a decisão judicial de bloqueio da plataforma em território nacional, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 5 milhões ao X Brasil e ao Twitter (antigo X).

Juscelino Filho destacou que a plataforma voltou a cumprir o bloqueio. "Nós estamos acompanhando o caso e vamos estar sempre seguindo a legislação brasileira e cumprindo as decisões judiciais que são cabíveis no caso."

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse na terça-feira, em discurso na Assembleia Geral da ONU, que o Estado não pode se intimidar frente a indivíduos ou plataformas digitais, e que tem o direito de julgar e fazer cumprir as regras de seu território. Ele não citou nomes, mas se trata de uma referência à suspensão do X, antigo Twitter, pelo Supremo Tribunal Federal.

"O futuro de nossa região passa, sobretudo, por construir um Estado sustentável, eficiente, inclusivo e que enfrenta todas as formas de discriminação. Que não se intimida ante indivíduos, corporações ou plataformas digitais que se julgam acima da lei. A liberdade é a primeira vítima de um mundo sem regras. Elementos essenciais da soberania incluem o direito de legislar, julgar disputas e fazer cumprir as regras dentro de seu território, incluindo o ambiente digital", disse o presidente da República.

INVESTIMENTO

Tarcísio diz que área do saneamento básico vai ser como um novo pré-sal

O governador lembrou que o programa de parceria público-privada saltou de R$ 220 bilhões para R$ 500 bilhões desde seu lançamento e prometeu prosseguir com a revisão de benefícios tributários

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou que a área do saneamento básico será como "um novo pré-sal". As declarações ocorreram na terça-feira, 24, durante o painel "Brasil 2025/26: as oportunidades nos Estados", em conferência do Banco Safra, em São Paulo.

"Só o contrato da Sabesp, agora, é de R$ 260 bilhões. Então, a gente vê o poder do marco do saneamento em termos de transformação e geração de investimento. Eu diria que o saneamento é o nosso novo pré-sal, pela capacidade de gerar investimentos no Brasil inteiro", declarou o governador.

No mesmo evento, ele afirmou que o programa de parceria público-privada de São Paulo saltou de R$ 220 bilhões para R$ 500 bilhões desde seu lançamento. "Ontem (segunda), eu fiz uma provocação para o meu time, e pouca gente sabia, acho que ninguém sabia responder. Mas eu disse o seguinte: vocês têm ideia do tamanho do nosso programa de parcerias de investimentos hoje? E o pessoal dizia: não sei. Quando a gente lançou o programa, era de R$ 220 bilhões. Pois é. Hoje ele já é mais do que R$ 500 bilhões. Só a Sabesp é R$ 260 bilhões", declarou.

O governador de São Paulo afirmou que o ano de 2016 foi "um ponto de inflexão", com uma migração de "uma era anti business" para "uma era pró business". "O Brasil passou por um volume brutal de reformas de 2016 para agora. Eu digo que 16 é um ponto de inflexão: que a gente migra de uma era anti business e ingressa numa era pró business", declarou.

Na ocasião, ele mencionou a criação, naquele ano, do programa de parceria de investimentos. "Esse programa contratou, fez leilões, em dois anos e meio, 127 leilões", lembrou.

O governador de São Paulo disse ainda que prosseguirá com a revisão de benefícios tributários que, segundo ele, são obsoletos. "O Estado tem muito benefício fiscal, e vários desses benefícios são obsoletos. Então, a gente tem um gasto tributário elevadíssimo, na casa de R$ 70 bilhões ano", declarou. "E a gente tem condição de reduzir bastante, porque tem aqueles benefícios que já não fazem o menor sentido."

Tarcísio continuou: "São benefícios que não interferem na competitividade. Portanto, é colocar dinheiro na mesa. Com isso, a gente amplia em muitas vezes a capacidade de fazer investimentos no Estado."

O governador de São Paulo afirmou que o crime organizado sofrerá "derrotas" por meio de operações de "reconquista de territórios" e disse haver uma infiltração destes grupos na área da saúde "para lavar dinheiro e comprar produtos para produzir drogas".

Ele falou sobre a infiltração do crime organizado nas organizações sociais de saúde que prestam serviços para prefeituras. "Ter uma organização social de saúde é bom para lavar o dinheiro e é bom para comprar éter, acetona, para fazer refino", declarou.

O governador também defendeu o que chamou de "operações duras". "A gente vai começar a impor derrotas ao crime organizado", declarou. "Em determinadas situações, a gente precisa reconquistar territórios. Então, às vezes a gente é muito criticado quando faz operações duras contra o crime organizado, mas são operações de reconquista de território."

O governador de São Paulo afirmou que a conclusão do Rodoanel Norte ocorrerá em setembro de 2026, com interligação à Rodovia dos Bandeirantes.

Ele também disse que o investimento em infraestrutura é "uma prioridade absoluta" e que, em setembro do ano que vem, será possível iniciar a operação de parte do Rodoanel Norte.

"Final do ano, a gente está chegando em Guarulhos. Ano que vem, então, a gente vai ter a ligação Dutra-Fernão concluída, e isso já permite a funcionalidade do Rodoanel. E em setembro de 2026, a gente conclui o Rodoanel por inteiro. Então, a gente vai ter também a chegada à Bandeirantes, concluindo essa saga, essa jornada", declarou.

Celso Silva - Governo do Estado de SP



Tarcísio: "são benefícios que não interferem na competitividade. Portanto, é colocar dinheiro na mesa. Com isso, a gente amplia em muitas vezes a capacidade de fazer investimentos no Estado"

R$ 2 BILHÕES

Pablo Jacob - Governo de SP



IPVA: o programa oferece condições atrativas ao contribuinte, como 100% de desconto em multas e juros e parcelamento em até 60 vezes

Governo de São Paulo vai negociar dívidas do IPVA

O governador Tarcísio de Freitas lançou na terça-feira (24) o Acordo Paulista IPVA, que incentiva o pagamento de débitos de pequeno valor, até R$ 42.432,00, incluindo o Imposto Sobre Propriedade de Veículo Automotor (IPVA). O programa oferece condições atrativas ao contribuinte, como 100% de desconto em multas e juros e parcelamento em até 60 vezes dos valores em atraso. O objetivo é simplificar a negociação de um total de R$ 2 bilhões em débitos com mais de 2 anos de inscrição em dívida ativa.

"Esse edital tem caráter diferente. A questão arrecadatória fica em segundo plano e nosso grande objetivo é promover uma grande ação social. Trazer tranquilidade para paulistas que, por uma série de motivos, acabaram ficando com dívidas de IPVA. Vamos ter uma oportunidade de equacionar isso", afirmou o governador.

"Quantas pessoas deixaram de trabalhar por não terem o documento regularizado de seu veículo ou de sua motocicleta. A gente quer abrir um caminho para quem a carteira de motorista é também a carteira de trabalho. Para que as pessoas possam se restabelecer, voltar a trabalhar e ter uma luz no fim do túnel", completou Tarcísio.

O evento contou com a procuradora-Geral do estado, Inês dos Santos Coimbra; o presidente do Tribunal de Contas do Estado, Renato Martins Costa; o secretário-chefe da Casa Civil, Arthur Lima; o secretário de Governo Digital, Caio Paes de Andrade e diretores de empresas parceiras na divulgação da iniciativa, além de parlamentares, entre outras autoridades.

O edital com as regras desta nova fase do programa, voltado agora para débitos de IPVA, será publicado pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) na quarta-feira (25). Lançado oficialmente em fevereiro pelo governador Tarcísio de Freitas, o Acordo Paulista é uma iniciativa inédita no estado de São Paulo. Em três meses, a primeira etapa negociou o pagamento de R$ 44 bilhões em débitos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A adesão ao acordo e o pagamento da primeira parcela permitem o levantamento do protesto, mediante quitação das custas diretamente nos cartórios. Já para a liberação do licenciamento dos veículos, é necessária a quitação do valor integral da dívida. O Acordo Paulista IPVA é mais uma ação do programa do SP na Direção Certa, que reúne iniciativas do Governo de SP voltadas à modernização e eficiência da máquina pública estadual.

"Além de incrementar a arrecadação, o objetivo do programa é aproximar ainda mais o governo dos paulistas, com uma gestão muito mais eficiente, auxiliando quem quer empreender e gerar novas oportunidades no Estado. Com a regularização dos débitos de IPVA, o impacto social é ainda maior. Há uma expectativa de resgate das pessoas que precisam que dependem do carro para trabalhar e que precisam se reintegrar a esse tipo de serviço", destaca a procuradora-Geral do Estado de São Paulo, Inês dos Santos Coimbra.

A meta é atingir um universo de cerca de 950 mil contribuintes com valores em atraso. Para isso, a PGE/SP vai dar início a uma ampla campanha de comunicação em parceria com as empresas Uber, 99 e iFood, que irão auxiliar o governo estadual na divulgação da nova fase do programa para que o Acordo Paulista alcance o maior número de pessoas.

"Nessa nova fase estamos viabilizando a conformidade fiscal dos contribuintes com débitos de pequeno valor inscritos em dívida ativa. Vamos publicar seguidos editais do programa Acordo Paulista para contemplar diferentes tipos de débitos, sempre pensando na eficiência da gestão e da cobrança da dívida ativa estadual. Os ditames da consensualidade agora já estão sedimentados no Estado de São Paulo", afirma o Subprocurador Geral do Contencioso Tributário-Fiscal, Danilo Barth Pires.

Ainda no mesmo edital referente a débitos de IPVA, estarão publicadas condições semelhantes para pagamento de dívidas referentes a créditos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE).

INCENTIVOS

Aneel autoriza 'Sandbox Tarifário' proposto pela Light

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou na terça-feira, 24, a execução de um "Sandbox Tarifário" proposto pela Light no prazo de 36 meses e com a participação prevista de 10 mil unidades consumidoras. O projeto busca, como finalidade, reduzir perdas e inadimplência a partir de incentivos como o cashback.

Pela proposta, haverá uma divisão entre consumidores regulares (aqueles que já estão em conformidade com as normas de consumo e pagamento) e consumidores irregulares (identificados com práticas irregulares nos últimos 24 meses e regularizados recentemente).

Para o primeiro grupo será aplicado o sistema de faturamento fixo e o cashback em caso de pagamento regular da tarifa - com o monitoramento do impacto de incentivo. O faturamento fixo prevê que os valores das faturas não variam de acordo com o consumo mensal. Na prática, há previsibilidade tanto para a empresa quanto para os consumidores.

Para o segundo grupo (irregulares) será aplicado o mesmo sistema de faturamento fixo, com monitoramento do impacto dos incentivos de cashback tanto na redução de reincidência de práticas irregulares como no caso da adimplência.

"Além disso, são previstas outras técnicas de economia comportamental como um programa de valorização do cliente e o atendimento personalizado", cita a Aneel, ao detalhar o projeto.

O conselho de Consumidores da Light formalizou manifestação favorável ao projeto ao demorar "compreensão quanto ao grave problema da inadimplência elevada". O Conselho também expressou preocupação para que a Light consiga demonstrar que os resultados do experimento "não se traduzirão na elevação de tarifas nem em subsídios cruzados dos consumidores regulares para os irregulares".

O projeto está no âmbito da previsão normativa da Aneel em incentivar o faturamento diferenciado pelas concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

PORTO SUDESTE V.M. S.A.
CNPJ/MF nº 18.494.485/0001-82 - NIRE 33.3.0030837-7
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 9 DE SETEMBRO DE 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 9 dias do mês de setembro de 2024, às 16:00 horas, em reunião realizada remotamente por vídeo conferência, conforme autoriza a cláusula 14, parágrafo 2º do estatuto social da Porto Sudeste V.M. S.A. ("Companhia"). **2. Mesa**: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Oscar Pekka Fahlgren que nomeou o Sr. Manuel Fares Hermeto como secretário da mesa. **3. Convocação e Presença**: Dispensada a exigência de envio do aviso de convocação, nos termos da cláusula 14, parágrafo 2º, do estatuto social da Companhia, por estar presente a totalidade dos membros em exercício do conselho de administração da Companhia, mencionados ao final da presente ata. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre a reeleição dos membros da diretoria da Companhia. **5. Deliberações**: Abrindo a reunião, o presidente da mesa esclareceu que a ata da reunião seria lavrada em forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas, conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76 ("Lei das S/A"), e deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas, reeleger: **5.1.** o Sr. **Jayme Nicolato Correa**, brasileiro, nascido em 19 de dezembro de 1963, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº MG-1.675.225, expedida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PC/MG), e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 515.333.406.68, com domicílio comercial na Rua Félix Lopes Coelho, nº 222, lote 5 ao 20, Q 0001, lote 0005 (parte), Ilha da Madeira, cidade de Itaguaí, estado do Rio de Janeiro, CEP 23.826-580, para o exercício de um novo mandato no cargo de **Diretor Presidente** da Companhia; **5.2.** o Sr. **Thiago Semião Roldão**, brasileiro, nascido em 7 de março de 1979, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº MG-1074.327-0, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais (SSP/MG), e inscrito no CPF/MF sob o nº 042.632.326-23, com domicílio comercial na Rua Félix Lopes Coelho, nº 222, lote 5 ao 20, Q 0001, lote 0005 (parte), Ilha da Madeira, cidade de Itaguaí, estado do Rio de Janeiro, CEP 23.826-580, para o exercício de um novo mandato no cargo de **Diretor Financeiro** e de **Diretor de Relações com Investidores** da Companhia; e **5.3.** o Sr. **Luis Guilherme Caiado Sodré**, brasileiro, nascido em 16 de dezembro de 1970, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 07386459-7, expedida pelo Instituto Félix Pacheco (IFP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 008.496.387-55, com domicílio comercial na Rua Félix Lopes Coelho, nº 222, lote 5 ao 20, Q 0001, lote 0005 (parte), Ilha da Madeira, cidade de Itaguaí, estado do Rio de Janeiro, CEP 23.826-580, para o exercício de um novo mandato no cargo de **Diretor Operacional** da Companhia. **5.4.** Os diretores indicados nos itens "5.1", "5.2" e "5.3" acima tomaram posse em seus cargos na presente data mediante assinatura dos respectivos termos de posse e exercerão os respectivos mandatos, para os quais foram reeleitos neste ato, pelo período de 1 (um) ano, a vigorar a partir da presente data, até o dia 9 de setembro de 2025, automaticamente prorrogado até a data da posse de seus substitutos, nos termos da cláusula 18, parágrafo 1º, do estatuto social e do artigo 150, § 3º, da Lei das S/A. **5.5.** Cada um dos diretores ora reeleitos declarou, sob as penas da lei, que não se encontra impedido, por lei especial, de exercer sua função na Companhia, e nem foi condenado ou está sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade e que atende aos requisitos de reputação ilibada estabelecidos pelo artigo 147, §3º, da Lei das S/A, não ocupa uma posição em outra companhia que possa ser considerada concorrente da Companhia, não possui interesse pessoal conflitante com os interesses da Companhia e está ciente de que a sua competência dentro da Companhia estará limitada em todo e qualquer aspecto ao que dispuserem o estatuto social e as políticas e diretrizes aprovadas pelo conselho de administração da Companhia, incluindo, sem limitação, as disposições sobre a competência da diretoria da Companhia. **5.6.** Consignar que a diretoria da Companhia será composta pelos seguintes diretores: **5.6.1.** Sr. **Jayme Nicolato Correa**, acima qualificado, na qualidade de **Diretor Presidente**; **5.6.2.** Sr. **Thiago Semião Roldão**, acima qualificado, na qualidade de **Diretor Financeiro** e **Diretor de Relações com Investidores**; e **5.6.3.** Sr. **Luis Guilherme Caiado Sodré**, acima qualificado, na qualidade de **Diretor Operacional**. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, em livro próprio, a qual, logo após, foi lida, aprovada e por todos assinada. **Mesa**: Oscar Pekka Fahlgren – presidente; Manuel Fares Hermeto – secretário. **Membros do conselho de administração**: Oscar Pekka Fahlgren, William Kenneth Loughnan, Kelly Michele Thomson e Carlos Bernardo Pons Navazo. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio.* Itaguaí, 9 de setembro de 2024. **Manuel Fares Hermeto -** Secretário. Jucerja nº 6459861, em 20/09/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

raízen

RAÍZEN S.A.
CNPJ/MF 33.453.598/0001-23 - NIRE 333.002.986-73
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 08 horas, na sede social da Raízen S.A., localizada na Avenida Afonso Arinos de Melo Franco, nº 222, Bloco 2, sala 321, CEP 22631-455, Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro ("Companhia" ou "Emissora"). **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada, nos termos do art. 7º, § 4º, do Regimento Interno do Conselho de Administração, em função da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber: o Sr. Rubens Ometto Silveira Mello, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, e os demais Conselheiros, todos por teleconferência, nos termos do Estatuto Social da Companhia, Srs. Nelson Roseira Gomes Neto, Marcelo Eduardo Martins, Huibert Hans Vigeveno, Brian Paul Eggleston, Anna Mascolo, Luciana de Oliveira Cezar Coelho e Sonat Burman-Olsson. **3. Composição da Mesa: RUBENS OMETTO SILVEIRA MELLO** - Presidente; **JESSICA BITTENCOURT POPPE** - Secretária. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a realização, pela Companhia, nos termos do artigo 59, parágrafo 1° da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e do artigo 16, alínea "(xvii)", do Estatuto Social da Companhia, da sua 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em até duas séries, no valor total de R$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160") e demais leis e regulamentações aplicáveis ("Oferta"); **(ii)** a autorização expressa à diretoria da Companhia para praticar todos os atos, tomar as providências e adotar todas as medidas necessárias para a efetivação das deliberações desta reunião; e **(iii)** a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia ou por seus procuradores para a realização da Emissão e da Oferta. **5. Deliberações:** Após análise das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram por unanimidade e sem ressalvas: **(i)** Aprovar a emissão das Debêntures, mediante a celebração do "*Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em até 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Raízen S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia, a Raízen Energia S.A., sociedade por ações com registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, categoria B, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 4.100, 11º andar, parte V, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.070.508/0001-78, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o NIRE 353.003.391-69 ("Fiadora"), e a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,** instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, salas 302-304, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38 ("Agente Fiduciário" e "Escritura de Emissão", respectivamente) na realização da Oferta, que terá as seguintes características e condições: **(I)** Destinação dos Recursos: Observados os prazos e termos estabelecidos na Escritura de Emissão, a totalidade dos Recursos Líquidos (conforme será definido na Escritura de Emissão) captados pela Emissora por meio das Debêntures serão utilizados exclusivamente no reembolso de gastos, despesas ou dívidas do Projeto (conforme será definido na Escritura de Emissão) que ocorreram em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses contados da data de encerramento da Oferta e na realização de investimentos futuros relacionados à implantação do Projeto; **(II)** Distribuição e Colocação: As Debêntures serão objeto de distribuição pública, a ser registrada sob o rito automático de distribuição, sem necessidade de análise prévia da CVM, nos termos da Resolução CVM 160, em regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão (conforme abaixo definido), com a intermediação de instituições intermediárias, sendo uma delas o coordenador líder (em conjunto, "Coordenadores"), nos termos do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, Sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em até 2 (Duas) Séries, da 3ª (Terceira) Emissão da Raízen S.A.*", a ser celebrado entre a Emissora, a Fiadora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição"); **(III)** Número da Emissão: As Debêntures representam a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora; **(IV)** Número de Séries: A Emissão será realizada em até 2 (duas) séries, sendo (a) as Debêntures emitidas no âmbito da primeira série doravante denominadas "Debêntures da Primeira Série" ou "Primeira Série"; e (b) as Debêntures emitidas no âmbito da segunda série doravante denominadas "Debêntures da Segunda Série" ou "Segunda Série", sendo a Primeira Série e a Segunda Série denominadas, em conjunto, "Séries", observado que a quantidade de Séries a ser emitida e a quantidade de Debêntures a serem alocadas em cada Série serão definidas conforme o Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido); **(V)** Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de R$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"); **(VI)** Data de Emissão: Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela prevista na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); **(VII)** Data de Início da Rentabilidade: Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a Primeira Data de Integralização (conforme abaixo definido) das Debêntures de cada Série ("Data de Início da Rentabilidade"); **(VIII)** Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade: As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador (conforme será definido na Escritura de Emissão) e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), conforme o caso, será expedido por extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante da titularidade de tais Debêntures; **(IX)** Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia; **(X)** Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sem preferência, não conferindo, portanto, qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, com garantia adicional fidejussória representada pela Fiança (conforme abaixo definida) prestada pela Fiadora; **(XI)** Prazo e Data de Vencimento: Observado o disposto na Escritura de Emissão, e ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures e/ou Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido abaixo) das Debêntures, resgate da totalidade das Debêntures decorrente de Oferta de Resgate Antecipado Total (conforme definido abaixo), Resgate Antecipado Obrigatório (conforme definido abaixo) e Aquisição Facultativa (conforme definido abaixo) das Debêntures, com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures, **(i)** as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 10 (dez) anos contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"); e **(ii)** as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 15 (quinze) anos contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, a "Data de Vencimento"); **(XII)** Valor Nominal Unitário: As Debêntures terão valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); **(XIII)** Quantidade: Serão emitidas 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) Debêntures, sendo que quantidade de Debêntures a ser emitida em cada Série se dará por meio de Sistema de Vasos Comunicantes (conforme abaixo definido) e será definida no Procedimento de *Bookbuilding*. A quantidade de Debêntures alocada em cada Série e a existência de cada uma das Séries serão definidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a alocação de Debêntures entre as Séries previstas na Escritura de Emissão ocorrerá no sistema de vasos comunicantes, de acordo com o qual a quantidade de Debêntures emitida em uma das Séries deverá ser deduzida da quantidade total de Debêntures, definindo a quantidade a ser alocada na outra Série, de forma que a soma das Debêntures alocadas em cada uma das Séries efetivamente emitidas deverá corresponder à quantidade total de Debêntures objeto da Emissão ("Sistema de Vasos Comunicantes"); **(XIV)** Procedimento de *Bookbuilding*: Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de *Bookbuilding*"), a ser organizado pelos Coordenadores, para a (a) definição (i) da existência ou não de qualquer uma das Séries; (ii) da quantidade de Debêntures a serem alocadas em cada Série, observado que a alocação das Debêntures entre as Séries ocorrerá no Sistema de Vasos Comunicantes; e (b) ratificação das taxas finais da Remuneração (conforme definida abaixo) de cada Série a serem definidas na data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*; **(XV)** Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As Debêntures serão subscritas, a qualquer momento, a partir da data de início de distribuição, conforme informada no Anúncio de Início (conforme será definido na Escritura de Emissão), durante o período de distribuição das Debêntures previsto no artigo 48 da Resolução CVM 160, sendo que as Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos operacionais estabelecidos pela B3. Na primeira data de integralização da respectiva Série ("Primeira Data de Integralização"), as Debêntures da respectiva Série serão integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Primeira Data de Integralização da respectiva Série, a integralização deverá considerar seu respectivo Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme abaixo definido), acrescido da Remuneração da respectiva Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade (inclusive) da respectiva Série até a respectiva e efetiva integralização (exclusive) ("Preço de Integralização"). Para os fins desta deliberação, define-se "Data de Integralização" a data em que ocorrer qualquer efetiva subscrição e integralização das Debêntures da respectiva Série. As Debêntures poderão ainda, serem colocadas com ágio ou deságio, a ser definido pelos Coordenadores no ato de subscrição, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures de uma mesma Série integralizadas em uma mesma Data de Integralização. A aplicação do ágio ou deságio será realizada em função de condições objetivas de mercado, a exclusivo critério dos Coordenadores, incluindo, mas não se limitando a: (i) alteração na taxa básica de juros (SELIC); (ii) alteração na remuneração dos títulos do tesouro nacional; (iii) alteração no IPCA (conforme abaixo definido); ou (iv) alteração material nas taxas indicativas de negociação de títulos de renda fixa (debêntures, certificados de recebíveis imobiliários, certificados de recebíveis do agronegócio e outros) divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"); **(XVI)** Atualização monetária: O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), calculado de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Valor Nominal Unitário Atualizado"). A Atualização Monetária será calculada *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, conforme fórmula a ser definida na Escritura de Emissão; **(XVII)** Remuneração das Debêntures da Primeira Série: Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser definido na data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, equivalente ao maior entre: (i) a taxa interna de retorno do Título Público Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com vencimento em 15 de maio de 2033, a ser apurada no fechamento do Dia Útil (conforme definido abaixo) da data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* conforme as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br), decrescida exponencialmente de 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano; e (ii) 5,80% (cinco inteiros e oitenta centésimos por cento) ao ano, calculado, em ambos os casos, de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série ou a Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série"), de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão; **(XVIII)** Remuneração das Debêntures da Segunda Série: Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser definido na data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, equivalente ao maior entre: (i) a taxa interna de retorno do Título Público Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com vencimento em 15 de maio de 2035, a ser apurada no fechamento do Dia Útil da data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* conforme as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br), decrescida exponencialmente de 0,05% (cinco centésimos por cento) ao ano; e (ii) 5,85% (cinco inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, calculado, em ambos os casos, de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento ("Remuneração das Debêntures da Segunda Série" e, quando em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, "Remuneração"), de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão; **(XIX)** Pagamento da Remuneração: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado Facultativo Total, de uma Oferta de Resgate Antecipado Total, de Resgate Antecipado Obrigatório e/ou Aquisição Facultativa das Debêntures, com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, **(i)** a Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga de acordo com as datas a serem previstas na Escritura de Emissão, até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série ("Datas de Pagamento de Remuneração das Debêntures da Primeira Série"); e **(ii)** a Remuneração das Debêntures da Segunda Série será paga de acordo com as de nas datas a serem previstas na Escritura de Emissão, até a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série ("Datas de Pagamento de Remuneração das Debêntures da Segunda Série" e, quando em conjunto com as Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, "Datas de Pagamento da Remuneração"); **(XX)** Amortização do Valor Nominal Unitário: **(i)** O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 01 (uma) única parcela, devida na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série ("Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série"); e **(ii)** o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 03 (três) parcelas anuais consecutivas, a partir do 13º (décimo terceiro) ano (inclusive) contado da Data de Emissão, de acordo com as datas a serem indicadas na Escritura de Emissão, sendo o último pagamento devido na Data de Vencimento da Segunda Série (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série") e percentuais previstos na Escritura de Emissão; **(XXI)** Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente nela; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3; **(XXII)** Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil (conforme abaixo definido) subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não seja Dia Útil. Para fins desta deliberação, "Dia Útil" significa (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária, inclusive para fins de cálculo, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional na República Federativa do Brasil; e (ii) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo. Quando a indicação de prazo contado por dia na Escritura de Emissão não vier acompanhada da indicação de "Dia(s) Útil(eis)", entende-se que o prazo é contado em dias corridos; **(XXIII)** Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Atualização Monetária e da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"); **(XXIV)** Repactuação: Não haverá repactuação programada; **(XXV)** Classificação de risco: Foi contratada como agência de classificação de risco da Oferta a Fitch Ratings Brasil Ltda. ("Agência de Classificação de Risco da Oferta"), a qual elaborará o primeiro relatório de classificação de risco (*rating*) anteriormente à Primeira Data de Integralização das Debêntures. A Agência de Classificação de Risco da Oferta poderá ser substituída pela Moody's Investor Service ("Moody's") ou pela Standard and Poor's ("S&P" e, em conjunto com a Agência de Classificação de Risco da Oferta e a Moody's, as "Agências de Classificação de Risco"); **(XXVI)** Garantia Fidejussória: As Debêntures contarão com garantia adicional fidejussória, na forma de fiança, outorgada pela Fiadora em caráter irrevogável e irretratável, perante os titulares das Debêntures ("Fiança"); **(XXVII)** Resgate Antecipado Facultativo Total: Nas hipóteses e nos prazos previstos na Escritura de Emissão, a Emissora poderá, independentemente de qualquer aprovação, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures e/ou da totalidade das Debêntures de uma Série (sendo vedado o resgate parcial de uma mesma Série), com o consequente cancelamento de tais Debêntures, de acordo com os procedimentos previstos na Escritura de Emissão ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). O valor a ser pago pela Emissora em relação a cada uma das Debêntures da respectiva Série, no âmbito do Resgate Antecipado Facultativo Total, será equivalente ao valor indicado na alínea (i) ou (ii) abaixo, dos 2 (dois) o que for maior, exceto no caso de um Evento Tributário (conforme será definido na Escritura de Emissão), no qual o valor será equivalente ao indicado na alínea (i): **(i)** o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da respectiva Série, acrescido **(a)** da Remuneração das Debêntures da respectiva Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total (exclusive); **(b)** dos Encargos Moratórios, se houver; e **(c)** de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures da respectiva Série; ou **(ii)** o valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da respectiva Série, acrescida **(a)** da Remuneração das Debêntures da respectiva Série, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do título público Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com duration mais próxima a duration remanescente das Debêntures da respectiva Série, na data do Resgate Antecipado Facultativo Total, utilizando-se a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) apurada no segundo Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo Total, decrescida de uma taxa de: **(1)** 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) em relação ao Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série; e **(2)** 0,30% (trinta centésimos por cento) em relação ao Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures Segunda Série, **(b)** dos Encargos Moratórios, se houver; e **(c)** de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures da respectiva Série; **(XXVIII)** Resgate Antecipado Obrigatório: Nas hipóteses e nos prazos previstos na Escritura de Emissão, a Emissora deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures de uma mesma Série (não sendo admitido o Resgate Antecipado Obrigatório parcial das Debêntures), caso verificada a ocorrência dos itens previstos na Escritura de Emissão referentes a hipóteses de indisponibilidade do IPCA, com o cancelamento, pela Emissora, das Debêntures que tenham sido objeto do resgate antecipado ("Resgate Antecipado Obrigatório"). O Resgate Antecipado Obrigatório será operacionalizado conforme termos descritos na Escritura de Emissão; **(XXIX)** Amortização Extraordinária Facultativa: Nas hipóteses e nos prazos previstos na Escritura de Emissão, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar amortizações extraordinárias sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado da totalidade das Debêntures de uma das Séries (sendo vedada a amortização extraordinária sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado de parte das Debêntures de qualquer das Séries), de acordo com os procedimentos previstos na Escritura de Emissão ("Amortização Extraordinária Facultativa"). O valor a ser pago pela Emissora em relação a cada uma das Debêntures da respectiva Série, no âmbito da Amortização Extraordinária Facultativa, será equivalente ao valor indicado na alínea (i) ou (ii) abaixo, dos 2 (dois) o que for maior: **(i)** parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da respectiva Série, a ser amortizada, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da respectiva Série, acrescida **(a)** da Remuneração das Debêntures da respectiva Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa (exclusive); **(b)** dos Encargos Moratórios, se houver; e **(c)** de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures da respectiva Série; ou **(ii)** valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da respectiva Série, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da respectiva Série, acrescida **(a)** da Remuneração das Debêntures da respectiva Série, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do título público Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com duration mais próxima a duration remanescente das Debêntures da respectiva Série, na data da Amortização Extraordinária Facultativa, utilizando-se a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) apurada no segundo Dia Útil imediatamente anterior à data da Amortização Extraordinária Facultativa, decrescida de uma taxa de: **(1)** 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) em relação à Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Primeira Série; e **(2)** 0,30% (trinta centésimos por cento) em relação à Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série, **(b)** dos Encargos Moratórios, se houver; e **(c)** de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures da respectiva Série; **(XXX)** Oferta de Resgate Antecipado Total: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade (sendo vedada oferta facultativa de resgate antecipado parcial) das Debêntures de uma mesma Série ("Oferta de Resgate Antecipado Total"). A Oferta de Resgate Antecipado Total será operacionalizada conforme termos descritos na Escritura de Emissão; **(XXXI)** Aquisição Facultativa: A aquisição facultativa das Debêntures poderá ocorrer a qualquer tempo após 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, e observado o disposto na Lei nº 12.431 (conforme abaixo definido) e na regulamentação aplicável da CVM e do CMN (conforme abaixo definido) ou antes de tal data, desde que venha a ser legalmente permitido, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II da Lei nº 12.431, da regulamentação do CMN ou de outra legislação ou regulamentação aplicável ("Aquisição Facultativa"). As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com os termos a serem previstos na Escritura de Emissão poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos da Escritura de Emissão, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures, conforme aplicável; **(XXXII)** Vencimento Antecipado: As obrigações decorrentes das Debêntures terão seu vencimento antecipado automático ou não automático declarado nas hipóteses e nos termos a serem negociados pela Companhia na Escritura de Emissão; **(XXXIII)** Enquadramento do Projeto como Prioritário: A Emissão será realizada na forma do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme em vigor ("Lei nº 12.431") e do Decreto nº 11.964, da Resolução do Conselho Nacional ("CMN") nº 5.034, de 21 de julho de 2022 ("Resolução CMN 5.034"), Resolução do CMN nº 4.751, de 26 de setembro de 2019 ("Resolução CMN 4.751"), ou de normas posteriores que as alterem, substituam ou complementem, tendo em vista o enquadramento do Projeto como prioritário nos termos do Decreto nº 11.964, conforme protocolo digital a ser realizado perante o Ministério de Minas e Energia; **(XXXIV)** Caracterização das Debêntures como Debêntures Verdes: As Debêntures serão caracterizadas, nos termos do "*Guia para Ofertas de Títulos Sustentáveis*" da ANBIMA, conforme em vigor, como "*Título Sustentável de Uso de Recursos - Debêntures Verdes*" e, para fins da Consultoria Especializada (conforme definida abaixo), como "Debêntures Verdes", com base no compromisso da Emissora em destinar os recursos líquidos para projetos de geração de energia renovável, conforme definido no framework elaborado previamente pela Emissora e disponibilizado na página da rede mundial de computadores da Emissora, observados os demais requisitos a serem previstos na Escritura de Emissão; **(XXXV)** Desmembramento. Não será admitido o desmembramento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração das Debêntures e dos demais direitos conferidos aos Debenturistas, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; **(XXXVI)** Demais Condições: Todas as demais condições e regras específicas relacionadas à Emissão e/ou às Debêntures serão aquelas especificadas na Escritura de Emissão. **(ii)** Autorizar expressamente a diretoria da Companhia ou a seus procuradores, a praticar todos os atos, tomar as providências e adotar todas as medidas necessárias para a efetivação das deliberações desta reunião, mas não se limitando, à **(a)** contratação dos Coordenadores e dos demais prestadores de serviços relativos à Emissão e/ou à Oferta, tais como o banco liquidante, o Escriturador, a B3, o Agente Fiduciário, a Agência de Classificação de Risco da Oferta e os assessores legais, dentre outros, podendo, inclusive, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva contratação dos serviços, bem como assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos; e **(b)** discussão, negociação e definição dos termos e condições, observado o disposto nas deliberações desta reunião, da Emissão, da Oferta e/ou das Debêntures, as especificações e as exceções aplicáveis às hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, bem como os prêmios de resgate e amortização das Debêntures, bem como a celebração do Contrato de Distribuição, da Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, incluindo mas não se limitando ao aditamento à Escritura de Emissão que refletirá o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, e ainda de todos os demais documentos pertinentes à realização da Emissão e/ou da Oferta, tais como declarações, requerimentos, termos, dentre outros, observado o disposto nas deliberações desta reunião; e **(iii)** Ratificar todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia ou por seus procuradores para a realização da Emissão e da Oferta, inclusive aqueles relacionados aos atos descritos no item "(ii)" acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que, depois de lida, conferida e achada conforme, foi por todos assinada: Rubens Ometto Silveira Mello - Presidente da Mesa; Jessica Bittencourt Poppe - Secretária da Mesa. Rubens Ometto Silveira Mello, Nelson Roseira Gomes Neto, Anna Mascolo, Marcelo Eduardo Martins, Brian Paul Eggleston, Huibert Hans Vigeveno, Luciana de Oliveira Cezar Coelho e Sonat Burman-Olsson - Conselheiros Presentes. Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2024. Confere com a original lavrado em livro próprio. **Jessica Bittencourt Poppe -** Secretária.

AEROPART PARTICIPAÇÕES AEROPORTUÁRIAS S.A.

CNPJ: 12.779.675/0001-60

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2023 E 2022 (Em R$ mil)

		Controladora		Consolidado	
Ativo Circulante	**Nota**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Caixa e equivalentes de caixa	5	2	7	2.839	617
Contas a receber	6	48	16	8.547	9.765
Adiantamentos e despesas antecipadas		–	5	955	780
Dividendos a receber		195	–	–	–
Ativo Fiscal Corrente	7a	85	65	398	2.058
		330	**93**	**12.739**	**13.220**
Ativo Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
FI Infraestrutura Aeroportuária		–	–	260	248
Depósitos judiciais		–	–	250	118
Contas a receber de clientes	6	–	–	1.299	451
Ativo Fiscal Não Corrente	7a	–	–	4.405	1.785
Parte relacionada	8	20.680	19.913	3.153	2.045
Investimentos	9	63.238	62.162	–	–
Imobilizado	10	–	–	59.015	52.312
Intangível	11	225	313	19.928	21.649
		84.143	**82.388**	**88.310**	**78.608**
Total do Ativo		**84.473**	**82.481**	**101.049**	**91.828**

		Controladora		Consolidado	
Passivo Circulante	**Nota**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Fornecedores e outras contas a pagar	13	44	760	3.984	3.297
Empréstimos e financiamentos	14	–	–	859	2.994
Adiantamentos de Clientes	15	–	–	570	3.278
FI Infraestrutura Aeroportuária		–	–	189	–
Dividendos a pagar		–	–	2	–
Passivo Fiscal	7c	110	280	2.896	4.320
Obrigações Trabalhistas e Sociais		2	2	1.188	1.166
Provisões para descontinuidade	16	–	–	2.125	–
Arrendamento Mercantil		–	–	–	18
Outros passivos		3	3	3	3
		159	**1.045**	**11.816**	**15.076**
Passivo Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	–	–	8.185	850
FI Infraestrutura Aeroportuária		–	–	–	137
Passivo Fiscal Não Corrente	7c	–	–	3.184	1.131
Provisões para contingências	12	–	–	431	720
Parte relacionada	8	17.389	14.623	10.186	6.810
		17.389	**14.623**	**21.986**	**9.648**
Patrimônio Líquido	**17**				
Capital social		51.084	51.084	51.084	51.084
Reservas de capital		16.929	16.929	16.929	16.929
Lucro (Prejuízos) Acumulados		(1.088)	(1.200)	(1.088)	(1.200)
		66.925	**66.813**	**66.925**	**66.813**
Participação dos acionistas não controladores		–	–	322	291
Total do Patrimônio Líquido		**66.925**	**66.813**	**67.247**	**67.104**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**84.473**	**82.481**	**101.049**	**91.828**

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2023 E 2022 (Em R$ mil)

	Capital social	Reserva de Capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2022	**31.084**	**16.929**	**(666)**	**47.347**	**260**	**47.607**
Aumento de capital	20.000	–	–	20.000	–	20.000
Prejuízo do Exercício	–	–	(534)	(534)	31	(503)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**51.084**	**16.929**	**(1.200)**	**66.813**	**291**	**67.104**
Dividendos propostos	–	–	–	–	(2)	(2)
Lucro do Exercício	–	–	112	112	33	145
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**51.084**	**16.929**	**(1.088)**	**66.925**	**322**	**67.247**

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31/12/2023 E 2022 (Em R$ mil)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Receita líquida de serviços	**20**	**–**	**–**	**57.050**	**39.706**
Custo de serviços	21	–	–	(35.245)	(24.233)
Lucro bruto		**–**	**–**	**21.805**	**15.473**
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	22	(1.793)	(1.926)	(16.599)	(15.453)
Outras (despesas) e receitas operacionais	23	719	–	(2.376)	(153)
Resultado de equivalência patrimonial		1.271	1.139	–	–
Resultado operacional		**197**	**(787)**	**2.830**	**(133)**
Despesas financeiras	24	(869)	(788)	(3.070)	(2.483)
Receitas financeiras	24	784	1.041	2.391	2.247
Resultado financeiro líquido		**(85)**	**253**	**(679)**	**(236)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**112**	**(534)**	**2.151**	**(369)**
Corrente	7b	–	–	(1.523)	(1.387)
Diferidos	7b	–	–	(483)	1.253
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		**112**	**(534)**	**145**	**(503)**
Atribuível a:					
Acionistas controladores				112	(534)
Acionistas não controladores				33	31
				145	**(503)**

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12/2023 E 2022

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	**112**	**(534)**	**145**	**(503)**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**112**	**(534)**	**145**	**(503)**
Acionistas controladores			112	(534)
Acionistas não controladores			33	31

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXAS EM 31/12/2023 E 2022 (Em R$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Atividades Operacionais				
Resultado antes dos impostos	**112**	**(534)**	**2.152**	**(369)**
Amortização e Depreciação	88	266	2.982	3.947
Provisão para descontinuidade	–	–	2.125	–
Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa	–	–	296	(227)
Reversão de Provisão para contingências	–	–	(289)	–
Juros sobre empréstimos - parte relacionada	(65)	(595)	(1.173)	(124)
Juros sobre empréstimos tomados	–	–	32	–
Participação nos resultados de controladas	(1.271)	(1.139)	–	–
Juros sobre arrendamento	–	–	–	(3)
Baixa do Imobilizado	–	–	530	–
Baixa do Intangível	–	–	43	–
Desvalorização da reserva para investimento	–	–	–	(2)
	(1.136)	**(2.002)**	**6.698**	**3.222**
(Aumento) / Diminuição das Contas do Ativo				
Contas a receber	(32)	(3)	255	(4.499)
Ativo Fiscal	(20)	(10)	(1.443)	(650)
Contas a receber NC	–	–	–	542
Contas a receber - parte relacionada	–	–	(170)	(1.380)
Adiantamentos e despesas antecipadas	5	(5)	(180)	235
Aplicações Financeiras NC	–	–	–	(22)
Depósitos Judiciais	–	–	(132)	16
Aplicações Financeiras NC	–	–	(26)	–
Aumento / (Diminuição) das Contas do Passivo				
Fornecedores	(716)	(173)	672	1.009
Passivo Fiscal Corrente	(170)	252	(894)	3.998
Obrigações Trabalhistas e Sociais	–	–	23	185
Adiantamentos de Clientes	–	–	(2.703)	2.172
Provisão de contingência	–	–	–	1
Outros Passivos	–	3	–	159
Imposto Renda / Contribuição Social pagos	–	–	–	(74)
	(2.069)	**(1.938)**	**2.100**	**4.914**
Gerado pelas operações				
Juros pagos - parte relacionada	–	(1.176)	(82)	(43)
Juros recebidos - parte relacionada	–	4	106	1.659
Caixa Gerado/(Consumido) pela Atividade Operacional	**(2.069)**	**(3.110)**	**2.124**	**6.530**
Atividades de Investimento				
Aquisição de controlada	–	(20.000)	–	–
Adições ao Ativo Imobilizado/Intangível	–	–	(7.117)	(26.654)
Caixa Consumido nas Atividade de Investimento	**–**	**(20.000)**	**(7.117)**	**(26.654)**
Atividades de Financiamento				
Recursos provenientes da emissão de cotas de capital	–	20.000	–	20.000
Recursos provenientes de empréstimos	–	–	8.153	–
Pagamento de empréstimos	–	–	(2.986)	(3.294)
Pagamento de empréstimos com parte relacionada	–	(12.238)	(7.190)	(2.711)
Recursos provenientes de empréstimos com parte relacionada	2.064	15.355	10.305	7.890
Empréstimos concedidos a parte relacionada	–	(787)	(1.202)	(13.109)
Recebimento de empréstimos com parte relacionada	–	787	98	11.791
Arrendamento	–	–	(17)	(64)
Incentivos Fiscais	–	–	54	21
Caixa Gerado nas Atividades de Financiamento	**2.064**	**23.117**	**7.215**	**20.524**
Aumento/(Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(5)**	**7**	**2.222**	**400**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	7	–	617	217
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	2	7	2.839	617
Aumento/(Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(5)**	**7**	**2.222**	**400**

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Notas apresentadas em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma

1. Informações Gerais: a) Contexto Operacional. A Aeropart Participações Aeroportuárias S.A (Companhia) é uma Sociedade Anônima de capital fechado, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede no Rio de Janeiro -RJ. A Companhia foi constituída em 28 de outubro de 2010, e tem como objetivo principal a participação de capital em outras Companhias, incorporações e participações em empreendimentos em geral. **b) Aeródromo Norte Fluminense Ltda.** Em 2019, a Aeropart assinou contrato com o Porto do Açu Operações S.A. para o desenvolvimento de projeto de um Heliporto em uma área de aproximadamente 210.000 m2. A vigência do contrato é de 50 anos a partir do início da operação, dependendo das fases do projeto a serem implementadas. Em 17 de janeiro de 2020 a Aeropart fundou a controlada Aeródromo Norte Fluminense Ltda., que possui sua sede na Estrada pública do Açu, na RJ 240, sem número, Lote A2, Campo da Praia, CEP 28.200 - 000, São João da Barra - Rio de Janeiro - RJ, tem como atividade principal, as operações de aeroportos e campos de aterrissagem, nacionais e internacionais, próprias e de terceiros, depósito de mercadorias a terceiros e carga e descarga, como armazém geral, nos moldes do decreto 1.102/193 e a atuação como operadora de transporte multimodal e como agenciadora de carga nacional e internacional e atividades correlatadas. A Companhia possui pelos seus controladores em reunião do Conselho de Administração do grupo Aeropart, realizada no dia 27 de dezembro de 2021 definem: i) A contratação, pela sociedade denominada Aeródromo Norte Fluminense Ltda, de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES, o montante de R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais). E ser a interveniência da Companhia na qualidade de fiadora e uma das principais pagadoras, renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 366, 827 e 838 do código civil e responsabilizando-se, solidariamente, até a liquidação final do contrato de financiamento, pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas naquele instrumento. A ata que contêm a deliberação supramencionada foi registrada na junta comercial em 01 de fevereiro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa assinou contrato de financiamento no montante de R$ 25.400 mil (vinte e cinco milhões e quatrocentos mil reais) junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Social – BNDES, a ser recebido em parcelas de acordo com as prerrogativas estabelecidas no referido contrato. O financiamento foi realizado para custear a operação inicial da Empresa e assegurar o desenvolvimento do negócio. A expectativa da administração é que esse valor seja liberado ao longo de 2024. Em 31 de dezembro de 2023, 97% das obras de infraestrutura e edificações estavam concluídas. A operação tem previsão de início no primeiro semestre de 2024, após a finalização do licenciamento por parte do Corpo de Bombeiros. **c) Controlada Costa do Sol - Concessão do Aeroporto de Cabo Frio.** A Prefeitura Municipal de Cabo Frio, em março de 2023, editou o Decreto 7.056, de 13 de março de 2023, prorrogando o contrato de concessão 07/2001 celebrado entre o Município de Cabo Frio e a concessionária Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A. para administração e operação do Aeroporto Internacional de Cabo Frio, que se encerraria em 18 de abril de 2023, pelo prazo de 6 meses. O prazo estabelecido foi novamente prorrogado por mais 6 meses, em 28 de setembro de 2023 que se encerraria em 18 de abril do presente ano e foi novamente prorrogado para o prazo de até 6 meses em 16 de abril de 2024. A postergação deveu-se a adversidades fora do controle de atuação do Município. Em junho de 2023, a Prefeitura Municipal de Cabo Frio, divulgou licitação pelo prazo da Ordem de Serviço (a ser definida) até dia 10 de junho de 2049. O leilão foi marcado para o dia 11 de julho de 2023, porém o edital na data do leilão foi suspenso monocraticamente pelo judiciário e concomitantemente sofrendo suspensão pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro "TCE RJ." Em 01 de março de 2024 foi proferida decisão pelo TCE RJ autorizando o prosseguimento do certame, correção e republicação do edital em data ainda não definida. Assim até o presente momento está sem previsão de uma nova data para ocorrer a concorrência pública. Com base na publicação do edital pelo diário oficial, publicado em 16 de abril de 2024, prorroga-se por até 6 meses a concessão a partir de 19 de abril de 2024. Em agosto de 2022 a Controlada Costa do Sol deu início às atividades portuárias no Porto do Açu. Prestação de serviços com operação em BASE com terminal marítimo com área para realização de testes em equipamentos submarinos. • Base de apoio para a PETROBRAS; • Logística portuária integrada: carga de projeto, base permanente para embarques offshore; • Soluções completas para a indústria de Óleo & Gás; • Posicionamento estratégico para operações nas Bacias de Campos e Santos (pré-sal); • Armazenagem em Cabo Frio, Porto do Açu, Arraial do Cabo, São José dos Campos e Poços de Caldas. O Contrato de operação finaliza em junho de 2024. **d) Aeroporto Cabo Frio, Logística, Armazém Geral e Transporte Multimodal Ltda.** Em 2021, iniciaram-se as operações portuárias na região do Porto do Forno e, em 2022, ocorreram atividades com o carregamento de navios referentes às cargas das indústrias de sal e de bebidas. No início do segundo trimestre de 2023 o Porto do Forno foi embargado pela autoridade ambiental devido a procedimentos não conforme perante a legislação atual, com isso todas as operações portuárias foram canceladas, fazendo com que o contrato da companhia fosse finalizado com os clientes. O Porto, antes administrado pela COMAP (Companhia Municipal de Administração Portuária), empresa gerida pela Prefeitura de Arraial do Cabo com que a Cabo Frio Logística tinha convênio com o Poder Municipal, retornou para a Administração Federal da Companhia Docas. A administração aguarda uma nova licitação do Porto. **e) Controlada Aeroporto de São José dos Campos Ltda.** Em 17 de agosto de 2022, a Companhia e o município de São José dos Campos, aqui denominado "Poder Concedente," representado pelo seu prefeito Anderson Farias Ferreira, assinaram o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de São José dos Campos. O contrato de concessão tem por objetivo a ampliação, exploração e manutenção do Aeroporto pela concessionária, em caráter exclusivo, dos serviços públicos de Administração e Operação Aeroportuárias, bem como a exploração comercial das áreas não operacionais do Aeroporto de São José dos Campos, no município de São José dos Campos no estado do São Paulo, cuja concessão lhe foi outorgada pela Licitação por Concorrência Pública Internacional nº 021/SGAF/2021. Pelo direito de exploração do objeto da concessão (Aeroporto de São José dos Campos), a concessionária teve por obrigação pagar ao Poder Concedente o valor de R$ 16.829.429,20 (dezesseis milhões e oitocentos e vinte e nove mil e quatrocentos e vinte e nove reais e vinte centavos) em até 15 (quinze) dias corridos da data da assinatura do Contrato. Além do valor da outorga fixa pago à vista, a concessionária a partir do quinto ano-calendário completo da Concessão deverá efetuar o pagamento referente a contribuição variável que tem como base a receita bruta, seguindo as alíquotas e periodicidades abaixo:

Período	Alíquota
Da data de eficácia do contrato até o quarto ano-calendário completo	0%
Quinto ano	0,63%
Sexto ano	1,27%
Sétimo ano	1,90%
Oitavo ano	2,54%
Até o final da concessão	3,17%

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: a. Declaração de Conformidade. As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, e acordo com a legislação brasileira vigente, as quais compreendem as normas e os procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. **b. Continuidade.** A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente nos próximos doze meses e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a gestão do contrato de concessão. Estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional. **c. Aprovação das Demonstrações Contábeis.** A Administração da Companhia aprovou a emissão das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em 19 de abril de 2024. **d. Base de Mensuração.** As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação de suas políticas contábeis. **e. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação.** As demonstrações contábeis estão expressas em Reais (R$), que é moeda funcional e de apresentação da empresa, exceto quando de outra forma indicado. **f. Uso de Estimativas e Julgamentos.** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, na preparação das demonstrações financeiras. Os pressupostos baseiam-se em transações passadas e noutras informações relevantes e são revistos periodicamente pela administração, embora os resultados reais possam diferir destas estimativas. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **3. Procedimentos de Consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as participações societárias da Companhia, que estão consolidadas nas bases apresentadas abaixo:

Participação Acionária (%)	**2023**	**2022**
Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A.	99%	99%
Aeroporto Cabo Frio Logística, Armazém Geral e Transporte Multimodal Ltda	100%	100%
Aeródromo Norte Fluminense Ltda	100%	100%
Aeroporto São José dos Campos Ltda	100%	100%

Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A. é a Concessionária do Aeroporto de Cabo Frio, estabelecida na Cidade de Cabo Frio, e tem por objeto a exploração das áreas operacionais e não operacionais deste Aeroporto. Tendo como principais atividades: a Operação aeroportuária de passageiros, movimentação e armazenagem de cargas nacionais e importadas nos modais aéreo, marítimo e terrestre; apoio às operações offshore que servem às plataformas de petróleo (Bacia de Campos - RJ) e locações de galpões e salas comerciais. Em agosto de 2022 a Companhia deu início as atividades portuárias no Porto do Açu. Aeroporto Cabo Frio Logística, Armazém Geral e Transporte Multimodal Ltda. é uma Sociedade estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede no município de Cabo Frio - RJ. A empresa atua como Operador Logístico tendo como principais atividades: distribuição de mercadorias de terceiros, operador logística, agente de carga aérea nacional e internacional, operador de transporte multimodal e armazenamento – incluindo armazém geral, entre outros. Aeródromo Norte Fluminense Ltda. possui sua sede em São João da Barra - Rio de Janeiro - RJ, tem como atividade principal, as operações de aeroportos e campos de aterrissagem, nacionais e internacionais, próprias e de terceiros, depósito de mercadorias a terceiros e carga e descarga, como armazém geral, nos moldes do decreto 1.102/193 e a atuação como operadora de transporte multimodal e como agenciadora de carga nacional e internacional e atividades correlatadas. O Aeroporto de São José dos Campos Ltda. é uma Sociedade estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede no município de São José dos Campos. A empresa foi constituída 16 de maio de 2022 e atua como operadora aeroportuária. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo sua natureza, complementadas pelos procedimentos abaixo descritos: • **Investimento em controladas:** Controladas são todas as Empresas nas quais a Empresa tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais de forma direta ou indireta. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora as informações financeiras de controladas diretas e indiretas, assim como as coligadas, são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. • **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Empresa nas Empresas investidas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. • **Participação dos acionistas não controladores:** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **4. Principais Políticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a. Apuração do Resultado.** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. **b. Instrumentos Financeiros.** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **i. Ativos Financeiros Não derivativos – reconhecimento inicial e mensuração.** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos e caixa resultarão da cobrança de fluxos de causa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. **ii. Mensuração subsequente.** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desconhecimento (instrumentos patrimoniais). • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **iii. Ativos financeiros ao custo amortizado.** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem ao contas a receber e transações entre partes relacionadas. **iv. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **v. Desreconhecimento.** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **vi. Passivos financeiros não derivativos – Reconhecimento inicial e mensuração.** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem, fornecedores, adiantamento de clientes, empréstimos e financiamentos e transações com partes relacionadas. **vii. Mensuração subsequente.** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento. Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos). Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer ágio ou deságio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **Desreconhecimento.** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **c. Contas a Receber.** Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente e segregados entre circulante e não circulante de acordo com o prazo de vencimento desses créditos. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada um Ajuste a Valor Recuperável, constituído com base em análise das contas a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização. **d. Ajuste a valor presente.** Os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo (se relevantes) e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros prefixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e (iii) reajuste somente por inflação, sem juros, são ajustados a valor presente com base na taxa média praticada pela Companhia para captação de recursos. **e. Imobilizado. i. Reconhecimento e mensuração.** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os computadores, periféricos e imobilizado em andamento comprados que fazem parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento. Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **ii. Custos subsequentes.** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Empresa e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **iii. Depreciação.** A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do mês subsequente à data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro desde que ocorram mudanças significativas em relação às variáveis que possam alterar a vida útil dos ativos e a mensuração posterior dos ativos, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **f. Intangível.** É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios (tecnologia, relacionamento de clientes, carteira de clientes) são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo intangível. Os ativos intangíveis são revisados anualmente para efeitos de avaliação por perdas pela não recuperabilidade ou se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Empresa revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício. Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são registrados na rubrica de intangível, quanto aos requisitos de desenvolvimento. Quando esses critérios não são atingidos, esses gastos são registrados ao resultado do exercício quando incorridos como "Pesquisa e desenvolvimento." **g. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros (*Impairment*).** A Administração da Empresa avalia e monitora periodicamente o desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico Brasileiro CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, caso existam evidências claras de que a empresa possui ativos avaliados por valor não recuperável ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas. Não foram identificados indícios de necessidade de registro de *impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **h. Provisões.** Segundo os princípios contábeis, uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

AEROPART PARTICIPAÇÕES AEROPORTUÁRIAS S.A.

CNPJ: 12.779.675/0001-60

i. Imposto de Renda e Contribuição Social – Lucro Real. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende a carga tributária sobre o lucro corrente. **i. Correntes:** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. **ii. Diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, inclusive sobre os Ajustes de Avaliação Patrimonial, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. **j. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes).** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa, e seu custo ou valor, puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial, quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **k. Obrigações Trabalhistas e Sociais.** Constituída com base na remuneração de cada empregado e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço, acrescida dos encargos sociais correspondentes. A Empresa tem por prática reconhecer tal obrigação à curto e longo prazo em função da perspectiva de pagamento. **l. Provisão para Contingências.** Constituídas com base no parecer dos assessores legais, consideradas suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas. **m. Reconhecimento de Receita e Custos Operacionais.** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares; **Receita de Vendas de Serviços.** A receita de vendas de serviços é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: • A Empresa não mantém envolvimento continuado na gestão dos serviços vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais serviços; • É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Empresa; • Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. **n. Demonstrações dos fluxos de caixa.** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa				
Fundo Fixo	–	–	24	5
	–	**–**	**24**	**5**
Banco				
Banco Bradesco	–	–	30	1
	–	**–**	**30**	**1**
Aplicação financeira				
Santander	–	–	5	3
Itaú	2	7	2.770	608
Bradesco	–	–	10	–
	2	**7**	**2.785**	**611**
	2	**7**	**2.839**	**617**

O caixa e os equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário. A rentabilidade média para os montantes alocados em caixa e equivalentes de caixa é equivalente a 8,03% (31 de dezembro de 2022 – 7,90% a.a.).

6. Contas a Receber

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Duplicatas a receber	–	–	9.624	9.942
Contas a receber de contratos em garantias (i)	–	–	621	451
Outras contas a receber	48	16	318	244
	48	**16**	**10.563**	**10.637**
(-) Ajuste a Valor Recuperável	–	–	(717)	(421)
	48	**16**	**9.846**	**10.216**
Circulante	**48**	**16**	**8.547**	**9.765**
Não circulante	**–**	**–**	**1.299**	**451**

(i) A Companhia possui contas a receber com contrato firmado até junho de 2024, qual apresenta saldos em garantia de retenções contratuais com clientes para a cobertura de possíveis contingências trabalhistas que possam surgir no transcorrer dos serviços contratados no montante de R$ 621 em 2023 (R$ 451 em 2022). A liberação de tais recursos será efetuada até 30 dias após a apresentação de todos os comprovantes de pagamento das verbas trabalhistas e rescisórias dos empregados dispensados e da declaração formal de continuidade dos contratos de trabalho remanescentes.

a) Títulos a receber por vencimento

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
A vencer				
A vencer	48	16	6.085	4.703
A vencer a mais de 360 dias	–	–	1.299	–
	48	**16**	**7.384**	**4.703**
Vencidos				
Vencidos até 30 dias	–	–	1.040	2.343
Vencidos até 90 dias	–	–	1.182	971
Vencidos até 120 dias	–	–	212	338
Vencidos até 180 dias	–	–	28	205
Vencidos a mais de 180 dias	–	–	717	2.077
	–	**–**	**3.179**	**5.934**
	48	**16**	**10.563**	**10.637**

O Ajuste a Valor Recuperável foi constituído com base em controles da Administração sobre prováveis perdas dos créditos vencidos acima de 180 dias.

b) Movimentação do Ajustes ao Valor Recuperável

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Saldo Inicial	(421)	(194)
Adições	(296)	(227)
Saldo Final	(717)	(421)

7) Impostos, Taxas e Contribuições:

a) Ativo Fiscal Corrente

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
IRPJ (i)	71	64	1.409	831
ISS	–	–	889	847
CSLL	–	–	299	182
PIS	3	1	135	18
COFINS	11	–	375	24
INSS	–	–	162	147
Outros	–	–	232	9
	85	**65**	**3.501**	**2.058**
Circulante	**85**	**65**	**398**	**2.058**
Não circulante	**–**	**–**	**3.103**	**–**

(i) O saldo é referente a saldo negativo de 2021, 2022 e 2023 e a perspectiva do Grupo é utilizar os créditos no ano-calendário de 2024. **b) Ativo Fiscal Diferido (Consolidado).** Foram constituídas provisões para imposto de renda diferido pela Companhia, com base na legislação fiscal em vigor, utilizando as alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o montante que ultrapasse R$ 240 ano e 9% de contribuição social diferida. A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos está apresentada da seguinte forma:

Descrição	**Saldo**
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**532**
Adições em 2022	1.253
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.785**
Baixa pela realização em 2023	(675)
Reversão da estimativa na controlada Costa do Sol em 2023	(1.110)
Adições em 2023	1.302
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.302**

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízo fiscal acumulado	**(3.957)**	**(5.252)**
Adições	132	–
Exclusões	(3)	–
Base para o Tributo Diferido	**(3.828)**	**(5.252)**
Imposto de Renda e Contribuição Social (25%)	957	1.313
Contribuição Social (9%)	345	472
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido no Período	**1.302**	**1.785**

Em 2023 não está sendo considerado o prejuízo fiscal da controlada Costa do Sol.

c) Passivo Fiscal Corrente

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
PIS	17	5	197	426
COFINS	85	31	920	1.896
IRPJ	–	–	4	349
CSLL	–	–	–	180
ISS	–	–	143	156
INSS	–	–	167	132
ICMS	–	–	2	2
IOF	–	1	94	643
Tributos Retidos	8	243	286	394
Parcelamento (i)	–	–	4.267	1.273
	110	**280**	**6.080**	**5.451**
Circulante	**110**	**280**	**2.896**	**4.320**
Não-circulante	**–**	**–**	**3.184**	**1.131**

(i) Os parcelamentos foram realizados através de via administrativa junto aos órgãos públicos pela empresa, parcelados em 60 meses, corrido pela taxa Selic. Conforme composição dos parcelamentos abaixo:

Número do parcelamento	Natureza	Data do parcelamento	Valor inicial	2022	2023
02110001200305191932288	IOF	30/06/2022	83	75	68
02110001200305191932288	CSLL	30/06/2022	162	146	134
02110001200305191932288	COFINS	30/06/2022	745	671	615
02110001200305191932288	IRPJ	30/06/2022	322	289	266
02110001200305191932288	PIS	30/06/2022	102	92	84
02110001200267113812388	COFINS	15/03/2023	1.576	–	1.445
02110001200261125292369	PIS	15/03/2023	348	–	318
02110001200267128202335	IOF	15/03/2023	727	–	664
02110001200265131982302	CSLL	15/03/2023	156	–	142
02110001200261133492316	IRPJ	15/03/2023	311	–	284
02110001200924157242388	COFINS	16/10/2023	209	–	203
02110001200921160242340	PIS	16/10/2023	46	–	44
			4.787	**1.273**	**4.267**

d) Imposto de Renda e Contribuição Social: i. Impostos Correntes (Consolidado): Em 31 de dezembro de 2023 o imposto de renda e a contribuição social da Companhia foram computados com base na legislação fiscal em vigor, utilizando as alíquotas de 15% (e adicional de 10%) e 9%, respectivamente, conforme a seguir:

	Imposto de Renda 2023	Imposto de Renda 2022	Contribuição Social 2023	Contribuição Social 2022
Controladas com prejuízo no exercício	(4.475)	(3.530)	(4.475)	(3.530)
Controladas com lucros no exercício (i)	6.626	3.161	6.626	3.161
Resultado antes da Tributação	**2.151**	**(369)**	**2.151**	**(369)**
(i) Controladas com lucros no exercício				
Lucro Antes da Tributação do Exercício	**6.626**	**3.161**	**6.626**	**3.161**
Ajustes Temporários no Lalur:				
Adições	3.181	2.240	3.181	2.240
Exclusões	(2.822)	-	(2.822)	-
Ajustes Permanentes no Lalur:				
Adições	33	510	33	510
Exclusões	(400)	-	(400)	-
Lucro (Prejuízo) Líquido - Ajustado	**6.618**	**5.911**	**6.618**	**5.911**
Compensação do Prejuízo Fiscal	(1.985)	(1.773)	(1.985)	(1.773)
Resultado Fiscal	**4.633**	**4.138**	**4.633**	**4.138**
Imposto de Renda e Contribuição Social (15% e 9%)	(695)	(621)	(417)	(372)
Adicional do Imposto de Renda a Alíquota de 10%	(439)	(390)	-	-
PAT 4% do Imposto de Renda	28	25	-	-
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social no Período	**(1.106)**	**(986)**	**(417)**	**(372)**
Taxa efetiva	**16,7%**	**31,19%**	**6,29%**	**11,76%**

A Controladora e as demais controladas apuraram Imposto de Renda e Contribuição Social pelo regime tributário Lucro Real, somente a controlada Costa do Sol Aeroportuária S.A. as auferiu lucro tributável e, obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social. **8. Partes relacionadas:** Os seguintes itens são classificados como partes relacionadas pela Empresa: • Aeropart Participações Aeroportuárias S.A., • Aeródromo Norte Fluminense Ltda., • Costa do Sol operadora aeroportuárias S.A. • Groovy Logística e Armazéns Gerais Ltda., • Groovy Participações e Administração de Bens S.A., • Aeroporto São José dos Campos Ltda., • Canoas Distribuidora de Combustíveis Ltda., • Jetfly Revendedora de Combustíveis Ltda., • RDC Revendedora de Combustíveis Ltda. • Aeroporto Cabo Frio Logística, Armazém Geral e Transporte Multimodal Ltda. **a. Remuneração dos Administradores.** A Companhia é administrada por Diretoria de acordo com as atribuições e os poderes conferidos pelo seu Contrato Social à luz da legislação societária. De acordo com a Lei nº 6.404/76 e com o Contrato Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. A Companhia remunerou seus diretores no montante de R$ 756 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 660 em 31 de dezembro de 2022). **b. Transações Efetuadas.** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos a operações com partes relacionadas bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações. Os empréstimos foram concedidos para pagamento de despesas gerais e a liquidação de compromissos com fornecedores. As transações com partes relacionadas que apresentaram movimentação foram:

	Controladora 2023	Controladora 2022
Ativo Não Circulante		
Mútuo		
Aeródromo Norte Fluminense (i)	20.680	19.913
Total ativo	**20.680**	**19.913**
Passivo não circulante		
Mútuo		
Costa do Sol operadora aeroportuárias (ii) (iii)	17.389	14.623
Total passivo	**17.389**	**14.623**

Resultado	Controladora 2023	Controladora 2022
Receita Financeira		
Aeródromo Norte Fluminense Ltda	767	964
Costa do Sol operadora aeroportuárias	8	55
	775	**1.019**
Despesa Financeira		
Costa do Sol operadora aeroportuárias	(710)	(424)
	(710)	**(424)**
	65	**595**

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo Não Circulante		
Mútuo		
Aeródromo Norte Fluminense (i)	–	–
Groovy Logística (ii)	2.566	1.671
Groovy Participações (ii)	494	374
Canoas Distribuidora	93	–
Total ativo	**3.153**	**2.045**
Passivo não circulante		
Mútuo		
Jetfly Revendedora de Combustíveis (iii)	6.085	890
Canoas Distribuidora de Combustíveis (iii)	–	956
RDC Revendedora de Combustíveis (iii)	4.101	4.964
Total passivo	**10.186**	**6.810**
Resultado		
Receita Financeira		
Groovy Participações e Administração de Bens S.A.	19	5
Aeródromo Norte Fluminense Ltda	1.420	1.334
Groovy Logística e Armazéns Gerais Ltda	90	47
RDC Revendedora de Combustíveis Ltda	3	208
Jetfly Revendedora de Combustíveis Ltda	1	–
Canoas Distribuidora de Combustíveis Ltda	3	–
	1.536	**1.594**
Despesa Financeira		
Jetfly Revendedora de Combustíveis Ltda	(56)	(4)
RDC Revendedora de Combustíveis Ltda	(272)	(41)
Canoas Distribuidora de Combustíveis Ltda	(21)	(69)
Aeródromo Norte Fluminense Ltda	(12)	–
Groovy Logística e Armazéns Gerais Ltda	(2)	–
	(363)	**(114)**
	1.173	**1.480**

i. O saldo se refere a transação de mútuo entre Aeropart e sua controlada Aeródromo para pagamento das obras atualizada pelo IPCA. ii. A Companhia concedeu empréstimos para pagamento de despesas gerais e a liquidação de compromissos com fornecedores. De acordo com os contratos, os encargos são pós-fixados conforme o IPCA vigente na data da liquidação. Os contratos firmados até a data base de 31 de dezembro de 2022, tem a expectativa de serem liquidados no prazo médio de dois anos. iii. A Companhia tomou empréstimos para pagamento de despesas gerais e a liquidação de compromissos com fornecedores. De acordo com os contratos, os encargos são pós-fixados conforme o IPCA vigente na data da liquidação. Os contratos firmados até a data base de 31 de dezembro de 2022, tem a expectativa de serem liquidados no prazo médio de dois anos. **9. Investimentos: a. Composição Contábil**

Participações Societárias em Controladas	Controladora 2023	Controladora 2022
Aeródromo Norte Fluminense	13.622	14.266
Aeroporto São José dos Campos	17.344	18.726
Costa do Sol Operadora Aeroportuárias	31.892	28.802
Aeroporto Cabo Frio Logística	380	368
	63.238	**62.162**

b. Mutações dos Investimentos

Controladas	Saldo 2022	Equivalência Patrimonial	Dividendos Propostos	Saldo 2023
Aeródromo Norte Fluminense	14.266	(644)	–	13.622
Aeroporto São José dos Campos	18.726	(1.382)	–	17.344
Costa do Sol operadora aeroportuárias	28.802	3.285	(195)	31.892
Aeroporto Cabo Frio Logística	368	12	–	380
	62.162	**1.271**	**(195)**	**63.238**

Controladas	Saldo 2021	Equivalência Patrimonial	Dividendos Propostos	Saldo 2022
Aeródromo Norte Fluminense	15.137	(871)	–	14.266
Aeroporto São José dos Campos	20.000	(1.274)	–	18.726
Costa do Sol operadora aeroportuárias	25.732	3.070	–	28.802
Aeroporto Cabo Frio Logística	154	214	–	368
	61.023	**1.139**	**–**	**62.162**

c. Relação dos Investimentos em controladas. As controladas são empresas nas quais a Empresas e Companhias, direta ou indiretamente, detêm controle e poder de decisão independente da distribuição de relevância do capital, com direito a voto ou outro tipo de controle (direto ou indireto) sobre as operações que lhe permitam auferir benefícios das atividades dessas empresas e companhias. Saldos apresentados em 31 de dezembro de 2023:

	Costa do Sol	Cabo Frio Logística	Aeródromo	Aeroporto São José	Total
Total das Receitas	49.234	150	–	7.841	57.225
Total dos Ativos	54.433	415	55.616	27.356	137.820
Capital Social	15.104	350	15.446	20.000	50.900
Patrimônio Líquido	29.094	368	14.266	18.726	62.454
Lucro/(Prejuízo) do Exercício	3.318	12	(644)	(1.382)	1.304
% de Participação	99%	100%	100%	100%	

Saldos apresentados em 31 de dezembro de 2022:

	Costa do Sol	Cabo Frio Logística	Aeródromo	Aeroporto São José	Total
Total das Receitas	37.920	1.520	–	266	39.706
Total dos Ativos	47.143	469	50.261	20.679	118.552
Capital Social	15.104	350	15.446	20.000	50.900
Patrimônio Líquido	25.991	154	15.138	20.000	61.283
Lucro/(Prejuízo) do Exercício	3.101	214	(872)	(1.274)	1.169
% de Participação	99%	100%	100%	100%	

10. Imobilizado: a. Composição Contábil - Consolidado

	Custo	Depreciação	Saldo Líquido 2023	Saldo Líquido 2022
Móveis e Utensílios	21	(3)	18	107
Máquinas e Equipamentos	801	(160)	641	1.109
Computadores e Periféricos	601	(117)	484	220
Veículos	–	–	–	–
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	16	–	16	918
Instalações	109	(3)	106	–
Imobilizado em andamento	57.750	–	57.750	49.958
Total	**59.298**	**(283)**	**59.015**	**52.312**

b. Premissas Subjacentes ao Reconhecimento - Consolidado. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição acrescido dos gastos auferidos para que o ativo entre em operação. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa Média
Moveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Computadores e Periféricos	20%
Instalações	10%
Benfeitoria em Imóveis de Terceiro	20%
Veículos	10%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **c. Movimentação do Imobilizado - Consolidado**

Custo	2021	Adições	Baixa	Transferência	2022
Móveis e Utensílios	274	78	–	–	352
Máquinas e Equipamentos	1.176	662	–	–	1.838
Computadores e Periféricos	882	129	–	–	1.011
Veículos	169	–	–	–	169
Benfeitoria em Imóveis de Terceiro	166	3	–	1.280	1.449
Imobilizado em Andamento	45.954	5.378	(93)	(1.280)	49.959
	48.621	**6.250**	**(93)**	**–**	**54.778**
Depreciação					
Móveis e Utensílios	(237)	(8)	–	–	(245)
Máquinas e Equipamentos	(577)	(153)	–	–	(730)
Computadores e Periféricos	(673)	(118)	–	–	(791)
Veículos	(169)	–	–	–	(169)
Benfeitoria em Imóveis de Terceiro	(121)	(410)	–	–	(531)
	(1.777)	**(689)**	**–**	**–**	**(2.466)**
Imobilizado Líquido	**46.844**	**5.561**	**(93)**	**–**	**52.312**

Custo	2022	Adições	Baixas	2023
Móveis e Utensílios	352	3	(334)	21
Máquinas e Equipamentos	1.838	14	(1.051)	801
Computadores e Periféricos	1.004	513	(916)	601
Veículos	169	–	(169)	–
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	1.449	13	(1.446)	16
Instalações	–	109	–	109
Imobilizado em andamento	49.958	7.792	–	57.750
	54.770	**8.444**	**(3.916)**	**59.298**
Depreciação				
Móveis e Utensílios	(245)	(13)	255	(3)
Máquinas e Equipamentos	(729)	(146)	715	(160)
Computadores e Periféricos	(784)	(133)	800	(117)
Veículos	(169)	–	169	–
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	(531)	(916)	1.447	–
Instalações	–	(3)	–	(3)
	(2.458)	**(1.211)**	**3.386**	**(283)**
Imobilizado Líquido	**52.312**	**7.233**	**(530)**	**59.015**

11. Intangível: a. Composição Contábil

Controladora	Custo	Amortização	Saldo Líquido 2023	Saldo Líquido 2022
Direito de exclusividade	1.372	(1.372)	–	88
Ágio	225	–	225	225
	1.597	**(1.372)**	**225**	**313**

Consolidado	Custo	Amortização	Saldo Líquido 2023	Saldo Líquido 2022
Pesquisa e Des. Software	–	–	–	59
Software	–	–	–	8
Direito de Exploração (i)	20.406	(793)	19.613	20.312
Bens Prefeitura - Benfeitoria	76	(2)	74	916
Bens Prefeitura - Instalações	17	(1)	16	41
Direito de uso	1.372	(1.372)	–	88
Ágio	225	–	225	225
	22.096	**(2.168)**	**19.928**	**21.649**

(i) Direito de exploração O item do intangível é referente ao direito de exploração da concessionária que o objeto é o Aeroporto São José dos Campos. O valor é composto pela outorga e pelos estudos técnicos de viabilidade que eram necessários para início da operação, conforme quadro abaixo:

Outorga	Estudos Técnicos	Total
16.829	**3.577**	**20.406**

b. Premissas Subjacentes ao Reconhecimento. O intangível é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição acrescido dos gastos auferidos para que o ativo entre em operação. A amortização dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa Média
P&D	20%
Direito de Exploração	4%
Bens Recebidos em Concessão	10%
Bens Recebidos em Concessão – Benfeitorias	11%
Bens Recebidos em Concessão – Instalações	8%
Direito de Uso (i)	6%

O método de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. (i) A amortização do Direito de Uso é feita com base no cálculo do arrendamento e considerando o prazo de vigência do contrato de locação. **c. Movimentação do Intangível - Controladora**

Controladora	2022	Adições	Baixas	2023
Direito de exclusividade				
Custo	1.372	–	–	1.372
Amortização	(1.284)	(88)	–	(1.372)
	88	**(88)**	**–**	**–**

Controladora	2021	Adições	Baixas	2022
Direito de exclusividade				
Custo	1.372	–	–	1.372
Amortização	(1.018)	(266)	–	(1.284)
	354	**(266)**	**–**	**88**

d. Movimentação do Intangível - Consolidado

Consolidado	2022	Adições	Baixas	2023
Custo				
Pesquisa e Desenvolvimento	2.164	–	(2.164)	–
Software	11	–	(11)	–
Marcas e Patentes	2	–	(2)	–
Direito de Exploração	20.408	–	(115)	20.293
Bens Recebidos Prefeitura	4	–	(4)	–
Bens Prefeitura - Benfeitoria	24.758	76	(24.758)	76
Bens Prefeitura - Instalações	1.264	17	(1.264)	17
Direito de uso	1.852	–	(480)	1.372
Ágio	225	–	–	225
	50.688	**93**	**(28.798)**	**21.983**
Amortização				
Pesquisa e Desenvolvimento	(2.105)	(34)	2.139	–
Software	(3)	(4)	7	–
Marcas Patentes	(2)	–	2	–
Direito de Exploração	(96)	(684)	100	(680)
Bens Recebidos Prefeitura	(4)	–	4	–
Bens Prefeitura - Benfeitoria	(23.842)	(919)	24.759	(2)
Bens Prefeitura - Instalações	(1.223)	(42)	1.264	(1)
Direito de uso	(1.750)	(102)	480	(1.372)
	(29.025)	**(1.785)**	**28.755**	**(2.055)**
Intangível Líquido	**21.663**	**(1.692)**	**(43)**	**19.928**

Consolidado	2021	Adições	Baixa	2022
Custo				
Direito de Exclusividade	1.372	–	–	1.372
Pesquisa e Desenvolvimento	2.165	–	–	2.165
Software	–	11	–	11
Marcas e Patentes	2	–	–	2
Direito De Exploração	115	20.406	–	20.521
Bens Recebidos Prefeitura	4	95	–	99
Bens Prefeitura – Benfeitoria	24.665	–	–	24.665
Bens Prefeitura – Instalações	1.264	–	–	1.264
Direito de Uso	479	–	–	479
Ágio	225	–	–	225
	30.291	**20.512**	**–**	**50.803**
Amortização				
Direito de Exclusividade	(1.018)	(266)	–	(1.284)
Pesquisa e Desenvolvimento	(2.066)	(39)	–	(2.105)
Software	–	(3)	–	(3)
Marcas Patentes	(2)	–	–	(2)
Direito De Exploração	(94)	(117)	–	(211)
Bens Recebidos Prefeitura	(4)	–	–	(4)
Bens Prefeitura - Benfeitoria	(21.167)	(2.675)	–	(23.842)
Bens Prefeitura - Instalações	(1.104)	(119)	–	(1.223)
Direito de Uso	(410)	(56)	–	(466)
	(25.865)	**(3.275)**	**–**	**(29.140)**
Intangível Líquido	**4.426**	**17.237**	**–**	**21.663**

12. Provisão para contingências (Consolidado): A Companhia é parte envolvida em processos de natureza trabalhista surgidos no curso normal dos seus negócios e está discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa quanto judicial, amparadas, em alguns casos, por depósitos judiciais, quando aplicáveis. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração da Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos. Com base na avaliação de risco de seus assessores jurídicos, a Companhia, e suas Controladas, constituíram provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas para fazer face ao risco provável identificado nos processos contenciosos, como segue: **a. Composição Contábil**

	2023 Provisão	2023 Depósito/ Bloqueio Judicial	2022 Provisão	2022 Depósito/ Bloqueio Judicial
Cíveis	–	162	–	118
Trabalhistas	431	–	720	–
	431	**162**	**720**	**118**

Os depósitos judiciais apresentados no quadro acima são apenas aqueles vinculados às contingências de perda provável. O saldo se refere a bloqueio judicial, que não se trata de processo da Companhia e está sendo embargado para que haja a liberação do mesmo. A movimentação das contingências classificadas como prováveis e possíveis está apresentada no quadro abaixo:

Prováveis	**2022**	**Adições**	**Baixas**	**2023**
Reclamações Trabalhistas Prováveis	**720**	**139**	**428**	**431**

Os processos judiciais, avaliados como de perda possível, movidos contra a Companhia se referem a autos de infração lavrados pela RFB e, portanto, não provisionados, montam R$ 4.545 (R$ 4.435 em 31 de dezembro de 2022), divididos da seguinte forma:

Tipo de ação	Valor em 2023	Quantidade de ações	Valor em 2022	Quantidade de ações
Tributárias	4.009	5	4.009	5
Trabalhistas	536	11	426	10
	4.545	**16**	**4.435**	**15**

AEROPART PARTICIPAÇÕES AEROPORTUÁRIAS S.A.

CNPJ: 12.779.675/0001-60

b. Contingências Tributárias. Referem-se à compensação de tributos federais através de processo administrativo (a Companhia está aguardando manifestação das autoridades competentes, ora em julgamento, sendo integralmente provisionada), bem como, Autos de Infração que estão sendo contestados judicialmente. **c. Contingências Trabalhistas e Cíveis,** Referem-se basicamente a contenciosos trabalhistas e cíveis, movidas contra Companhia, provisionadas considerando a opinião de seus assessores jurídicos externos a respeito da perspectiva de desfecho em cada uma das ações. **d. Aeródromo Norte Fluminense Ltda.** O Aeródromo Norte Fluminense Ltda. é objeto da Ação Civil Pública de n.º 0004009-40.2020.8.19.0053, em trâmite perante o MM. Juízo da 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de São João da Barra/RJ, que lhes promove – e a outro – o GRUPO DE DEFESA AMBIENTAL (GDA), e por meio da qual este almeja, em suma, discutir a regularidade ambiental de empreendimento da AEROPART PARTICIPAÇÕES AEROPORTUÁRIAS S.A. ora em fase de construção – o Heliporto/Aeródromo do Açu –, notadamente a qualidade deste, se público ou privado. Distribuída a ação, foi deferida parcialmente a liminar determinando a suspensão das obras até que a Aeropart comprovasse o real destino do aeródromo, se público ou privado e, após intervenção da Companhia nos autos, a liminar foi revogada em decisão mantida em sede de Agravo de Instrumento interposto pelo GDA, recurso autuado sob o nº 0008467-31.2021.8.19.0000 e julgado pela 2ª Câmara Cível do E. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em acórdão já transitado em julgado. Atualmente, o processo aguarda manifestação do juiz acerca de solicitação do Ministério Público, que requereu intimação das partes acerca das alegações finais autorais. Em síntese, o processo aguarda manifestação das partes. **13. Fornecedores: a. Composição Contábil**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Duplicatas a Pagar	44	760	3.900	3.297
Outros	–	–	84	–
	44	**760**	**3.984**	**3.297**

b.Títulos a pagar por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
Títulos:	2023	2022	2023	2022
A vencer	44	760	3.898	3.222
Vencidos até 90 dias	–	–	86	75
	44	**760**	**3.984**	**3.297**

14. Empréstimos e financiamentos (Consolidado): a. Composição Contábil

	Consolidado	
	2023	2022
Empréstimos	9.014	4.019
Juros	30	(175)
	9.044	**3.844**
Circulante	**859**	**2.994**
Não circulante	**8.185**	**850**

b. Empréstimos e financiamentos

Instituição Financeira Capital de Giro	Início	Vencimento	Principal	Index	Taxa a.a.	2023	2022
Itaú Unibanco S.A.	01/10/2020	29/02/2024	9.003	CDI	7,31	859	3.844
Banco Bradesco	20/12/2023	20/12/2027	8.000	CDI	2,93	8.185	–
						9.044	**3.844**

c. Fluxo de pagamentos

	2024	2025	2026	2027	Total
Capital de Giro	859	2.749	2.718	2.718	**9.044**

d. Outras informações. i. Itaú. O empréstimo será liquidado de forma mensal por meio de 36 parcelas compostas de principal e juros, com carência de 6 meses, e o pagamento da primeira parcela em 30 de março de 2021. Em 31 de dezembro de 2023 estava em aberto 3 parcelas (em 31 de dezembro de 2022 estava pendente 15 parcelas) para a liquidação do empréstimo de capital de giro, qual foram liquidados em 29 de fevereiro de 2024. O contrato possui cláusulas de garantia dos sócios como devedores solidários. **ii. Bradesco.** O empréstimo será liquidado de forma mensal por meio de 36 parcelas, compostas de principal e juros, com carência de 12 meses, e o pagamento da primeira parcela em 20/01/2025. O contrato tem como garantia real a cessão fiduciária de direitos creditórios de recebíveis da Companhia e possui como avalistas os sócios e a Jetfly Revendedora de Combustíveis.

15. Adiantamento de Clientes

	Consolidado	
	2023	2022
Comando da Aeronáutica	–	1.159
A R W de C Suporte	258	–
Petrobras	–	1.557
Azul	2	349
Outros adiantamentos	310	213
	570	**3.278**

16. Provisão para descontinuidade (Consolidado)

	Consolidado	
	2023	2022
Rescisão de contratos com fornecedores	233	–
Rescisão de contratos trabalhistas	1.892	–
	2.125	–

A administração entende que com o fim da atividade da controlada Costa do Sol, a operação e gestão do aeroporto de Cabo Frio, a controlada está em descontinuidade operacional. Assim pelas melhores estimativas constituiu provisão para indenização trabalhistas e distrato de fornecedores necessário para a o encerramento da concessão. **17. Patrimônio Líquido: a. Capital Social.** O capital social da Companhia, total subscrito e integralizado, é de R$ 51.084 (R$ 51.084 em 31 de dezembro de 2022), dividido em 55.234.745 ações, sendo 29.132.634 ações ordinárias classe A e 26.102.111 ações ordinárias classe B, todas nominativas e sem valor nominal. **b. Destinação do resultado.** Artigo 29 do Estatuto social da Companhia – O lucro líquido de cada exercício terá a seguinte destinação: Aplicação de 5% (cinco por cento) na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do capital social. A constituição da Reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta, acrescido ao montante das reservas de capital exceder a 30% do capital social. **c. Dividendo mínimo obrigatório.** 25% (vinte e cinco por cento) de dividendos mínimos obrigatórios, deduzidos os dividendos declarados durante o exercício na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76. Os dividendos previstos neste artigo não serão distribuídos nos exercícios em que a administração informar a assembleia geral que tais dividendos são incompatíveis com a situação financeira da Companhia. A assembleia geral decidirá o destino do saldo remanescente.

18. Receita Operacional Líquida (Consolidado)	2023	2022
Receitas		
Tarifas aeroportuárias		
Pouso e permanência	425	152
Comunicação e auxílio à navegação	24.887	16.181
Outros serviços aeroportuários	2.504	1.107
Cargas Regulares/Armazenagem	13.476	9.685
Helicópteros	11.575	11.162
Locações	4.733	1.034
Portuários (i)	7.703	6.579
Total das Receitas	**65.303**	**45.900**
Deduções da Receita		
(-) PIS	(1.081)	(757)
(-) COFINS	(4.976)	(3.487)
(-) ISS	(2.194)	(1.898)
(-) Descontos incondicionais	(2)	(52)
Total das Deduções da Receita	**(8.253)**	**(6.194)**
Receita Líquida	**57.050**	**39.706**

(i) Refere-se à operação de serviços portuários de atividade de uma filial no porto do Açu para prestação de serviços com operação em BASE com terminal marítimo, suporte logística portuária integrada, carga, descarga e armazenagem para atendimento de base permanente para embarques offshore.

19. Custo dos Serviços Prestados (Consolidado)

	Consolidado	
	2023	2022
Mão-de-obra avulsa	2.290	1.533
Custos com transportes	477	116
Serviços com terceiros	9.928	3.035
Custos com equipamentos	2.070	2.295
Custos com Energia Elétrica	1.377	1.011
Custos com Água e Esgoto	932	591
Custos pessoal	7.143	6.593
Ocupação de espaço	6.095	3.974
Custos depreciação e amortização	2.110	3.476
Custos com software	365	166
Custos com Plano de Controle de Emergência (PCE)	155	16
Custos com taxa de repasse INFRAERO	325	3
Custos gerais	2.823	1.424
	35.245	**24.233**

20. Despesas Gerais e Administrativas	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Serviços de terceiros	1.381	1.510	7.918	8.585
Salários	47	–	1.799	2.152
Despesa com Material de Informática	40	25	913	798
Depreciação e amortização	88	265	873	472
Despesas com viagens	25	1	306	461
INSS	9	–	463	409
FGTS	–	–	127	94
Férias	–	–	213	149
13º salário	–	–	104	88
Benefícios a Empregados	–	–	694	379
Outras despesas com pessoal	–	–	63	181
Despesas com ocupação	46	31	256	131
Despesas comerciais	72	10	216	162
Despesas veículos	1	4	239	135
Material uso e consumo	–	14	243	35
Locação de equipamentos	–	–	365	131
Despesa com manutenção	–	–	504	323
Impostos e taxas	84	3	181	200
Despesa com internet/telefone	–	–	219	–
Outras despesas operacionais	–	–	545	57
Despesas Indedutíveis	–	–	360	511
	1.793	**1.863**	**16.601**	**15.453**

21. Outras receitas/(despesas) operacionais	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Outras receitas	719	–	862	146
Reversão de Provisão	–	–	–	–
	719	**–**	**862**	**146**
Contingência Trabalhista	–	–	(35)	(53)
PCLD – indedutível	–	–	(296)	(227)
Indenização	–	–	–	(19)
Reversão de Provisão de Receita	–	–	(147)	–
Provisão para descontinuidade	–	–	(2.699)	
Outras despesas	–	–	(59)	–
	–	**–**	**(3.236)**	**(299)**
	719	**–**	**(2.374)**	**(153)**

22. Resultado Financeiro	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Rendimentos de aplicações financeiras	–	11	38	4
Receita de juros	–	–	575	97
Variação cambial ativa	–	–	40	5
Atualização monetária	8	6	202	12
Desconto obtido	–	5	18	40
Juros sobre empréstimos - parte relacionada	775	1.019	1.518	2.031
Outras receitas financeiras	–	–	–	13
	783	**1.041**	**2.391**	**2.246**
Despesas Bancárias	–	(2)	(13)	(21)
Encargos sobre pagamentos em atraso	(84)	(15)	(1.787)	(880)
Juros s/arrendamento	–	–	–	(3)
Variação cambial passiva	–	–	(13)	–
Desconto concedido	–	–	(109)	(7)
IOF	(38)	(291)	(525)	(582)
Perda com operações financeiras	–	–	(26)	(31)
(-) PIS/COFINS sobre receita financeira	(36)	(56)	(147)	(134)
Juros sobre empréstimos - parte relacionada	(710)	(424)	(344)	(552)
Tarifa	–	–	(30)	(131)
Outras despesas financeiras	–	–	(76)	(141)
	(868)	**(788)**	**(3.070)**	**(2.482)**
	(85)	**253**	**(679)**	**(236)**

23. Seguros – não auditado (não auditado): A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. **a. Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A.** Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, a Companhia mantém coberturas securitárias para os riscos que possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio e/ou o resultado da Companhia. Dentre as modalidades de seguros contratadas pela Companhia, são destaques: • **Riscos operacionais**: Cobertura de danos materiais ocasionados a prédios, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios decorrentes de incêndio, raio e explosão, desentulho, alagamentos, quebra de maquinário e danos elétricos, bem como perda de receita bruta causada pela interrupção de produção consequente de danos materiais. Em 31 de dezembro de 2023, a importância segurada é de R$ 193.617.030.

Apólice	Seguradora	Bens assegurados	Valor assegurado	Vigência Início	Vigência Fim
02661094	Tokio Marine	Patrimonial	25.245.393	04/08/2023	04/08/2024
30197073	Bradesco	Property Sales	1.035.000	28/05/2022	28/05/2024
1179186140	Zurich	Responsabilidade Civil	10.000.000	18/01/2023	18/01/2024
02852.2023.0021. 1537.0000313	AXA	Responsabilidade Civil	148.200.000	31/05/2023	31/05/2024
01.046.131.005061	HDI	Auto	4.250.000	26/11/2023	26/11/2024
51750015345	Swiss	Garantia - Execução Fiscal	3.806.333	12/05/2020	12/05/2025
0306920219907 750484948000	Pottencial	Garantia - Trabalhista	1.080.304	05/03/2021	01/03/2024
			193.617.030		

Cabe mencionar que essas informações não foram objeto de auditoria dos auditores independentes, PKF Affiance Brazil Auditores Independentes. **b. Aeroporto de São José dos Campos LTDA.** Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, a Companhia mantém coberturas securitárias para os riscos que possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio e/ou o resultado da Companhia. Dentre as modalidades de seguros contratadas pela Companhia, são destaques: • Riscos operacionais: Cobertura de danos materiais ocasionados a prédios, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios decorrentes de incêndio, raio e explosão, desentulho, alagamentos, quebra de maquinário e danos elétricos, bem como perda de receita bruta causada pela interrupção de produção consequente de danos materiais. Em 31 de dezembro de 2023, a importância segurada é de R$ 38.000.000.

Apólice	Seguradora	Corretora	Prêmio	Valor assegurado	Vigência Início	Vigência Fim
0023747	Tokio Marine	Elisa Queiroz	R$ 10.086	R$ 28.000.000	11/11/23	11/11/24
02852.2023.0021. 1537.0000330	AXA Seguros	Elisa Queiroz	R$ 262.804	R$ 10.000.000	01/10/23	01/10/24
			R$ 272.890	**R$38.000.000**		

Cabe mencionar que essas informações não foram objeto de auditoria dos auditores independentes, PKF Affiance Brazil Auditores Independentes. **24. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros utilizados atualmente pela Empresa estão restritos a investimentos de curto prazo, e empréstimos em condições normais de mercado e instrumentos financeiros derivativos detidos para proteger suas exposições a risco de taxa de câmbio. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, buscando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. **Mensuração do valor justo.** O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar e não em uma venda ou liquidação forçada. O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores empréstimos e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa não possui quaisquer operações estruturadas com derivativos, contratos a termo, operações de swap, opções, futuros ou mesmo operações de derivativos embutidos em outros produtos, de forma que não há qualquer risco associado às políticas de utilização de instrumentos financeiros derivativos. A Empresa se encontra exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são monitorados pela Administração. Esses riscos significativos de mercado que afetam os negócios da Empresa podem ser assim resumidos: **a. Risco de crédito.** No que se refere ao risco de crédito associado a aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Empresa apenas realiza operações em instituições de baixo risco avaliadas agências de rating independentes. **b. Risco de liquidez.** A política de gestão de risco implica manter um nível seguro de caixa e equivalentes de caixa ou acessos a fundos imediatos. Desta forma, a Empresa possui investimentos com vencimento a curto prazo e liquidez imediata. **c. Gestão de risco de capital.** Os objetivos da Empresa na gestão de seu capital são proteger a capacidade de continuar suas operações, oferecer retorno aos seus quotistas e garantir uma estrutura de capital adequada. **d. Valor Justo dos Instrumentos Financeiros. i. Valor justo hierárquico.** Existem três níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo: • Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo. • Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. • Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela Empresa estão evidenciados no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
Ativo	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	2	7	2.839	617
Contas a receber de clientes	48	16	9.225	9.765
Adiantamentos e despesas antecipadas	–	5	955	780
FI Infraestrutura Aeroportuária	–	–	260	234
Partes relacionadas	20.680	19.913	3.153	2.045
	20.730	**19.941**	**16.432**	**13.441**
Passivo Circulante				
Fornecedores e outras contas a pagar	44	760	3.984	3.297
Empréstimos	–	–	859	2.994
Outros passivos	3	3	573	3.281
FI Infraestrutura Aeroportuária	–	–	189	136
Empréstimos e financiamentos	–	–	8.185	851
Partes relacionadas	17.389	14.623	10.186	6.810
	17.436	**15.386**	**23.976**	**17.369**

ii. Instrumentos Financeiros "Não Derivativos". A Administração considera que o valor justo é igual ao valor contábil de todas as operações, pois para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação nessa data, uma vez que essas operações vencimento a curto prazo. Dessa forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial relativos aos saldos de depósitos bancários, tais como empréstimos, contas a pagar e outras dívidas, não diferem de seus valores justos em 2023 e 2022.

AEROPART PARTICIPAÇÕES AEROPORTUÁRIAS S.A.
Carlos Gdalevici Junqueira - CPF: 074.739.717-19
DOMINGUES E PINHO CONTADORES LTDA. - CRC-RJ 001137/O-0
Ana Claudia Carriço Miceli - CRC-RJ 081.552/O-0 - Contadora
Marluci Azevedo Rodrigues - CRC-RJ 059.203/O-4 - Contadora

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Diretoria e aos Acionistas AEROPART PARTICIPAÇÕES AEROPORTUARIAS S.A. Engenheiro Coelho - SP. Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da **AEROPART PARTICIPAÇÕES AEROPORTUARIAS S.A.**, ("Companhia"), identificadas como "Controladora" e "Consolidado" respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelo possível efeito e o efeito do assunto descrito na seção intitulada "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas", as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **AEROPART PARTICIPAÇÕES AEROPORTUARIAS S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para a opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: 1. Transações com Partes Relacionadas.** Conforme nota explicativa nº 8.b, às demonstrações contábeis apresentam o saldo consolidado de R$ 3.153 referente transações com partes relacionadas, classificadas no ativo não circulante, que destaca operações de mútuos com Groovy Logística e Armazéns Gerais Ltda. e Groovy Participações e Administração de Bens S.A., nos respectivos valores de R$ 2.566 mil e R$ 494 mil, onde até a emissão deste relatório a Companhia não concluiu o processo de avaliação em relação a realização dos saldos, portanto, nenhum ajuste a valor recuperável sobre estes saldos foi reconhecido conforme requerimentos da NBC TG 01 (R4). Consequentemente, não nos foi possível satisfazermo-nos por meio de outros procedimentos de auditoria, quanto à apresentação adequada dos respectivos saldos com Partes Relacionadas, apresentados em 31 de dezembro de 2023, bem como, quanto à mensuração adequada do saldo de investimentos da controladora avaliados pelo método de equivalência patrimonial uma vez que estes saldos poderiam ser diferentes, caso esse processo de conciliação fosse concluído. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis do exercício corrente também inclui modificação em decorrência dos possíveis efeitos desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e os valores correspondentes com o exercício anterior. **2. Efeitos de Consolidação:** Conforme nota explicativa nº 8.b, às demonstrações contábeis apresentam o saldo consolidado de R$ 1.420 referente receita de juros advindo de mútuos com a controlada Aeródromo Norte Fluminense, que reconheceu os juros da operação como custo de empréstimos incorporado ao custo de formação do ativo imobilizado. Assim o efeito da eliminação não foi refletido nas demonstrações contábeis em desacordo com os requerimentos da NBC TG 36 (R3) Demonstrações consolidadas, bem como, quanto à mensuração adequada do saldo de investimentos da controladora avaliados pelo método de equivalência patrimonial uma vez que estes saldos impactam a posição patrimonial da controlada. Consequentemente o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão apresentados a maior em R$ 5.318 e o resultado do exercício em R$ 1.420 em 31 de dezembro de 2023. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis do exercício corrente também inclui modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e os valores correspondentes com o exercício anterior. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfase: Incerteza Relevante relacionada a Continuidade Operacional.** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1, que descreve que a prorrogação da concessão está prevista para término em outubro de 2024 e até a emissão deste relatório a Prefeitura Municipal de Cabo Frio não realizou a reabertura do edital para o processo de licitação. A Administração está se preparando para a concorrência quanto a republicação do novo edital e entende como possível a continuação da operação pela nova concessão, a continuidade operacional da Companhia depende do êxito de sua Administração em seu plano de negócios e estratégia operacional apresentados. Esses eventos ou condições, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Contingências – Ação Civil Pública de Regularidade Ambiental:** Chamamos atenção à nota explicativa nº 12.d às demonstrações contábeis, que descreve que a controlada Aeródromo Norte Fluminense Ltda. é objeto da Ação Civil Pública, que almeja discutir a regularidade ambiental de empreendimento da Companhia, atualmente, o processo aguarda manifestação do juiz. A existência de passivo contingente para a Empresa depende da manifestação do juiz e do transitado e julgado desta ação. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. **Transações com partes relacionadas:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 8 às demonstrações contábeis, que descrevem que a Empresa mantém transações em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descrita. Dessa forma, essas demonstrações contábeis devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 17 de abril de 2024.
PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.
CRC Nº 2SP025652/O-0; Cleverson Lacerda Silva - CTCRC Nº 1SP289079/O-0.

GB CR PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ 16.965.684/0001-04 - NIRE 33.3.0031783-0

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária: Ficam os senhores acionistas da **GB CR PARTICIPAÇÕES S/A** ("Companhia"), convocados para Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a ser realizada de forma semipresencial, conforme Art. 121 da Lei 6404/76 e Instrução CVM 622 de 2020, no dia 01 (hum) de outubro de 2024, sendo a primeira convocação às 10:30 horas, e a segunda e última convocação às 11:00 horas, nas dependências da companhia, localizada à Rua Constante Ramos, nº 96 - Copacabana - Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22051-012 e virtualmente o acesso para assembleia será através da plataforma GoogleMeet e todas as informações e detalhes serão enviados por e-mail no dia 30 de setembro de 2024. Os acionistas irão deliberar sobre a seguinte pauta constante na ordem do dia: (i) Eleição dos membros da Diretoria para o biênio 2024 - 2026. Rio de Janeiro - RJ, 23 de setembro de 2024. Renata Wanderley Loureiro de Abreu Sodré - Diretora Presidente.

GB COPACABANA PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ 11.268.508/0001-91 - NIRE 33.3.0030569-6

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária. Ficam os senhores acionistas da **GB COPACABANA PARTICIPAÇÕES S/A** ("Companhia"), convocados para Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a ser realizada de forma semipresencial, conforme Art. 121 da Lei 6404/76 e Instrução CVM 622 de 2020, no dia 01 (hum) de outubro de 2024, sendo a primeira convocação às 16:00 horas, e a segunda e última convocação às 16:30 horas, nas dependências da companhia, localizada à Rua Ministro Viveiros de Castro, n° 134 - Copacabana - Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22021-010 e virtualmente o acesso para assembleia será através da plataforma GoogleMeet e todas as informações e detalhes serão enviados por e-mail no dia 30 de setembro de 2024. Os acionistas irão deliberar sobre a seguinte pauta constante na ordem do dia: (i) Eleição dos membros da Diretoria para o biênio 2024 - 2026. Rio de Janeiro - RJ, 23 de setembro de 2024. Renata Wanderley Loureiro de Abreu Sodré - Diretora Presidente.

ILHA CAMBURI PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 11.520.626/0001-45 - NIRE 32.3.0003334-2

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária. Ficam os senhores acionistas da **ILHA CAMBURI PARTICIPACOES S.A.** ("Companhia"), convocados para Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a ser realizada de forma semipresencial, conforme Art. 121 da Lei 6404/76 e Instrução CVM 622 de 2020, no dia 01 (hum) de outubro de 2024, sendo a primeira convocação às 15:00 horas, e a segunda e última convocação às 15:30 horas, nas dependências da companhia, localizada à Av. Dante Michelini, 791 - Jardim da Penha - Vitória/ES, CEP: 29060-235 e virtualmente o acesso para assembleia será através da plataforma GoogleMeet e todas as informações e detalhes serão enviados por e-mail no dia 30 de setembro de 2024. Os acionistas irão deliberar sobre a seguinte pauta constante na ordem do dia: (i) Eleição dos membros da Diretoria para o biênio 2024 - 2026. Rio de Janeiro - RJ, 23 de setembro de 2024. Renata Wanderley Loureiro de Abreu Sodré - Diretora Presidente.

DENÚNCIA

Desembargador revoga ordem de prisão de Gusttavo Lima

Divulgação

O cantor sertanejo Gusttavo Lima, um dos maiores nomes do gênero de música brasileiro, é suspeito de envolvimento em lavagem de dinheiro oriundo de jogos ilegais.

O desembargador Eduardo Guilliod Maranhão, do Tribunal de Justiça de Pernambuco, revogou na terça-feira, 24, a ordem de prisão contra Gusttavo Lima, um dos mais famosos cantores sertanejos do País. Ele é suspeito de envolvimento em lavagem de dinheiro oriundo de jogos ilegais.

O magistrado também determinou o afastamento da suspensão do passaporte e do certificado de registro de arma de fogo, bem como de eventual porte de arma de fogo, e demais medidas cautelares.

No dia anterior, a juíza Andrea Calado havia determinado, no âmbito da Operação Integration, comandada pela Polícia Civil de Pernambuco, a prisão de Gusttavo Lima, suspeito de envolvimento em lavagem de dinheiro oriundo de jogos ilegais. Outra suspeita é de que o artista tenha ajudado outros alvos da polícia - o dono de uma bet e sua mulher - a escaparem da Justiça durante viagem à Grécia, após a operação ser deflagrada.

A justificar a revogação da prisão de Gusttavo Lima, o desembargador afirmou que, na decisão da juíza de primeira instância, a "fundamentação não constitui lastro plausível capaz de demonstrar a existência da materialidade e do indício de autoria dos crimes". Eduardo Guilliod Maranhão escreveu também que "as justificativas utilizadas para a decretação da prisão preventiva do paciente e para a imposição das demais medidas cautelares constituem meras ilações impróprias e considerações genéricas. Desconstituída, assim, de qualquer evidência material a justificar, nesse momento, a segregação cautelar."

O cantor Gusttavo Lima também é suspeito de auxiliar o empresário José André da Rocha Neto e a sua mulher, Aislla Sabrina Henriques Truta Rocha, a fugirem da polícia após terem tido prisão preventiva decretada na Operação Integration. Sobre essa acusação, o desembargador afirmou que o embarque dos dois ocorreu em 01/09/2024, enquanto que as prisões preventivas de José André da Rocha Neto e a Aislla Sabrina Henriques Truta Rocha foram decretadas em 03/09/2024. "Logo, resta evidente que esses não se encontravam na condição de foragidos no momento do retromencionado embarque, tampouco há que se falar em fuga ou favorecimento a fuga", escreveu o magistrado.

O desembargador Eduardo Guilliod Maranhão é o mesmo que determinou na noite de segunda-feira, 23, a soltura da influenciadora Deolane Bezerra, que estava presa preventivamente, na Colônia Penal Feminina, em Buíque, na região do Agreste. Além de Deolane, o magistrado também pediu a soltura de Darwin Henrique da Silva Filho, CEO da Esportes da Sorte, e da mãe da influenciadora, Solange Bezerra, também presos de forma preventiva, ao acatar um habeas corpus impetrado pela defesa do empresário.

A soltura foi um pedido da defesa de Darwin Filho, que argumentou por meio de habeas corpus que o Ministério Público de Pernambuco "não ofereceu denúncia" por entender haver a necessidade de mais investigações e provas para determinar a prisão dos indiciados.

SEGURO

Queimadas já deram prejuízos de R$ 1,5 bi a Goiás, afirma Caiado

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), afirmou que as queimadas já deram prejuízos de R$ 1,5 bilhão a Goiás, valor equivalente a 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado. As declarações ocorreram durante o painel "Brasil 2025/26: As oportunidades nos Estados", em conferência do Banco Safra, em São Paulo, na terça-feira, 24.

"Nós precisamos ter uma retaguarda maior dentro do federalismo, porque nós não podemos admitir que, até o Congresso se reunir para tratar de um assunto que é específico de alguns Estados, o Estado já queimou todo", declarou o governador.

E acrescentou: "Tanto é que nós já fizemos um cálculo. Goiás teve uma perda de R$ 1,5 bilhão, o que está comprometendo hoje 0,4% do PIB do Estado de Goiás."

Na sequência, Caiado criticou o governo federal no combate às queimadas. "Então, isto é uma irresponsabilidade muito grande, porque o governo federal não só não atendeu no Rio Grande do Sul, como não atendeu nas enchentes e não atendeu nas queimadas. Não tinha plano nenhum. Fez uma reunião na semana passada para dizer que ia mandar 100 bombeiros militares para Goiás. O que isso significa?", questionou.

O governador de Goiás criticou ainda a falta de um seguro rural no Brasil. "Eu ouvi do vice-presidente mundial da John Deere um detalhe interessante que quero transmitir aqui. Ele disse: governador, o senhor sabe que os produtores que mais absorvem tecnologia, e falo pela John Deere, são os brasileiros? E eu falei, mas por quê?", contou.

E continuou: "Ele falou: por uma coisa simples. Porque o produtor rural brasileiro tem que arriscar a vida dele toda, jogar na safra dele com tudo, porque não tem seguro. Se ele perder uma safra nos Estados Unidos ou na Europa, ele tem um seguro agrícola e ele tem a tranquilidade de ficar. Aqui, se ele perder a safra, ele quebra e vai ter que entregar a fazenda dele, porque não tem condição de pagar as dívidas."

Na sequência, o governador afirmou que até hoje o Brasil não tem seguro rural: "É algo impressionante, num país em que a base da economia dele é exatamente a agropecuária."

Ao participar na terça-feira, 24, do painel "A Reconstrução do Rio Grande do Sul" na conferência do Banco Safra, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB-RS), voltou a afirmar que o Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, voltará a funcionar a partir de outubro.

Para o governador, a volta da operação do aeroporto será um empuxo para a retomada consolidada da economia gaúcha, que já vem acontecendo até de forma surpreendente graças a união da população gaúcha e dos empresários do Rio Grande do Sul.

Ressaltando em todo tempo que o Rio Grande do Sul vai sair mais forte da tragédia que se abateu sobre o Estado, Leite reforçou que colocará em movimento um pacote de obras de infraestrutura com vistas a recuperação de reconstrução e recuperação de estradas e pontes, muros de contenção nas partes que foram danificadas pela enchente, de diques para contenção de águas em eventuais futuras cheias dos rios. Falou também do grande volume de projetos de privatizações e concessões que o governo do Rio Grande do Sul fará nos próximos anos.

Outro ponto que o governador gaúcho destacou foi a construção de um novo aeroporto na Serra Gaúcha, próximo da cidade de Gramado para reforçar a vocação turística da localidade.

"Há bilhões de reais para a reconstrução do RS vindos de recursos públicos e privados. O Rio Grande do Sul vai investir muito na resiliência da infraestrutura do Estado", disse o governador.

Leite não soube responder o quanto o Estado recebeu em doações por conta das enchentes de maio, mas assegurou que já fez este pedido às suas equipes e que em breve deverá ter os números e que os disponibilizarão para conhecimento público.

O governador do Rio Grande do Sul afirmou que quer investir na "resiliência climática" no Estado nos próximos anos. As declarações ocorreram durante o painel "Brasil 2025/26: As oportunidades nos Estados", em conferência do Banco Safra, em São Paulo.

"Estamos muito determinados aqui, com uma estratégia bem organizada, para justamente fazermos o enfrentamento tanto da reconstrução, que precisa ser feito o processo de reconstrução, mas também de adaptação e de resiliência climática no Estado, para que qualquer outro evento encontre um Estado preparado", afirmou.

Na ocasião, ele também lembrou que "há bilhões de reais" para a reconstrução do Rio Grande do Sul, que incluem recursos privados.

Target Instituição de Pagamento e Securitizadora de Créditos S.A.
CNPJ/MF 14.821.124/0001-42 - NIRE 33.3.0030083-0
Aviso aos Acionistas: A Target Instituição de Pagamento e Securitizadora de Créditos S.A. ("Companhia") vem, nos termos do art. 133 da Lei 6.404/76, comunicar aos seus acionistas que os documentos referentes às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 24 de outubro de 2024, encontram-se à disposição dos seus acionistas, na sede da Companhia.

ASSOCIAÇÃO DAS DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEIS - BRASILCOM
CNPJ. 00.963.294/0001-57
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Ficam convocadas as Associadas da Associação das Distribuidoras de Combustíveis – BRASILCOM, nos termos de seu estatuto social, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que será realizada na avenida Epitácio Pessoa, S/N, Clube dos Caiçaras, Ipanema, Rio de Janeiro/RJ, Cep. 22471-002, no **dia 28 de novembro de 2024,** sendo que a primeira convocação se dará às 14h00, com a presença de no mínimo 3/5 dos sócios efetivos, e em segunda convocação às 15h00, com no mínimo 1/4 dos sócios efetivos e em dia com suas obrigações sociais. A ordem do dia será a reforma do estatuto social da BRASILCOM.
Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2024.
MAURÍCIO CHICRE ABOU-REJAILE
Presidente da BRASILCOM

COSTAL AZUL PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ/ME 30.831.663/0001-19 - NIRE 332.1019777-1
Ata de Reunião de Sócios Realizada em 16 de Setembro de 2024
1. Data, Hora e Local: Aos 16 dias do mês de setembro de 2024, às 10:00 horas, na sede da Sociedade, localizada na cidade e Estado do Rio de Janeiro, à Rua do Ouvidor, nº 130, Sala 1010 (parte), Centro, CEP 20040-030. **2. Convocação:** A convocação foi dispensada na forma do art. 1072, § 2º, do Código Civil Brasileiro, tendo em vista a presença de todos os sócios da Sociedade. **3. Quórum:** Compareceram à Reunião os sócios representando a totalidade do capital Social. **4. Mesa:** Presidente: Clemente Maurício Magalhães da Silveira; Secretário: Renato Tiraboschi. **5. Ordem do Dia:** Nos termos do Contrato Social e Acordo de Sócios da Sociedade, os Sócios deliberaram a respeito da proposta de redução do capital social da Sociedade, nos termos do artigo 1.082, inciso II, do Código Civil. **6. Deliberações:** Foram aprovadas, pela unanimidade dos Sócios, as seguintes matérias: (i) Aprovar a redução de capital social da Sociedade no valor de R$ 7.218.279,00, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, com cancelamento correspondente de 7.218.279 quotas representativas do capital social da Sociedade, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, passando o capital social da Sociedade de R$ 10.715.684,00, para R$ 3.497.405,00, dividido em 3.497.405 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma; (ii) Registrar que as deliberações tomadas nesta Reunião só se tornarão efetivas depois de transcorrido o prazo legal de 90 dias, para oposição de credores quirografários, nos termos do Art. 1.084 do Código Civil; e (iii) Fica a administração da Sociedade plenamente autorizada a publicar esta ata, bem como praticar todos os demais atos necessários para a formalização da redução de capital ora aprovada. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, deram por encerrada a presente Reunião, tendo-se antes feito lavrar a presente Ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos Sócios presentes. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2024. Clemente M. Magalhães da Silveira - Presidente; Renato Tiraboschi - Secretário.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL-IPHAN
SÍTIO ROBERTO BURLE MARX
MINISTÉRIO DA CULTURA
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90001/2024 - UASG 343024
Nº Processo: 01478000092202460. Objeto: Contratação de serviços de continuados de mediação, guia e educação para o patrimônio cultural do Sítio Roberto Burle Marx - SRBM/Iphan, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 24/09/2024 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Estrada Roberto Burle Marx,2019, Barra de Guaratiba - Rio de Janeiro/RJ ou https://www.gov.br/compras/edital/343024-5-90001-2024. Entrega das Propostas: a partir de 24/09/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 08/10/2024 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais:
CLAUDIA MARIA PINHEIRO STORINO
Ordenadora de Despesa

IRB LOGÍSTICA S.A.
CNPJ: 41.905.203/0001-04
TERMO DE RESPONSABILIDADE COMO FIEL DEPOSITÁRIO
(Art. 3º e 5º da IN/DREI 52/2022 e §2º do Art. 1º do Decreto 1.102/1903)
Nesta data, Daniel Borges dos Reis, brasileiro, casado, fiel depositário, portador da cédula de identidade RG nº 34701720, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 319.758.688-38, com endereço comercial na Rua Barros Viana, nº 530, Floriano - Barra Mansa, Rio de Janeiro, nomeado Fiel Depositário da Unidade Armazenadora: NIRE 33.9.0182353-5, situada na Rua Barros Viana, nº 530, Floriano - Barra Mansa, Rio de Janeiro, da empresa IRB LOGÍSTICA S/A, declara que, tendo cumprido todas as exigências legais e regulamentares atinentes à espécie, ao firmar o presente termo, assume o compromisso de guardar e fazer pronta entrega de todas as mercadorias que receber no referido armazém, ficando por este termo obrigado a cumprir fielmente os deveres e atribuições do ofício e a gozar das prerrogativas, direitos e ações que o Decreto nº 1.102/1903 e a IN/DREI nº 52/2022 conferem aos Administradores de Armazéns Gerais. Rio de Janeiro, 07 de junho de 2024. Daniel Borges dos Reis - Fiel Depositário.

ICTSI RIO BRASIL TERMINAL 1 S.A.
CNPJ: 02.373.517/0001-51
TERMO DE RESPONSABILIDADE COMO FIEL DEPOSITÁRIO
(Art. 3º e 5º da IN/DREI 52/2022 e §2º do Art. 1º do Decreto 1.102/1903)
Nesta data, Eric Cantalice Martins, brasileiro, casado, fiel depositário, portador da cédula de identidade RG nº 200937316, expedida pelo DIC/RJ, inscrito no CPF sob o nº 098.470.997-58, com endereço comercial na Rua General Gurjão, 105, Caju - Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nomeado Fiel Depositário da Unidade Armazenadora: NIRE 33.9.0114410-7, situada na Praia do Caju, nº 547 (antigo 155), Bairro do Caju - Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, da empresa ICTSI Rio Brasil Terminal 1 S.A., declara que, tendo cumprido todas as exigências legais e regulamentares atinentes à espécie, ao firmar o presente termo, assume o compromisso de guardar e fazer pronta entrega de todas as mercadorias que receber no referido armazém, ficando por este termo obrigado a cumprir fielmente os deveres e atribuições do ofício e a gozar das prerrogativas, direitos e ações que o Decreto nº 1.102/1903 e a IN/DREI nº 52/2022 conferem aos Administradores de Armazéns Gerais. Rio de Janeiro, 07 de junho de 2024. ERIC CANTALICE MONTEIRO - Fiel Depositário.

ESTABELECIMENTOS JAMES FREDERICK CLARK NITERÓI S.A.

CNPJ: 30.110.084/0001-87

RELATÓRIO DA DIRETORIA. Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A Diretoria permanece à inteira disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos que desejarem ou se tornarem necessários. Niterói, 24 de Setembro de 2024. Ingrid von S. Meyer de Mendonça Clark - Diretora Presidente; Lucianna von Sohsten Clark Martinez - Diretora; Bruce Clark Pinto da Luz - Diretor; Nelson da Silva Gonçalves - Contabilista - CRC RJ - 102611/O-0

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31.12.2023, 31.12.2022 E 31.12.2021 - EM REAIS COM CENTAVOS OMITIDOS

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE	**442.316**	**442.316**	**481.704**
Impostos a compensar	131.376	131.376	131.505
Contas a receber	–	–	15.245
Despesas antecipadas	310.940	310.940	334.954
NÃO CIRCULANTE	**382.447**	**382.447**	**382.447**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**382.447**	**382.447**	**382.447**
Depósitos judiciais	382.447	382.447	382.447
TOTAL DO ATIVO	**824.763**	**824.763**	**864.151**

PASSIVO	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE	**312.893**	**313.756**	**346.671**
Fornecedores	1.953	2.717	11.619
Obrigações trabalhistas e tributárias	310.940	310.940	334.954
Impostos a recolher	–	98	98
NÃO CIRCULANTE	**1.722.047**	**1.709.530**	**1.662.291**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**1.722.047**	**1.709.530**	**1.662.291**
Partes Relacionadas	1.722.047	1.709.530	1.662.291
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**(1.210.177)**	**(1.198.523)**	**(1.144.811)**
Capital Social	1.830.000	1.830.000	1.830.000
Ações em tesouraria	(2.269)	(2.269)	(2.269)
Prejuízos acumulados	(3.037.908)	(3.026.254)	(2.972.542)
TOTAL DO PASSIVO	**824.763**	**824.763**	**864.151**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022. 1) Contexto operacional: A Sociedade tem como atividade principal a administração de bens próprios. **2) Principais práticas contábeis:** O resultado é apurado pelo regime de competência. O ativo circulante e o realizável a longo prazo são apresentados ao valor de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. O passivo circulante é demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. **3) Capital Social:** O Capital Social totalmente integralizado é de R$ 1.830.000,00, representado por 1.974.003 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2023, 31.12.2022 E 31.12.2021 - EM REAIS COM CENTAVOS OMITIDOS

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Operações continuadas:			
Despesas operacionais	(11.561)	(38.467)	(146.652)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(93)	–	–
Resultado das operações continuadas	**(11.654)**	**(38.467)**	**(146.652)**
Prejuízo do exercício	**(11.654)**	**(38.467)**	**(146.652)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31.12.2023, 31.12.2022 E 31.12.2021 - EM REAIS COM CENTAVOS OMITIDOS

DESCRIÇÃO	Capital Social	Ações em Tesouraria	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2021	**1.830.000**	**(2.269)**	**(2.972.542)**	**(1.144.811)**
Prejuízo do exercício	–	–	(38.467)	(38.467)
Baixa de contas a receber	–	–	(15.245)	(15.245)
Saldo em 31/12/2022	**1.830.000**	**(2.269)**	**(3.026.254)**	**(1.198.523)**
Prejuízo do exercício	–	–	(11.654)	(11.654)
Saldo em 31/12/2023	**1.830.000**	**(2.269)**	**(3.037.908)**	**(1.210.177)**

Ingrid von S. M. M. Clark - Diretora Presidente
Nelson da Silva Gonçalves - Contabilista - CRCRJ 102611/O-0
CPF: 513.868.367-53.

O **Diário Comercial** é o jornal ideal para suas publicações legais. Possui o melhor custo-benefício e um atendimento ágil.



Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955
Edição Nacional

ANO LXVIII - Edição nº 17.159
www.diariocomercial.com.br

SEXTA-FEIRA, 14 DE JULHO DE 2023

Estudo mostra força das Micro e Pequenas Empresas

MPEs criam 7 de cada 10 empregos

De janeiro a maio, o Brasil criou 865.360 empregos formais. Desses, 594.213 foram por MPE.

CONAB

País deverá fechar o ano com safra recorde de 317,6 milhões de toneladas

Fale com quem entende de **Publicidade Legal**.

- Atas
- Avisos
- Balanços
- Comunicados
- Editais
- Fatos Relevantes

Diário Comercial

www.diariocomercial.com.br

CFL Participações S.A.

CNPJ/ME nº 60.078.045/0001-00

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Em observância à legislação aplicável, apresentamos para exame de V.Sas., o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 da CFL Participações S.A. ("CFL"), acompanhados das correspondentes notas explicativas. No decorrer do exercício social de 2023 ocorreu a consumação das operações societárias acordadas entre CFL e Rio Purus Participações S.A. no Acordo de Reestruturação Patrimonial, Transação e Outras Avenças, celebrado em 2022 ("Acordo de Reestruturação"), que estabelecia a segregação de participações compartilhadas por tais sociedades por meio das suas investidas ("Reestruturação Patrimonial"). Anteriormente à consumação da referida Reestruturação Patrimonial, a CFL era uma holding pura cujo único objetivo era a participação acionária em suas investidas, de modo que o patrimônio líquido da CFL era quase que exclusivamente investido em sociedades em que era acionista minoritária. Mediante a implementação da Reestruturação Patrimonial, a CFL pôs fim a relevantes processos de natureza cível em que estava envolvida, permitindo a reversão de provisões relacionadas, incluindo a reversão da provisão para contingência de R$ 100 milhões relativa ao pagamento de honorários de sucumbência. A reestruturação patrimonial consumada no ano de 2023 permitiu à Companhia atingir o objetivo de passar a deter o controle e a gestão de seus ativos operacionais. Com isso a Companhia passa, a partir do exercício social de 2023, a apresentar suas demonstrações financeira individuais em conjunto com as consolidadas dos investimentos que, direta ou indiretamente, detenha controle, em consonância com as normas do Conselho Federal de Contabilidade, Norma Brasileira de Contabilidade de Técnica Geral (NBC TG) 36. A segregação, prevista no Acordo de Reestruturação, foi realizada com base no valor patrimonial dos ativos envolvidos e seus efeitos contábeis resultaram, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, em prejuízo contábil de R$ 1.918.409.609,80 decorrente, principalmente, da baixa do ágio referente à aquisição histórica de participações societárias e da baixa de resultados abrangentes oriundos de investimentos antes detidos pela Companhia, bem como dos resultados de equivalência patrimonial decorrentes do deságio na venda de ações avaliadas por este mesmo conceito.

São Paulo, 29 de agosto de 2.024. **A Administração**

Balanço Patrimonial Individual e Consolidado - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 - Valores em milhares de reais (R$)

ATIVO	NOTAS	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	48.378	364.782	955.505	365.343
Contas a receber	5	-	391	105.000	391
Impostos a recuperar		16.884	2.325	21.820	2.623
Outros creditos		10	-	20.828	1.208
Dividendos a Receber		-	60.297	-	60.297
Estoques		-	-	689.207	1.278
		65.273	**427.796**	**1.792.359**	**431.140**
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber	5	-	-	315.331	-
Investimentos financeiros	6	310.254	148.026	3.330.363	153.821
Investimentos patrimoniais	7	5.278.317	5.975.109	641.931	5.954.387
Imobilizado	8	-	-	164.198	17.690
Intangível	9	-	222.719	8.609	222.719
		5.588.572	**6.345.854**	**4.460.431**	**6.348.616**
TOTAL DO ATIVO		**5.653.845**	**6.773.649**	**6.252.791**	**6.779.756**

PASSIVO	NOTAS	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
CIRCULANTE					
Obrigações trabalhistas		14	15	4.695	245
Obrigações tributárias		4.265	392	42.940	485
Partes relacionadas	10	1.729	134.597	1.496	126.702
Empréstimos		-	-	1.190	131
Dividendos a pagar		20.421	20.421	21.145	20.421
Outras contas a pagar		98	26	332.061	7.126
		26.526	**155.451**	**403.527**	**155.109**
NÃO CIRCULANTE					
Provisão para contingencia	11	-	100.000	-	100.000
Contas a pagar longo prazo		-	-	21.572	447
Emprestimos		-	-	191.777	4.504
		-	**100.000**	**213.349**	**104.951**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	12.1	3.080.485	3.080.485	3.080.485	3.080.485
Reservas de Lucros	12.2	1.817.067	3.783.129	1.817.067	3.783.129
Outros Resultados Abrangentes		729.766	(345.416)	729.766	(345.416)
		5.627.319	**6.518.198**	**5.627.319**	**6.518.198**
Acionistas não controladores		-	-	**8.595**	**1.499**
TOTAL DO PASSIVO		**5.653.845**	**6.773.649**	**6.252.791**	**6.779.756**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Outros Resultados Abrangentes Individual e Consolidado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 - Valores em milhares de reais (R$)

	Capital social	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva Especial de dividendos	Resultado do Exercício	Outros Resultados Abrangentes: Resultados Abrangentes	Outros Resultados Abrangentes: Resultados Abrangentes Reflexos	Total	Part. não contro-ladores	Total PL Conso-lidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**3.080.485**	**328.736**	**2.970.149**	**-**	**(335.975)**	**33.815**	**6.077.210**	**1.392**	**6.078.602**
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	(989)	-	-	(989)	-	(989)
Ajuste de avaliação reflexa	-	-	-	-	-	(55.537)	(55.537)	-	(55.537)
Ajuste a valor de mercado patrimonial	-	-	-	-	12.281	-	12.281	-	12.281
Resultado do Exercício	-	-	-	505.654	-	-	505.654	107	505.761
Constituição de Reserva Legal	-	25.282	-	(25.282)	-	-	-	-	-
Dividendos distribuidos	-	-	-	(20.421)	-	-	(20.421)	-	(20.421)
Reserva especial de dividendos	-	-	458.962	(458.962)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**3.080.485**	**354.018**	**3.429.111**	**-**	**(323.694)**	**(21.722)**	**6.518.198**	**1.499**	**6.519.697**
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	(97.791)	-	-	(97.791)	-	(97.791)
Ajuste de avaliação reflexa	-	-	-	50.139	-	1.098.117	1.148.258	-	1.148.258
Ajuste a valor de mercado patrimonial	-	-	-	-	(22.935)	-	(22.935)	-	(22.935)
Resultado do Exercício	-	-	-	(1.918.410)	-	-	(1.918.410)	7.097	(1.911.315)
Reserva especial de dividendos	-	-	(1.966.062)	1.966.062	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**3.080.485**	**354.018**	**1.463.049**	**-**	**(346.629)**	**1.076.395**	**5.627.319**	**8.595**	**5.635.914**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado do Exercício - Individual e Consolidado - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
Valores em milhares de reais (R$)

	NOTA	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Receita operacional		**9.703**	**503.883**	**201.014**	**2.367**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas		(261.294)	(7.665)	(508.654)	(7.102)
Equivalencia patrimonial		(1.331.909)	-	-	
Investimentos		(515.490)	-	9.703	
Dividendos		466	196	294.565	522.171
Outras receitas operacionais		100.000	-	(367.105)	(21.174)
Resultado operacional		**(1.998.524)**	**496.414**	**(370.476)**	**496.262**
Despesas financeiras	14	(212)	(2)	(6.040)	(120)
Receitas financeiras	14	80.326	9.715	166.652	9.878
Resultado Financeiro		**80.114**	**9.713**	**160.612**	**9.758**
Impostos s/ Lucro		-	(473)	(433)	(473)
Resultado do exercício		**(1.918.410)**	**505.654**	**(210.297)**	**505.547**
Resultado Líquido por Ação (em R$)		**(1,95)**	**0,51**	**(0,21)**	**0,51**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Individual e Consolidado - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
Valores em milhares de reais (R$)

	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do Exercício	**(1.918.410)**	**505.654**	**(210.297)**	**505.547**
Ajustes ao resultado:				
Equivalência Patrimonial	1.322.206	(521.027)	-	(521.027)
Provisões	(100.000)	-	367.105	-
Depreciação	-	-	-	-
	(696.203)	(15.373)	156.808	(15.481)
Variação nos ativos operacionais:				
Contas a receber	391	(217)	(104.608)	(217)
Impostos a recuperar	(14.559)	14	-	14
Outros creditos	(10)	-	(19.197)	(333)
Dividendos a Receber	60.297	(333)	-	-
Estoques	-	-	(19.620)	-
Variação nos passivos operacionais:				
Obrigações trabalhistas	(1)	12	4.450	12
Obrigações fiscais	3.873	352	42.456	352
Recursos líquidos aplicados nas atividades operacionais	**(646.213)**	**(15.546)**	**60.288**	**(15.653)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Investimentos/AFAC/ aquisições de ações	117.735	21.363	117.735	21.363
Dividendos líquidos recebidos	212.075	346.983	272.372	346.983
Dividendos líquidos pagos	-	(11.164)	-	(11.164)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimento	**329.810**	**357.182**	**390.107**	**357.182**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
(Pagamento) Captação de Financiamentos/Empréstimos	-	-	139.767	(234.451)
Recursos líquidos originados da atividades de financiamento	**-**	**-**	**139.767**	**(234.451)**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(316.403)**	**341.636**	**590.162**	**107.078**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	364.782	23.146	365.343	258.265
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	48.378	364.782	955.505	365.343
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(316.404)**	**341.636**	**590.162**	**107.078**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Companhia, constituída em 26 de março de 2008, está localizada em São Paulo - SP à Rua General Jardim, 808 13º, andar e tem por objeto participar no capital de outras sociedades, assim como a administração de bens próprios. No decorrer do exercício social de 2023, ocorreu a consumação das operações societárias acordadas entre CFL e Rio Purus Participações S.A. no Acordo de Reestruturação Patrimonial, Transação e Outras Avenças, celebrado em 2022, por meio do qual foi estabelecida a segregação de participações compartilhadas por tais sociedades por meio das suas investidas. Anteriormente à consumação da referida segregação, a CFL era uma holding pura cujo único objetivo era a participação acionária em suas investidas, de modo que o patrimônio líquido da CFL era quase que exclusivamente investido em sociedades em que era acionista minoritária. Mediante a sua implementação, a CFL pôs fim a relevantes processos de natureza cível em que estava envolvida e atingiu o objetivo de passar a deter o controle e a gestão de seus ativos operacionais mais importantes. Com isso a Companhia passa, à partir do exercício social de 2023, a apresentar suas Demonstrações demonstrações financeira individuais em conjunto com as consolidadas dos investimentos que, direta ou indiretamente, detenha controle,de forma Consolidada em consonância com as recomendações normas do Conselho Federal de Contabilidade, Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral (NBC TG) 36.Comitê de Pronunciamentos Contábeis, Pronunciamento Técnico CPC 36. **2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras: 2.1. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e sendo que apenas essas informações correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas estão identificadas como "Consolidado" e as demonstrações financeiras individuais da Controladora estão identificadas como "Controladora". Em 29 de agosto de 2024 foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) a mensuração ao valor justo de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), bem como os ativos dos planos de pensão; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável de ativos ("impairment"). Quando as normas permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição foi utilizado. A preparação dessas demonstrações financeiras requer da Administração o uso de certas estimativas contábeis, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados na data do balanço dos ativos, passivos, receitas e despesas poderão divergir dos resultados reais futuros. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes e são revisados pela Administração da Companhia. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os registros contábeis incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico na qual cada subsidiária atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas estão apresentadas em R$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e suposições que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas anualmente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício no qual tais estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão incluídas na nota explicativa 11 - Provisão para Contingências. **2.5. Revisão de Normas adotadas e publicadas pelo CFC:** Recentemente, foram emitidas novas normas e interpretações contábeis, os quais entrarão em vigência somente a partir de 1º de janeiro de 2024. As principais normas alteradas são: • Alteração IAS 7 - Demonstrações dos fluxos de caixa e IFRS 7 - Instrumentos financeiros: novos requisitos para divulgação das operações de risco sacado e forfaiting, permitindo que os usuários tenham mais informações para avaliarem os impactos dessas operações. • Alteração IFRS 16 - Arrendamentos: orientações sobre como contabilizar transações de sale and leaseback na data da transação em si. • Alteração IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras: a alteração visa melhorar as informações divulgadas por empresas sobre dívidas de longo prazo com covenants. • Alteração IAS 21 - Os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio: a alteração visa melhorar a qualidade das informações apresentadas nas demonstrações financeiras quando existe situação em que uma moeda não pode ser facilmente trocada por outra, estabelecendo uma exigência de que as empresas adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão. • Alteração IAS 12 - Imposto de renda: Esclarece aspectos relacionados ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos ativos e passivos relacionados as regras do Pilar Dois publicadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). • CPC 36 - Demonstrações financeiras consolidadas e CPC 18 - Investimentos em coligadas e empreendimento em conjunto: Alinhamento de redação das referidas normas com o IAS 10 e IAS 28. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma e não espera que estas normas gerem impacto material nas demonstrações financeiras de exercícios sociais subsequentes. **3. Principais Práticas Contábeis Adotadas: a) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras são mensuradas ao valor justo, possuem liquidez imediata e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. **b) Base de Consolidação e Investimentos:** As políticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 (com 2022 para fins comparativos quando necessário e aplicável) incluem as seguintes controladas e controladas em conjunto, diretas e indiretas, coligadas, conforme demonstrado a seguir:

Participação direta em controladas: consolidação integral	Direto/ Indireto	31/12/23	31/12/22
CFL ANA Participações	Direto	100,00	-
SDI TATUAPÉ	Direto	100,00	-
ITACUMBI	Direto	100,00	99,99
CFL Maria Participações	Direto	100,00	-
Pinhal ADM	Direto	91,86	91,86
Pinhal AVT	Indireto	50,00	50,00
ARAUJO 62	Indireto	82,00	82,00
CORTINA ALIM E Eventos	Indireto	82,00	82,00
Fibra Experts Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Indireto	100,00	99,99
Fibra Holding Ltda.	Indireto	100,00	99,99
Tutoia Empreendimento Imobiliário S/A.	Indireto	50,00	50,00
Fibra TG FM Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Indireto	50,00	50,00
Cyrela Fibra N.A Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Indireto	33,33	33,33
Fibra Sequoia Guarulhos Emp. Imobiliário Ltda.	Indireto	50,00	50,00
Belém Bresser Empreendimento Imobiliário Ltda.	Indireto	60,00	60,00
Tulum Even Empreendimentos Imobiliários Ltda.(b)	Indireto	50,00	-
Partifib Projetos Imobiliários São Paulo Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Summer Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Eugenio de Melo Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Volare Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Win Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Visconde de Taunay Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Nova Odessa Ltda.	Indireto	99,90	99,90
Partifib Projetos Imobiliários Gustavo de Souza Ltda.	Indireto	99,90	99,90
Partifib Projetos Imobiliários Jundiai Ltda. (c)	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Guatemala Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Celso Garcia Ltda.	Indireto	99,99	99,99

Participação direta em controladas: consolidação integral	Direto/ Indireto	31/12/23	31/12/22
Partifib Projetos Imobiliários Nações Unidas Ii Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Ivai V Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Fiorata Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Nações Unidas Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Gamma Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Teodureto Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Santa Odila Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários The Gardens Spring Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários The Gardens Seasons Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários American Square Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Peru Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Shfor Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Maracanaú I Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Sitio Triunfo Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Ulisses Cruz Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Angelica Haras Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Bonança I Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Fibra Participações S.A.	Indireto	99,96	99,96
Partifib Projetos Imobiliários Livramento Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Coronel Quartim Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Consolação Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Alvaro Guimarães Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Fibra MZM Diadema Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Indireto	80,00	80,00
Partifib Projetos Imobiliários Sorocaba Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Vila Madalena Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Amoreiras Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Baluarte Ltda.	Indireto	99,98	99,98
Partifib Projetos Imobiliários Equador Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Andre Casado Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Caiubi Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Campo Belo Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Itatiba 04 Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Itatiba 05 Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Fibra Gestão De Construção - Fgc Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Liberdade Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários F68 Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários F69 Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Pirajussara Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários F72 Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Empreendimentos Imobiliários Campus Pele Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Ári Butantã Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Hi View Alto da Boa Vista Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Hi View Alto da Boa Vista Ltda. SCP	Indireto	80,00	80,00
Partifib Projetos Imobiliários F76 Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários F78 Ltda.	Indireto	-	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Coronel Luis Barroso Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Fazendinha Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários F81 Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Vis Vila Mascote Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Bela Cintra Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Loefgren Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários F85 Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários Araraquara Ltda.	Indireto	99,98	99,98
Partifib Projetos Imobiliários São Jerônimo Ltda.	Indireto	99,98	99,98
Partifib Projetos Imobiliários F88 Ltda.	Indireto	99,98	99,98
Partifib Projetos Imobiliários Diogo de Faria Ltda.	Indireto	99,98	99,98
Partifib Projetos Imobiliários Bonança II Ltda.	Indireto	99,98	99,98
Partifib Projetos Imobiliários F91 Ltda.	Indireto	99,98	99,98
Partifib Projetos Imobiliários F92 Ltda.	Indireto	99,98	99,98
Partifib Projetos Imobiliários F93 Ltda.	Indireto	99,98	99,98
Partifib Projetos Imobiliários F94 Ltda.	Indireto	99,98	99,98
Partifib Projetos Imobiliários F95 Ltda.	Indireto	99,98	99,98
Partifib Projetos Imobiliários F96 Ltda.	Indireto	99,98	99,98
Partifib Projetos Imobiliários Herculano Freitas Ltda.	Indireto	99,99	99,99
Partifib Projetos Imobiliários F97 Ltda. (a)	Indireto	99,98	-
Partifib Projetos Imobiliários F98 Ltda. (a)	Indireto	99,98	-
Partifib Projetos Imobiliários F99 Ltda. (a)	Indireto	99,98	-
Partifib Projetos Imobiliários F100 Ltda. (a)	Indireto	99,98	-
Partifib Projetos Imobiliários F101 Ltda. (a)	Indireto	99,98	-

Aplica-se o método de equivalência patrimonial para sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas. Demais investimentos são mantidos ao valor justo ou custo. Controladas: São entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa em suas políticas financeiras e operacionais e/ou potenciais direitos de voto exercíveis ou conversíveis. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas na data em que o controle cessa. Controladas em Conjunto: são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado contratualmente convencionado com uma ou mais partes e são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Coligadas: são todas as entidades sobre as quais a controladora tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são inicialmente reconhecidos pelo custo e subsequentemente mensurados pelo método de equivalência patrimonial. Os saldos e ganhos não realizados em transações com controladas, controladas em conjunto e coligadas são eliminados proporcionalmente a participação da CSN na entidade em questão no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (impairment). São eliminados também os efeitos no resultado das transações realizadas com as controladas em conjunto, onde são reclassificados parte do resultado de equivalência patrimonial das empresas controladas em conjunto para despesa financeira, custo dos produtos vendidos e imposto de renda e contribuição social. **c) Ativo intangível**: Corresponde aos ativos adquiridos de terceiros. Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição. O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado. O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. **d) Ajuste a valor presente:** Os ativos e passivos monetários, sempre que aplicável, são analisados e ajustados a valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Depósitos bancários	9	5	191.101	566
Aplicações financeiras	48.369	364.777	764.404	364.777
	48.378	**364.782**	**955.505**	**365.343**

Os depósitos bancários representam saldos em bancos e direitos de liquidez imediata que não estão sujeitos a restrições de qualquer natureza para sua utilização. As aplicações financeiras são resgatáveis no prazo de até 90 dias ou pelo resgate compromissado pela entidade financeira.

5. Contas a Receber

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Juros sobre capital próprio	-	391		391
Contas a Receber Clientes	-	-	105.000	-
Total Curto Prazo	**-**	**391**	**105.000**	**391**
Contas a Receber Clientes	-	-	315.331	-
Total Longo Prazo	**-**	**-**	**315.331**	**-**

6. Aplicações Financeiras Longo Prazo

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Investimentos Financeiros LP	310.254	148.027	3.330.363	153.821

As aplicações financeiras são compostas pelos fundos de investimentos de renda variável dos Bancos Credit Suisse (CSHG GAL MASTER) e Safra (GAL CAFE FIM CP IE), reconhecidos pelo seu valor de mercado contra patrimônio líquido conforme previsto na NBC TG 48 e 49. No consolidado há alguns fundos FICs, além dos investimentos descritos, que estão demonstrados no grupo, conforme as demonstrações das controladas. **7. Investimentos:** As principais informações sobre os investimentos diretos da CFL Participações S.A. em participações societárias são como segue:

POSIÇÃO EM 31/12/2023

Empresas	Ações ou Quotas Quantidades	Participação Percentual	Patrimônio Líquido
Elilzabeth S.A. Indústria Têxtil	106.561.146.243	44,9877%	1.114.342
CFL Ana	4.206.222.883	99,9999%	3.554.286
CFL Maria	715.786.709	99,9999%	1.142.723
Soc. Desenvol. Imob. Hold. (SDI) Tatuapé	9.266.740	99,9892%	14.982
Pinhal Administração e Participação Ltda.	24.822.373	91,8635%	22.442
Triunfo Florestal Ltda.	54.000	45,0000%	135
Itacumbi Agrícola e Pastoril Ltda.	38.873.203	99,9999%	5.987

POSIÇÃO EM 31/12/2022

Empresas	Ações ou Quotas Quantidades	Participação Percentual	Patrimônio Líquido
Taquari Participações S.A.	240.091.302	44,2648%	1.186.732
Elilzabeth S.A. Indústria Têxtil	106.561.146.243	44,9877%	1.100.848
Vicunha Participações S.A.	1.035.826.422	40,0000%	1.301.758
Vicunha Têxtil S.A.	1.274.652	3,0537%	1.477.031
Vicunha Steel S.A.	92.509.520	40,0000%	7.542.951
Vicunha Aços S.A.	44.208.455	12,8291%	10.366
Pinhal Administração e Participação Ltda.	24.822.373	91,8635%	18.417
Triunfo Florestal Ltda.	54.000	45,0000%	135
Itacumbi Agrícola e Pastoril Ltda.	38.873.203	99,9999%	4.569

a. Composição

	Controladora 2023	Controladora 2022
AFAC na Itacumbi Agrícola e Pastoril Ltda.	5.987	298
AFAC na Pinhal Administração e Part. Ltda.	3.875	-
AFAC na CFL Maria Participações S.A.	274.258	-
AFAC na CFL Ana S.A.	17.357	-
AFAC na SDI Tatuapé	544	-
Invest. avaliados p/ equivalência patrimonial	4.976.296	5.974.810
	5.278.317	**5.975.108**

Demais saldos de investimentos nas demonstrações consolidadas, se tratam de investimentos cujo controle não é, direto ou indireto, da companhia, e são tratados conforme as práticas contábeis descritas na nota 3. b), cujo saldo em 31/12/2023 totalizava R$ 641.931 (R$ 5.954.387 em 2022)

MOVIMENTAÇÃO EM 31/12/2023 INVESTIMENTOS CONTROLADORA

b. Movimentação dos investimentos	Saldo em 31/12/2022	Variação de Capital	Descruzamento	Ajustes de Avaliação Reflexa	Ajustes de Conversão e Resultado Abrangente	Dividendos Líquidos a receber	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2023
Taquari Participações S.A.	525.305	-	(525.305)	-	-	-	-	-
Elizabeth S.A. Indústria Têxtil	495.247	-	-	6.429	-	-	(359)	501.317
Vicunha Participações S.A.	520.703	-	(520.703)	-	-	-	-	-
Vicunha Têxtil S.A.	45.104	-	(45.104)	-	-	-	-	-
Vicunha Steel S.A.	3.017.181	-	(3.017.181)	-	-	-	-	-
Vicunha Aços S.A.	1.329.896	-	(1.329.896)	-	-	-	-	-
Pinhal Adm. e Participação Ltda.	16.919	-	-	-	(963)	-	1.101	17.056
CFL Ana Participações S.A.	-		4.206.223	-	674.508	-	(1.326.445)	3.554.286
CFL Maria Participações S.A.	-		859.832	-	3.553	-	5.080	868.466
CFL Agro Ltda.	-		1	-	-	-	-	1
Soc. Desenv. Imob. (SDI) Tatuapé	-		11.456	-	-	-	3.525	14.981
Triunfo Florestal Ltda.	60	-		-	-	-		60
Itacumbi Agrícola e Pastoril Ltda.	4.271	-		-	-	-	(4.271)	-
Deságio s/ Investimento	(652)	-	-	-	-	-	-	(652)
	5.954.032	**-**	**(306.676)**	**6.429**	**677.098**	**-**	**(1.321.370)**	**4.955.514**
Ações - Investco	20.763	-	-	-	-	-	-	20.763
Ações - Celpe	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações - CSN	10	-	-	-	-	-	-	10
Provisão para perda de investimento	5	-	-	-	5	-	-	10
	20.778	**-**	**-**	**-**	**5**	**-**	**-**	**20.783**
Total de investimentos	**5.974.810**	**-**	**-**	**6.429**	**677.103**	**-**	**(1.321.370)**	**4.976.296**

MOVIMENTAÇÃO EM 31/12/2022 INVESTIMENTOS CONTROLADORA

b. Movimentação dos investimentos	Saldo em 31/12/2021	Variação de Capital	Ajustes de Avaliação Reflexa	Ajustes de Conversão e Resultado Abrangente	Dividendos Líquidos a receber	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2022
Taquari Participações S.A.	532.466	-	-	-	-	(7.161)	525.305
Elizabeth S.A. Indústria Têxtil	494.201	-	(1.132)	-	-	2.178	495.247
Vicunha Participações S.A.	466.030	-	-	1.676	-	52.997	520.703
Vicunha Têxtil S.A.	41.063	-	-	195	-	3.846	45.104
Vicunha Steel S.A.	2.774.529	-	(79.186)	60.297	(53.395)	314.936	3.017.181
Vicunha Aços S.A.	1.279.515	-	(37.389)	-	(60.297)	148.066	1.329.896
Pinhal Adm. e Participação Ltda.	8.319	-	13.280	-	-	(4.681)	16.919
Triunfo Florestal Ltda.	61	-	-	(1)	-	-	60
Itacumbi Agrícola e Pastoril Ltda.	2.597	10.272	-	-	-	(6.000)	4.271
Deságio s/ Investimento	(652)	-	-	-	-	-	(652)
	5.598.128	**10.272**	**(104.426)**	**62.167**	**(113.692)**	**504.181**	**5.954.032**
Ações - Investco	20.763	-	-	-	-	-	20.763
Ações - Celpe	1.550	(1.450)	-	-	-	(100)	-
Provisão para perda de investimento	(652)	-	-	657	-	-	5
	21.661	**(1.450)**	**-**	**657**	**-**	**(100)**	**20.778**
Total de investimentos	**5.617.196**	**8.822**	**(104.426)**	**62.824**	**(113.692)**	**504.081**	**5.974.810**

8. Imobilizado

	Taxa Deprec. (a.a.)	Controladora Saldo Líquido 31/12/2023	Controladora Saldo Líquido 31/12/2022	Consolidado Custo Corrigido	Consolidado Depreciação acumulada	Consolidado Saldo Líquido 31/12/2023	Consolidado Saldo Líquido 31/12/2022
Terrenos	n/a	-	-	41.357	-	41.357	5.810
Edifícios	4%	-	-	14.956	(3.674)	11.283	8.424
Instalações	10%	-	-	15.758	(2.055)	13.703	663
Máquinas e Equipamentos	10%	-	-	2.889	(1.260)	1.629	66
Informática	10%	-	-	1.105	(971)	134	-
Móveis e Utensílios	10%	-	-	1.391	(961)	430	84
Veículos	20%	-	-	17.539	(9.212)	8.327	175
Equipamento Proc. Dados	10%	-	-	504	(191)	313	97
Animais Reprodutores	8/10%	-	-	17.693	(9.938)	7.755	688
Software	20%	-	-	3.650	(3.243)	407	2
Outras Imobilizações		-	-	20.198	(2.453)	17.745	-
Valor Justo Ativo Biológico		-	-	50.600	-	50.600	-
Imobilizado em andamento		-	-	669	-	669	1.682
Estande de Vendas		-	-	16.279	(8.173)	8.106	-
Benfeitorias 3ºs		-	-	52	(38)	13	-
Direito de Uso		-	-	2.410	(684)	1.726	-
		-	**-**	**207.052**	**(42.854)**	**164.198**	**17.690**

Controladora

	Saldo Líquido 31/12/2022	Adições/ Baixas	Depreciação	Descruzamento	Saldo Líquido 31/12/2023
Terrenos	5.810	-	-	35.547	41.357
Edifícios	8.424	1.897	(422)	1.384	11.283
Instalações	663	-	(130)	13.170	13.703
Máquinas e Equipamentos	66	196	(24)	1.391	1.629
Informática	-	-	-	134	134
Móveis e Utensílios	84	127	(27)	246	430
Veículos	175	-	(58)	8.210	8.327
Equipamento Proc. Dados	97	(205)	108	313	313
Animais Reprodutores	688	120	5	6.941	7.755
Software	2	(7)	5	407	407
Outras Imobilizações	-	-	-	17.745	17.745
Valor Justo Ativo Biológico	-	-	-	50.600	50.600
Imobilizado em andamento	1.682	(1.052)	-	40	669
Estande de Vendas	-	-	-	8.106	8.106
Benfeitorias 3ºs	-	-	-	13	13
Direito de Uso	-	-	-	1.726	1.726
	17.690	**1.076**	**(543)**	**145.975**	**164.198**

9. Intangível

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Vicunha Steel S.A. - Ágio	-	222.719	-	222.719
Softwares	-	-	8.609	-
	-	**222.719**	**8.609**	**222.719**

* O Ágio referente a aquisição histórica da Vicunha Steel S.A. foi reconhecido e zerado em 2023 em decorrencia da restruturação societária ocorrida em março, justificado através dos laudos de avaliação contabil de acervo liquido utilizados para Cisão entre as companhias, vertendo o investimento na subsidiária Vicunha Steel S.A. para a CFL Ana Participações S.A.

10. Partes Relacionadas

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Pinhal Administração e Participação Ltda.		1.501	-	-
Vicunha Steel S.A.	-	126.667	-	126.702
Elizabeth S.A. Indústria Têxtil	-	6.429	-	-
Outras	7	-	1.496	-
	1.729	**134.597**	**1.496**	**126.702**

11. Provisão Para Contingências: Em 31.12.2022, a Companhia encontrava-se envolvida em processos de natureza cível e a Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis que foram tomados são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia. Em razão de condenação em 1ª instância na ação principal dos autos do processo 1031757- 59.2018.8.26.0100 desta Capital, proferida em 31 de maio de 2019, foi necessário reconhecer, em 31 de dezembro de 2019, provisão para contingência de R$ 100 milhões relativa ao pagamento de honorários de sucumbência. Em 31.12.2022, a ação judicial que levou ao provisionamento era objeto de recursos das partes no Superior Tribunal de Justiça ("STJ") que abrangiam, dentre outros temas, o valor de honorários de sucumbência, existindo ainda naquele momento a possibilidade de tal montante ser judicialmente reduzido ou majorado, inclusive em razão dos efeitos do Tema Repetitivo 1076 do STJ. Durante o exercício social de 2023, os referidos processos foram extintos em razão Acordo de Reestruturação Patrimonial, Transação e Outras Avenças envolvendo CFL Participações SA, Rio Purus Participações SA, e suas investidas, com a consequente reversão da provisão para contingência de R$ 100 milhões relativa ao pagamento de honorários de sucumbência. **12. Patrimônio Líquido: 12.1. Capital Social:** O Capital Social é composto de 983.516.152 ações (983.516.152 ações em 2022), todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal perfazendo o total de R$ 3.080.485 (R$ 3.080.485 em 2022). **12.2. Reserva legal:** De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, cinco por cento do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder a vinte por cento do capital social. **13. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Risco:** A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia e suas controladas não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, salvo para proteção cambial de algumas controladas conforme publicados por estas em suas demonstrações próprias. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

14. Receitas (Despesas) Financeiras

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas Financeiras				
Receita de aplicação financeira	80.186	9.038	166.327	9.201
Juros	-	479	-	479
Outras	140	198	325	198
Total das receitas financeiras	**80.326**	**9.715**	**160.612**	**9.878**
Despesas Financeiras				
Juros, despesas bancárias e multas	(67)	(1)	(4.506)	(115)
IOF/ IOC	(145)	(1)	(1.534)	(5)
Total das despesas financeiras	**(212)**	**(2)**	**(6.040)**	**(120)**
Resultado financeiro líquido	**80.114**	**9.713**	**160.612**	**9.758**

15. Cobertura de Seguros: A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes. **16. Eventos Subsequentes:** Mediante a consumação, durante o exercício social de 2023, das operações societárias acordadas entre CFL e Rio Purus Participações S.A. no Acordo de Reestruturação Patrimonial, Transação e Outras Avenças, celebrado em 2022, a CFL pôs fim a relevantes processos de natureza cível em que estava envolvida e atingiu o objetivo de passar a deter o controle e a gestão de seus ativos operacionais mais importantes. Eventuais reflexos dessa reestruturação podem vir a ocorrer no futuro, os quais não são possíveis de se mensurar nesse momento. A Administração da companhia se mantém atenta e tomará todas as medidas necessárias caso venham a ocorrer.

Diretoria

Léo Steinbruch - Diretor Presidente

Paulo Vidiz - Diretor Superintendente

Contador

Roberto Zambon - CRC CT 1SP254951/O-4

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da CFL Participações S.A.
São Paulo - SP

Alcance: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CFL Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CFL Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na laboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos Auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria, apropriada e suficiente, referente às informações financeiras para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

29 de agosto de 2024

Units Auditores Independentes
CRC - 2SP018119/0-9

Fernando Segato
Contador CRC-SP nº 1SP 289.121/O-5

VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 25.005.683/0001-09 - NIRE 35.300.492.307

EDITAL DE 1ª E 2ª CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS, EM 1ª SÉRIE, DA 16ª (DÉCIMA SEXTA) EMISSÃO, DA VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

Ficam convocados os titulares dos Créditos Imobiliários ("CRI"), em 1ª Série, da 16ª (Décima Sexta) Emissão, da VERT COMPANHIA SECURITIZADORA ("Titulares dos CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente) e a VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. ("Agente Fiduciário"), em atenção ao disposto na Cláusula 13 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários em 1ª Série, da 16ª (Décima Sexta) Emissão da Emissora ("Termo de Securitização"), a participarem da assembleia especial de Titulares dos CRI, que será realizada, em primeira convocação, no dia **09 de outubro de 2024, às 14h30**, e em segunda convocação, no dia **18 de outubro de 2024, às 14h30**, via vídeo conferência, através da plataforma "*Zoom*", coordenada pela Emissora, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60" e "Assembleia"), para examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado da Emissão (conforme definido no Termo de Securitização) apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sem ressalvas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022. Ficam os senhores Titulares dos CRI da Emissão cientes de que, nos termos do Art. 25, §2º da Resolução CVM 60, as demonstrações contábeis do patrimônio separado que não contiverem ressalvas podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Informações Gerais: A presente Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, via vídeo conferência, através da plataforma "*Zoom*", sendo certo que o link de acesso à Assembleia será disponibilizado, oportunamente, pela Emissora e, ainda, a assinatura da ata será realizada digitalmente, conforme autorizado pela Resolução CVM 60. Os Titulares dos CRI poderão se fazer representar na Assembleia por procuração, emitida por instrumento público ou particular, acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgado, conforme previsto no art. 127 da Lei 6.404/76. Os documentos pessoais e, caso aplicável, instrumentos de mandato com poderes para representação na referida Assembleia deverão ser encaminhados para a Emissora, no e-mail juridico.ops@vert-capital.com e ri@vert-capital.com, com cópia ao Agente Fiduciário, no e-mail agentefiduciario@vortx.com.br, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da Assembleia.

São Paulo, 23 de setembro de 2024.
VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 25.005.683/0001-09 - NIRE 35.300.492.307

EDITAL DE 1ª E 2ª CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS, EM 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª E 6ª SÉRIES, DA 39ª (TRIGÉSIMA NONA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, DA VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

Ficam convocados os titulares dos Créditos Imobiliários ("CRI"), em 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Séries da 39ª (Trigésima Nona) Emissão, da VERT COMPANHIA SECURITIZADORA ("Titulares dos CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente) e a VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. ("Agente Fiduciário"), em atenção ao disposto na Cláusula 13 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários em 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Séries da 39ª (Trigésima Nona) Emissão da Emissora ("Termo de Securitização"), a participarem da assembleia especial de Titulares dos CRI, que será realizada, em primeira convocação, no dia **09 de outubro de 2024, às 15h30**, e em segunda convocação, no dia **18 de outubro de 2024, às 15h30**, via vídeo conferência, através da plataforma "*Zoom*", coordenada pela Emissora, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60" e "Assembleia"), para examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado da Emissão (conforme definido no Termo de Securitização) apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sem ressalvas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022. Ficam os senhores Titulares dos CRI da Emissão cientes de que, nos termos do Art. 25, §2º da Resolução CVM 60, as demonstrações contábeis do patrimônio separado que não contiverem ressalvas podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Informações Gerais: A presente Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, via vídeo conferência, através da plataforma "*Zoom*", sendo certo que o link de acesso à Assembleia será disponibilizado, oportunamente, pela Emissora e, ainda, a assinatura da ata será realizada digitalmente, conforme autorizado pela Resolução CVM 60. Os Titulares dos CRI poderão se fazer representar na Assembleia por procuração, emitida por instrumento público ou particular, acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgado, conforme previsto no art. 127 da Lei 6.404/76. Os documentos pessoais e, caso aplicável, instrumentos de mandato com poderes para representação na referida Assembleia deverão ser encaminhados para a Emissora, no e-mail juridico.ops@vert-capital.com e ri@vert-capital.com, com cópia ao Agente Fiduciário, no e-mail agentefiduciario@vortx.com.br, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da Assembleia.

São Paulo, 23 de setembro de 2024.
VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 25.005.683/0001-09 - NIRE 35.300.492.307

EDITAL DE 1ª E 2ª CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS, EM 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª SÉRIES, DA 52ª (QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, DA VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

Ficam convocados os titulares dos Créditos Imobiliários ("CRI"), em 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Séries, da 52ª (Quinquagésima Segunda) Emissão, da VERT COMPANHIA SECURITIZADORA ("Titulares dos CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente) e a VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA ("Agente Fiduciário"), em atenção ao disposto na Cláusula 13 do Termo de Securitização de Certificados de Recebíveis Imobiliários em 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Séries, da 52ª (Quinquagésima Segunda) Emissão da Emissora ("Termo de Securitização"), a participarem da assembleia especial de Titulares dos CRI, que será realizada, em primeira convocação, no dia **23 de outubro de 2024, às 14h30**, e em segunda convocação, no dia **05 de novembro de 2024, às 14h30**, via vídeo conferência, através da plataforma "*Zoom*", coordenada pela Emissora, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60" e "Assembleia"), para examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado da Emissão (conforme definido no Termo de Securitização) apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sem ressalvas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022. Ficam os senhores Titulares dos CRI da Emissão cientes de que, nos termos do Art. 25, §2º da Resolução CVM 60, as demonstrações contábeis do patrimônio separado que não contiverem ressalvas podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Informações Gerais: A presente Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, via vídeo conferência, através da plataforma "*Zoom*", sendo certo que o link de acesso à Assembleia será disponibilizado, oportunamente, pela Emissora e, ainda, a assinatura da ata será realizada digitalmente, conforme autorizado pela Resolução CVM 60. Os Titulares dos CRI poderão se fazer representar na Assembleia por procuração, emitida por instrumento público ou particular, acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgado, conforme previsto no art. 127 da Lei 6.404/76. Os documentos pessoais e, caso aplicável, instrumentos de mandato com poderes para representação na referida Assembleia deverão ser encaminhados para a Emissora, no e-mail juridico.ops@vert-capital.com e ri@vert-capital.com, com cópia ao Agente Fiduciário, no e-mail agentefiduciario@vortx.com.br, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da Assembleia. São Paulo, 23 de setembro de 2024. **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA**

CERVEJARIA TARANTINO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

TARANTINO CERVEJARIA

CNPJ: 47.225.876/0001-08 - NIRE: 35300597061

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas da **Cervejaria Tarantino Administração e Participações S.A.,** CNPJ/ME nº 47.225.876/0001-08, para realização de Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 30/09/2024 às 11h, na Rua Serra de Botucatu, 660, 11º andar, conj. 113, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia:** a) Eleição de nova diretoria. b) Deliberação sobre a emissão de valores mobiliários a serem emitidos pela Sociedade, no montante de até R$ 4.500.000,00, objeto de Oferta Pública a ser realizada em conformidade com a Resolução CVM-88, de 27/04/2022, com as alterações introduzidas pela Resolução CVM nº 158, de 28/06/2022 ("Resolução CVM-88"), cujas condições constam do "Contrato de Prestação de Serviços de Realização de Oferta Pública, com Dispensa de Registro, de Valores Mobiliários de Investimento Participativo, de Emissão e Outras Avenças", a ser celebrado pela Sociedade com a Clearbook Participações Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 31.674.712/0001-10 ("Contrato"), bem como aprovam a celebração do Contrato pela Sociedade para realização de Oferta Pública ora aprovada. São Paulo, 20 de setembro de 2024.

PicPay Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/ME 22.896.431/0001-10 - NIRE 35.300.536.762

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 15 de Dezembro de 2023

Aos 15/12/2023, às 10h00, na sede social da PicPay Instituição de Pagamento S.A.. **Presença:** A totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Sr. **José Antônio Batista Costa**, Presidente, e Sra. **Carolina Hamaguchi**, na qualidade de Secretária. **Deliberações:** Colocada a matéria em discussão e posterior votação, restou unanimemente aprovada, sem quaisquer reservas ou ressalvas: **(i)** Alteração do objeto social da Companhia, com a modificação da redação das atividades constantes nos itens (i) e (k) do artigo 3º, para que conste: *(i) a compra, comodato e locação de máquinas e equipamentos eletrônicos relacionadas às atividades constantes da alínea anterior; (k) instalação, desinstalação, monitoração, fornecimento, manutenção e locação de equipamentos utilizados em redes de captura de transações, e demais serviços correlatos."* E a exclusão da atividade de: *(j) o comércio varejista especializado de equipamentos de pontos de venda e terminais multifunção para leitura de cartões de crédito, débito e similares utilizados para a captura e processamento de dados relativos às transações realizadas nos pontos de venda;* Dessa forma, o artigo 3º do Estatuto Social da Companhia vigorará com a seguinte redação: **Artigo 3º -** A Companhia tem por objeto social: (a) a instituição e administração de arranjos de pagamento; (b) a prestação de serviços de pagamento, o que compreende: a. disponibilização de serviço de aporte ou saque de recursos mantidos em conta de pagamento pré-paga; b. execução ou facilitação da instrução de pagamento relacionada a serviço de pagamento, inclusive transferência originada de ou destinada à conta de pagamento pré-paga; c. gestão de conta de pagamento pré-paga; d. emissão de instrumento de pagamento vinculado a conta de pagamento pré-paga; e. conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa, habilitando a aceitação ou gerindo o uso de moeda eletrônica; f. iniciação de transação de pagamento; g. outras atividades relacionadas à prestação de serviços de pagamento; h. credenciamento para aceitação de instrumento de pagamento; (c) a prestação de serviços de correspondência bancária; (d) a prestação de serviços de intermediação de negócios em geral; (e) aquisição e cessão de direitos creditórios em decorrência e/ou em complementação aos seus negócios; e (f) a prestação de serviços de veiculação de publicidade na internet - também denominada como locação de espaços publicitários com a finalidade de inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade na internet; (g) a emissão, administração e gestão de cartões pré-pagos para carga e recarga de benefícios de vales-alimentação, vales-refeição, vales-transportes e similares; (h) o aluguel, comodato e o fornecimento e a prestação de serviços de instalação e manutenção de soluções e meios eletrônicos ou manuais para a captura e processamento de dados relacionados às transações de uso de cartões de crédito e de débito, bem como quaisquer outros meios de pagamento ou meios eletrônicos para registro e aprovação de transações não financeiras e dados eletrônicos que possam transitar em rede eletrônica; (i) a compra, comodato e locação de máquinas e equipamentos eletrônicos relacionadas às atividades constantes da alínea anterior; (j) instalação, desinstalação, monitoração, fornecimento, manutenção e locação de equipamentos utilizados em redes de captura de transações, e demais serviços correlatos. **(i)** A consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme Anexo I desta ata. **Encerramento:** Nada mais a tratar. São Paulo, 15/12/2023. **Carolina Hamaguchi -** Secretária da Mesa. **JUCESP** nº 487.781/23-5 em 28/12/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Picpay Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF 22.896.431/0001-10 - NIRE 35.300.536.762

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 23 de Abril de 2024

Data, Horário e Local: Aos 23/04/2024, às 08h00, na sede social da Companhia. **Presença:** A totalidade. **Mesa:** Eduardo Chedid Simões, Presidente; Carolina Hamaguchi, Secretária. **Convocação:** Dispensada a convocação face ao comparecimento dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme faculta o artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1979 ("Lei das S.A."). **Publicações:** As Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório da administração, do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social findo em 31/12/2023, foram publicados no jornal "Diário Comercial", edição de 28/03/2024. **Deliberações:** Colocada a matéria em discussão e posterior votação, restaram unanimemente aprovadas, sem quaisquer reservas ou ressalvas: (i) As demonstrações financeiras (COSIF) e as contas dos administradores da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, e suas notas explicativas; (ii) O lucro apurado pela Companhia no exercício social encerrado em 31/12/2023 foi utilizado para a redução do prejuízo acumulado, sendo assim, não haverá distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia. **Aprovação da Ata e Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 23/04/2024. **Mesa: Eduardo Chedid Simões -** Presidente; **Carolina Hamaguchi -** Secretário/Secretária. **JUCESP** nº 219.226/24-6 em 10/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Consolare Concessionária de Cemitérios e Serviços Funerários SPE S/A

CNPJ nº 44.615.216/0001-37

Edital de Chamamento - Cemitério Consolação

A **Consolare Concessionária de Cemitérios e Serviços Funerários SPE S/A, Notifica** os cessionários e possíveis sucessores dos terrenos situados no cemitério **Consolação,** os quais foram identificados como estando em estado de **Abandono,** para comparecerem à administração do referido cemitério e realizar os procedimentos necessários para regularização das concessões afetadas. **Cemitério Consolação:** R. da Consolação, 1660 - Consolação, São Paulo - SP, 01302-001. **Quadra/Terreno/Cessionários convocados:** Q 63 T 43 - AUGUSTO PEREIRA LEITE; Q 63 T 44 - JOÃO DE BARROS; R 05 T 17 - ANNA JOAQUINA GALVÃO DE MORA LACERDA; R 24 LD T 29 - EURIDICE DE AZEVEDO MARQUES; R 18 T 06 - IVONE MATAR FEUZ; R 18 T 25 - JOÃO GOMES CALADO; R 14 T 02 - MARIA JOSE FONSECA E SILVA; R 24 LE T 38 - RITA DE MELO AZEVEDO MARQUES; R 05 T 12 - TEREZA CAGNI CESAR.

Genovese Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. ("Genovese" ou "Sociedade")

CNPJ/MF Número: 40.152.242/0001-15 - NIRE: 35.236.682.945

Ata de Reunião de Sócios

1. Data, Hora e Local: Em 23 de setembro de 2024, às 10h00min, na sede da Sociedade, localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Mourato Coelho, nº 936, sala 61, Pinheiros, CEP 054170-001. **2. Composição da Mesa:** Presidente: Fabio Terepins. Secretária: Marcela Scarparo. **3. Convocação:** Sócia representando a totalidade do capital social, sendo dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1.072 da Lei 10.406/02 ("Código Civil"). **4. Presente: Vibra Residencial Ltda.,** com sede nesta Capital, na Rua Mourato Coelho, nº 936, 6º andar, sala 62, Pinheiros, São Paulo - SP, CEP 05417-001, inscrita no CNPJ/MF sob nº 26.173.891/0001-71, neste ato representada por **Fabio Terepins,** brasileiro, convivente em união estável, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.758.828-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 304.866.468-82 e com endereço na Rua Mourato Coelho, nº 936, 6º andar, Pinheiros, São Paulo - SP, CEP 05417-001 ("**Vibra**"); **5. Ordem do Dia:** Exame e discussão sobre **(i)** a integralização em moeda corrente nacional de R$ 670.171,00, correspondente a 670.171 quotas, por meio da capitalização de créditos que a Sócia **Vibra** possui junto à Sociedade a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social ("AFAC"), passando o capital social **de** R$ 4.284.705,00, dividido em 4.284.705 quotas, no valor de R$ 1,00 cada quota, **para** R$ 4.954.876,00, dividido em 4.954.876 quotas, no valor de R$ 1,00 cada quota; e **(ii)** posterior redução do capital social da Sociedade em R$ 4.500.000,00, julgado excessivo pelos sócios, nos termos do artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, passando este **de** R$ 4.954.876,00, dividido em 4.954.876 quotas, no valor de R$ 1,00 cada quota, **para** R$ 454.876,00, dividido em 454.876 quotas, no valor de R$ 1,00 cada quota. **6. Deliberações:** A sócia deliberou sem qualquer restrição e por unanimidade de votos, por **aprovar** a totalidade da Ordem do Dia. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião Ordinária de Sócios e lavrada esta Ata, que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes a qual segue para publicação nos termos do artigo 1.084, § 1º do Código Civil. **6. Deliberações:** Em vista da Ordem do Dia, a sócia sem qualquer restrição, decide por **aprovar** a matéria objeto da Ordem do Dia, autorizando a Diretoria da Sociedade a adotar todos os atos necessários à formalização da deliberação ora efetivada. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião Ordinária de Sócios e lavrada esta Ata, que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo, 23 de setembro de 2024. **Fabio Terepins -** Presidente; **Marcela Scarparo -** Secretária; Sócia: **Vibra Residencial Ltda. -** Neste ato representada por Fabio Terepins.

PicPay Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF 22.896.431/0001-10 - NIRE 35.300.536.762

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 13 de Junho de 2024

Data, hora e local: Aos 13/06/2024, às 10h00, na sede social da Companhia **Presença:** A totalidade. **Mesa:** Sr. **Eduardo Chedid Simões**, Presidente, e Sra. **Juliana Tourinho**, na qualidade de Secretária. **Convocação:** Dispensada face ao comparecimento dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Deliberações:** Colocada a matéria em discussão e posterior votação, restou unanimemente aprovada, sem quaisquer reservas ou ressalvas: **(i)** Aumento do limite de Diretores da Companhia, com a modificação da redação do artigo 10° e de seu Paragrafo Primeiro, para aumentar o limite máximo de integrantes da Diretoria da Companhia para 20 membros, podendo ser composta por 1 Diretor Presidente, 1 Diretor Financeiro e 18 Diretores sem designação específica. Dessa forma, o Artigo 10º e seu Parágrafo Primeiro do Estatuto Social da Companhia vigorarão com a seguinte redação: ***"Artigo 10º** - A gestão e a representação da Companhia competem à Diretoria, que será composta de no mínimo 2 e no máximo 20 membros acionistas ou não, residentes no Brasil, eleitos e destituíveis a qualquer tempo em Assembleia Geral, como mandato uniforme de 3 anos para todos seus membros, permitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro.** A Diretoria poderá ser composta por 01 Diretor Presidente, 01 Diretor Financeiro e por 18 Diretores sem designação específica."* **(ii)** Flexibilização de restrições na representação por Diretores nos atos de constituição de procuradores, com a modificação da redação do parágrafo segundo do artigo 14º do Estatuto Social da Companhia, para retirar o trecho que obriga um dos representantes da Companhia nos atos de constituição de procuradores ser necessariamente o Diretor Presidente. Dessa forma, o Parágrafo Segundo do Artigo 14º do Estatuto Social da Companhia vigorará com a seguinte redação: ***"Artigo 14º -** Caberá aos Diretores a prática dos atos necessários ou convenientes à administração desta, para tanto dispondo eles, dentre outros poderes, dos necessários para a representação da Companhia em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais. **Parágrafo Segundo.** Nos atos de constituição de procuradores a Companhia deverá ser representada conjuntamente por 2 Diretores."* **(iii)** A instituição do Comitê Executivo da Diretoria, com a inserção das regras e características desse órgão no Artigo 16° e seus Parágrafos Primeiro e Segundo do Estatuto Social. ***"Artigo 16° -** A Companhia terá um Comitê Executivo, de caráter decisório, a quem compete deliberar sobre assuntos relacionados à administração dos negócios, suporte operacional, recursos humanos, alocação de capital, projetos relevantes nas áreas de tecnologia, infraestrutura e serviços, da Companhia e das entidades integrantes do Grupo PicPay, e outras atribuições conforme vier a ser estabelecido nas normas da Companhia. **Parágrafo Primeiro.** O Comitê Executivo será composto pelo Diretor Presidente e pelos Diretores por ele indicados, e poderá contar com a presença de membros externos, caso entenda conveniente. **Parágrafo Segundo.** O Comitê Executivo estabelecerá em Regimento Interno as regras operacionais para seu funcionamento, bem como o detalhamento das competências estabelecidas neste artigo."* **(iv)** A instituição do Comitê de Auditoria, de acordo com a Resolução 4.190, de 27/05/2021 do Conselho Monetário Nacional e Resolução 130 de 20/08/2023 do Banco Central do Brasil, e, consequentemente, a aprovação das regras, critérios e demais características do Comitê de Auditoria os quais são estabelecidos nos Artigos 18° a 23º do Estatuto Social da Companhia e cujo texto integral é aprovado nesta oportunidade, conforme adiante exposto: ***"Capítulo IX - Do Comitê de Auditoria. Artigo 18°** - O Comitê de Auditoria, de funcionamento permanente, é responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade previstos na regulamentação em vigor. **Parágrafo 1º** - O Comitê de Auditoria é composto por, no mínimo, 03 membros e, no máximo, 06 membros, com prazo de mandato de até 05 anos, eleitos e nomeados por Assembleia Geral pela Companhia. Até 1/3 dos integrantes do comitê de auditoria pode ter o mandato renovado, respeitado o prazo máximo de permanência de até 10 anos consecutivos. **Parágrafo 2º** - Independentemente do prazo do mandato, em nenhuma hipótese será admitida a permanência do membro no comitê de auditoria por período superior a: I - 10 anos consecutivos, para até 1/3 dos membros; e II - 5 anos consecutivos para os demais membros. **Parágrafo 3º -** O integrante do comitê de auditoria, com prazo de mandato de 5 anos ou de 5 anos renovados por mais 5 anos, conforme a regra, somente pode voltar a integrar o comitê após decorridos, no mínimo, 3 anos do final do seu último mandato. **Parágrafo 4º -** Os membros do Comitê de Auditoria podem ser diretores da Companhia, desde que estes constituam menos da metade do total dos integrantes do comitê, em atendimento aos requisitos da regulamentação vigente. **Parágrafo 5º -** Os membros do Comitê de Auditoria deverão preencher os requisitos estabelecidos pela regulamentação em vigor. **Parágrafo 6º -** Os membros do Comitê de Auditoria que forem também conselheiro e/ou diretores estatutários da Companhia serão remunerados pela maior remuneração entre o cargo de diretor estatuário e/ou conselheiro e a de membro do Comitê de Auditoria, sendo vedada a cumulação dos valores. **Parágrafo 7º -** Ao menos um dos membros efetivos do Comitê de Auditoria deverá possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade, o qual será designado membro qualificado. **Parágrafo 8º -** A função atribuída ao membro do Comitê de Auditoria é indelegável. **Parágrafo 9º -** O Comitê de Auditoria reportar-se-á à Diretoria da Companhia. **Parágrafo 10º -** Caso a Companhia seja líder de um Conglomerado Financeiro, à luz da conceituação do Banco Central do Brasil, as instituições participantes daquele são autorizadas, desde já, a utilizarem o Comitê de Auditoria da Companhia mediante deliberação em conformidade com seu estatuto ou contrato social. **Parágrafo 11º -** Caso a Companhia não preencha mais as exigências do Banco Central do Brasil para constituição do Comitê de Auditoria, os acionistas poderão deliberar, por maioria de votos, pela sua extinção, desde que tenha encerrado efetivamente suas atividades, sem qualquer pendência, e que o Banco Central do Brasil aprove tal extinção expressamente. **Artigo 19º -** O Comitê de Auditoria poderá se utilizar do trabalho de especialistas, sem, contudo, se eximir da responsabilidade pelos atos praticados, mesmo que baseados nos pareceres daqueles especialistas. **Artigo 20°** - O membro do Comitê de Auditoria será automaticamente destituído da sua função na ocorrência de uma das seguintes hipóteses: **(i)** destituição do cargo de diretor estatutário da Companhia, se o ocupasse à época de sua nomeação como integrante do Comitê de Auditoria; **(ii)** decisão expressa da maioria dos acionistas da Companhia, desde que devidamente consignado em Assembleia Geral; **(iii)** ocupar cargo no Conselho Fiscal da Companhia ou em uma de suas controladoras e/ou coligadas; e **(iv)** investidura em qualquer cargo público efetivo, em função de gestão ou de administração. **Artigo 21°** - Constituem atribuições do Comitê de Auditoria, sempre relacionadas às atividades das sociedades integrantes do conglomerado financeiro: **(i)** estabelecer as regras operacionais para o seu funcionamento, as quais devem ser aprovadas em Diretoria, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos acionistas; **(ii)** recomendar à Diretoria a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, sua remuneração, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário; **(iii)** revisar, previamente à divulgação ou à publicação, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, anuais e semestrais das Sociedades, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente; **(iv)** avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis às Sociedades, além de regulamentos e códigos internos; **(v)** avaliar o cumprimento, pelas diretorias das Sociedades, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos; **(vi)** estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis às Sociedades, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; **(vii)** recomendar às diretorias das Sociedades correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; **(viii)** reunir-se, no mínimo trimestralmente, com as diretorias das Sociedades, com as auditorias independentes e com as auditorias internas para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; **(ix)** verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso "viii", o cumprimento de suas recomendações pelas diretorias das Sociedades; **(x)** reunir-se com os conselhos fiscais das Sociedades, quando em funcionamento, e com a Diretoria, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; **(xi)** monitorar e avaliar a independência do auditor independente; e **(xii)** outras atribuições eventualmente determinadas pelo Banco Central do Brasil. **Artigo 22° -** O Comitê de Auditoria deverá elaborar, ao final de cada semestre (30 de junho e 31 de dezembro), Relatório do Comitê de Auditoria, o qual conterá obrigatoriamente as informações e dados previstos na regulamentação vigente do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. **Artigo 23° -** Após a sua devida instalação, o Comitê de Auditoria deverá comunicar, formalmente, qualquer existência ou evidência de fraude ao Banco Central do Brasil, no prazo máximo de três dias úteis, contados a partir da data de sua constatação. **Parágrafo único -** Considerar-se-á existência ou evidência de fraude, além dos conceitos trazidos pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, uma das seguintes hipóteses: **(i)** inobservância de normas legais e regulamentares, que coloquem em risco a continuidade da entidade auditada; **(ii)** fraudes de qualquer valor perpetradas pela administração da Companhia; **(iii)** fraudes relevantes perpetradas por funcionários da Companhia ou terceiros; e **(iv)** erros que resultem em incorreções relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia."* Em virtude da aprovação dos artigos referentes ao Comitê de Auditoria, a Única Sócia decide promover a eleição dos seguintes membros para a composição do referido órgão: (i) o Sr. **Jackson Ricardo Gomes,** RG nº 9418884, SSP/SP, CPF nº 019.723.148-90, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, eleito para o cargo de Coordenador/Membro Qualificado do Comitê de Auditoria; (ii) o Sr. **Marcio Antonio Teixeira Linares,** RG nº 3054829-9, SSP/SP, CPF nº 576.793.478-91, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, eleito para o cargo de membro efetivo do Comitê de Auditoria; e (iii) o Sr. **Maurício Costa de Moura,** RG nº 38.210.721-4, SSP/SP, CPF nº 523.491.281-72, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, eleito para o cargo de membro efetivo do Comitê de Auditoria. Em virtude das aprovações acima, fica deliberada também a renumeração dos capítulos e artigos subsequentes, respeitando-se a ordem lógica do Estatuto Social da Companhia e a ratificação da alteração do Estatuto Social. **(v)** A consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme Anexo I desta ata. **Aprovação da Ata e Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 13/06/2024. **Juliana Tourinho -** Secretaria da Mesa/Advogada. **JUCESP** nº 297.813/24-9 em 05/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CHUBB SEGUROS BRASIL S.A.

CHUBB

CNPJ/MF nº 03.502.099/0001-18 - NIRE 35.300.174.542

Ata de Reunião do Comitê Executivo Realizada em 02 de Setembro de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 02 de setembro de 2024, às 09:00 horas, na sede social da Chubb Seguros Brasil S.A. **("Companhia"),** situada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 3.970, 26º e 27º andares do Edifício Eldorado Business Tower, CEP 05402-920. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 28, §1º do estatuto social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Comitê Executivo da Companhia. **3. Mesa:** Sr. Leandro Martinez Raymundo - Presidente da Mesa; e Dr. Marcos Krause - Secretário da Mesa. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre o encerramento de filiais da Companhia. **5. Deliberações:** Após leitura, análise e discussão da ordem do dia, os membros do Comitê Executivo da Companhia aprovaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, encerrar as seguintes filiais da Companhia: **i) CNPJ 03.502.099/0006-22 - BELO HORIZONTE/MG -** Local: Av. Getúlio Vargas, 1.420, salas 713, 714, 715, 716 e 717, 7º Andar, Savassi anteriormente Funcionários, CEP 30.112-024, Belo Horizonte/MG. **ii) CNPJ 03.502.099/0008-94 - CAMPINAS/SP -** Local: Rua Conceição, 233, 24º andar, Centro, CEP 13.010-916, Campinas/SP. **iii) CNPJ 03.502.099/0003-80 - CURITIBA/PR -** Local: Av. Sete de Setembro, 4.698, salas 2103 e 2104, 21º andar, Batel, CEP 80.240-000, Curitiba/PR. **iv) CNPJ 03.502.099/0012-70 - FLORIANÓPOLIS/SC -** Local: Av. Rio Branco, 847, salas 207 e 208, Centro, CEP 88015-203, Florianópolis/SC. **v) CNPJ 03.502.099/0019-47 - MANAUS/AM -** Local: Rua Salvador, 120, 3º andar, sala 307, Adrianópolis, CEP 69057-040, Manaus/AM. **vi) CNPJ 03.502.099/0017-85 - MACEIÓ/AL -** Local: Avenida Comendador Gustavo Paiva, 2.789, sala 402, 4º andar, Mangabeiras, CEP 57.037-285, Maceió/AL. **vii) CNPJ 03.502.099/0005-41 - PORTO ALEGRE/RS -** Local: Av. Nilo Peçanha, 2.825, sala 1608, Bela Vista anteriormente Chácara das Pedras, CEP 91330-001, Porto Alegre/RS. **viii) CNPJ 03.502.099/0004-60 - RIO DE JANEIRO/RJ -** Local: Av. Rio Branco, 01, sala 1708, Centro, CEP 20090-907, Rio de Janeiro/RJ. 6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata, que lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **7. Assinaturas:** Mesa: Presidente: Leandro Martinez Raymundo; Secretário da Mesa: Dr. Marcos Krause; Membros do Comitê Executivo: Leandro Martinez Raymundo, Carla Theresa Faria Jacarini, Marcelo Cesaro e Luciano Alves Santos. São Paulo, 02 de setembro de 2024. **Leandro Martinez Raymundo, Marcos Krause, Carla Theresa Faria Jacarini, Marcelo Cesaro e Luciano Alves Santos. JUCESP** nº 350.234-24-3 em 19/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Blau Farmacêutica S.A.

Blau FARMACÊUTICA

CNPJ/ME nº 58.430.828/0001-60 - NIRE nº 35.300.416.406 | Código CVM nº 2462-7 (Companhia Aberta)

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 06 de Agosto de 2024

Aos 06/08/2024, às 10h, por videoconferência. **Presença:** presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração: **Deliberações:** Análise e deliberação acerca das Informações Financeiras da Companhia relativas ao período findo em 30/06/2024: após breve apresentação feita e em conformidade com a recomendação de aprovação do Comitê de Auditoria da Companhia, em reunião realizada em 01/08/2024 e, adicionalmente, com a recomendação de aprovação do Conselho Fiscal da Companhia, em reunião realizada em 02/08/2024, os Srs. Membros do Conselho deliberaram pela aprovação das informações trimestrais relativas ao período findo em 30/06/2024 e autorizaram a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para a divulgação das informações trimestrais ora aprovadas. Reporte Trimestral do Comitê de Auditoria: Os Srs. Membros do Conselho aproveitaram para registrar o recebimento do Reporte Trimestral do Comitê de Auditoria, referente às suas atividades desempenhadas no 2º Trimestre de 2024. Cotia, 06/08/2024. Mesa: **Rodolfo Alfredo Gerardo Hahn** - Presidente da Mesa; **Paulo Zaccharias Neto -** Secretário. **JUCESP** nº 338.356/24-1 em 11/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

RAÍZEN ENERGIA S.A.

raízen

CNPJ/MF 08.070.508/0001-78 - NIRE 353.003.391-69

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 23 dias do mês de setembro de 2024, às 09 horas, na sede social da Raízen Energia S.A., localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.100, 11º andar, parte V, Itaim Bibi, CEP 04538-132, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo ("RESA" ou "Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber: Ricardo Dell Aquila Mussa, Francis Vernon Queen Neto e Teófilo Lacroze, nos termos do Artigo 15, Parágrafo Quarto, de seu Estatuto Social, razão pela qual ficam dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Artigo 15, Parágrafo Segundo, do Estatuto Social da Companhia. **3. Composição da Mesa: Ricardo Dell Aquila Mussa -** Presidente; **Jessica Bittencourt Poppe -** Secretária. **4. Ordem do Dia:** Deliberar, no âmbito da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em até duas séries, da Raízen S.A., sociedade por ações com registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, categoria A, sob o nº 2591-7, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Afonso Arinos de Melo Franco, nº 222, Bloco 2, sala 321, CEP 22631-455, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.453.598/0001-23 ("Emissora"), nos termos do artigo 59, parágrafo 1° da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), no valor total de R$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), conforme os termos e condições a serem estabelecidos conforme *"Instrumento Particular de Escritura da 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em até 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Raízen S.A."* ("Escritura de Emissão"), sobre **(i)** a aprovação da outorga de garantia fidejussória na forma de fiança, pela Companhia, por meio da qual a Companhia se obrigará, solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, perante os titulares das Debêntures, como fiadora, principal pagadora e solidariamente responsável, sendo responsável pelo fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão ("Fiança"), com a expressa renúncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 822, 824, 827, 830, 834, 835, 837, 838, 839 e 844, parágrafo 1º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e artigos 130, inciso II, 131 e 794, ambos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015; **(ii)** a autorização expressa à diretoria da Companhia para praticar todos os atos, tomar as providências e adotar todas as medidas necessárias para a efetivação das deliberações desta reunião; e **(iii)** a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia ou por seus procuradores para a realização da Emissão e/ou da Oferta. **5. Deliberações:** Após análise das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram por unanimidade e sem ressalvas: **(i)** a aprovação da outorga da Fiança; **(ii)** a autorização expressa à diretoria da Companhia para praticar todo e qualquer ato e assinar todo e qualquer documento correlato necessário à implementação da deliberação acima; e **(iii)** a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia ou por seus procuradores para a realização da Emissão e/ou da Oferta, inclusive aqueles relacionados aos atos descritos no item "(ii)" acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais se lavrou a presente Público ata que, depois de lida, achada conforme e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Ricardo Dell Aquila Mussa - Presidente da Mesa; Jessica Bittencourt Poppe - Secretária. Conselheiros Presentes: Ricardo Dell Aquila Mussa, Francis Vernon Queen Neto e Teófilo Lacroze. São Paulo, 23 de setembro de 2024. Confere com a original lavrada em livro próprio. **Jessica Bittencourt Poppe -** Secretária.

Blau Farmacêutica S.A.

Blau FARMACÊUTICA

CNPJ/ME nº 58.430.828/0001-60 - NIRE nº 35.300.416.406 - (Companhia Aberta)

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 22 de Agosto de 2024

22/08/2024, às 09h, na sede social da Blau Farmacêutica S.A.. **Presença:** A presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Deliberações:** (i) adicionalmente à aprovação ocorrida em 15/05/2024, a emissão nova de Standby Letter, no valor global de USD100mil, com vigência de 12 meses a partir de sua data de emissão, tendo como beneficiários as subsidiárias da Companhia: a) Plex Plasma Experts Corp.; b) Plex Plasma Flamingo LLC; c) Hemarus Plasma Lauderhill LLC; e d) Hemarus Plasma Miami Northside LLC, tendo como afiançado o Banco CitiBank S.A., a fim de viabilizar a emissão de cartões de crédito, com a finalidade de pagamentos a fornecedores e demais despesas locais destas subsidiárias (Esta Standby Letter deverá funcionar como lastro para a emissão destes cartões de crédito). Ambas Standby Letters aprovadas por este Conselho levarão a garantia ofertada pela Companhia ao limite de USD200mil. (ii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para realização do disposto no item (i) acima. **Encerramento:** Nada mais a tratar. Cotia, 22/08/2024. Mesa: **Rodolfo Alfredo Gerardo Hahn -** Presidente da Mesa; **Paulo Zaccharias Neto -** Secretário. **JUCESP** nº 338.353/24-0 em 11/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PLD Jundiaí II Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF nº 12.446.745/0001-68 - NIRE 35.224.621.491

Ata de Reunião de Sócios

1) Data e Local: No dia 23/09/2024, às 09:00 horas, na sede social da **PLD Jundiaí II Empreendimentos Imobiliários Ltda.** ("Sociedade"), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira Ferraz, 68, 8º andar, conjunto 83, Vila Olímpia, CEP 04552-040. **2) Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos sócios, a saber: (a) **PLD 16 Empreendimentos Imobiliários Ltda.,** sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira Ferraz, 68, 8º andar, conjunto 83, Vila Olímpia, CEP 04552-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.157.697/0001-01, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.227.089.013, neste ato representada por seu administrador, Sr. Odair dos Santos, brasileiro, solteiro, contator, portador da cédula de identidade RG nº 19.822.743-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.031.488-05, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Elvira Ferraz, 68, 8º andar, conjunto 83, Vila Olimpia, CEP 04552-040 ("PLD 16"); e **Prologis Brazil Finco Sub, LLC,** organizada sob as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede em Corporation Service Company, 2711, Centerville Road, Conjunto 400, New Castle Country, Wilmington, Estado de Delaware 19808, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.639.747/0001-07, neste ato representada por seu procurador, Sr. Odair dos Santos, acima qualificado ("Prologis Finco Sub", designada conjunta e indistintamente com PLD 16 simplesmente como "Sócias"). **3) Mesa:** Presidente: Sr. **Odair dos Santos.** Secretário: Sr. **Mario Henrique Cerqueira de Araújo. 4) Ordem do Dia:** (i) realizar o aumento do capital social da Sociedade; (ii) realizar a redução do capital social da Sociedade; e (iii) aprovar o novo valor do capital social e, consequentemente, alterar a redação da Cláusula 6 do Contrato Social. **5) Deliberações:** Os Sócios deliberaram por unanimidade, sem restrições ou ressalvas: i. Aprovar o aumento do capital social da Sociedade, de R$ 25.278.632,00 (vinte e cinco milhões, duzentos e setenta e oito mil, seiscentos e trinta e dois reais) para R$ 25.377.632,00 (vinte e cinco milhões, trezentos e setenta e sete mil, seiscentos e trinta e dois reais), um aumento, portanto, de R$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais), com a criação de 99.000 (noventa e nove mil) quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas pela Sócia PLD 16 e integralizadas mediante capitalização de aportes por esta realizados a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social no valor de R$ 99.000,00 (noventa mil reais). A sócia Prologis Finco Sub, neste ato, declara a sua anuência à subscrição das novas quotas pela sócia PLD 16 e renuncia a eventual direito de preferência para subscrição proporcional de tais novas quotas. Deixa-se, por ora, de alterar a Cláusula 6 do Contrato Social da Sociedade em razão das deliberações abaixo. ii. Considerando o excesso do capital social da Sociedade em relação ao seu objeto social, aprovar, nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil, a redução do capital social em R$ 15.700.000,00 (quinze milhões e setecentos mil reais), com o cancelamento de 15.700.000 (quinze milhões e setecentas) quotas sociais, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, todas de titularidade da sócia PLD 16. As quotas ora canceladas estavam totalmente integralizadas e serão restituídas à sócia PLD 16 mediante pagamento em moeda corrente nacional. iii. Em decorrência da redução de capital deliberada, aprovar o novo valor do capital social, que passa de R$ 25.377.632,00 (vinte e cinco milhões, trezentos e setenta e sete mil, seiscentos e trinta e dois reais) para R$ 9.677.632,00 (nove milhões, seiscentos e setenta e sete mil, seiscentos e trinta e dois reais), dividido em 9.677.632 (nove milhões, seiscentas e setenta e sete mil, seiscentas e trinta e duas) quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma. Assim, a Cláusula 6 do Contrato Social, já considerando o aumento de capital previsto no item '(i)' da ordem do dia e a redução de capital ora aprovada, passa a viger com a seguinte redação: *"**Cláusula 6 -** A Sociedade tem um capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional de R$ 9.677.632,00 (nove milhões, seiscentos e setenta e sete mil, seiscentos e trinta e dois reais), dividido em 9.677.632 (nove milhões, seiscentas e setenta e sete mil, seiscentas e trinta e duas) quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, distribuídas da seguinte forma:* ***Quotista - Quotas - Valor (R$):*** PLD 16 Empreendimentos Imobiliários Ltda. - *9.677.631 - 9.677.631,00; Prologis Brazil Finco Sub, LLC - 1 - 1,00* ***Total -*** *9.677.632* - R$ 9.677.632,00. ***6.1 -*** *A responsabilidade de cada Sócia está limitada ao valor total de suas quotas, ficando ressalvado, entretanto, que as sócias são solidariamente responsáveis pela integralização do capital social.".* **6) Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata e assinada por todos os presentes. São Paulo/SP, 23/09/2024. **Odair dos Santos -** Presidente e Administrador; **Mario Henrique Cerqueira de Araújo -** Secretário e Administrador. **PLD 16 Empreendimentos Imobiliários Ltda. -** *p. Odair dos Santos;* **Prologis Brazil Finco Sub, LLC -** *p.p. Odair dos Santos.* Contadora Responsável: **Renata Scavone Kerr -** CRC SP nº 26.320/0-2.

VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 25.005.683/0001-09 - NIRE 35.300.492.307

EDITAL DE 1ª CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, EM 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) SÉRIES, DA 46ª (QUADRAGÉSIMA SEXTA) EMISSÃO, DA VERT COMPANHIA SECURITIZADORA LASTREADOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO DEVIDOS PELA BRF S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), em 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries, da 46ª (Quadragésima Sexta) Emissão, da VERT COMPANHIA SECURITIZADORA ("Titulares dos CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente) e a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS ("Agente Fiduciário"), em atenção ao disposto na Cláusula 12 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio em 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries, da 46ª (Quadragésima Sexta) Emissão da Emissora ("Termo de Securitização"), a participarem da assembleia especial de Titulares dos CRA, que será realizada, em primeira convocação, no dia **22 de outubro de 2024, às 14h30**, via vídeo conferência, através da plataforma "*Zoom*", coordenada pela Emissora, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60" e "Assembleia"), para examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado da Emissão (conforme definido no Termo de Securitização) apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sem ressalvas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022, 2023 e 2024. Ficam os senhores Titulares dos CRA da Emissão cientes de que, nos termos do Art. 25, §2º da Resolução CVM 60, as demonstrações contábeis do patrimônio separado que não contiverem ressalvas podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Informações Gerais: A presente Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, via vídeo conferência, através da plataforma "*Zoom*", sendo certo que o link de acesso à Assembleia será disponibilizado, oportunamente, pela Emissora e, ainda, a assinatura da ata será realizada digitalmente, conforme autorizado pela Resolução CVM 60. Os Titulares dos CRA poderão se fazer representar na Assembleia por procuração, emitida por instrumento público ou particular, acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgado, conforme previsto no art. 127 da Lei 6.404/76. Os documentos pessoais e, caso aplicável, instrumentos de mandato com poderes para representação na referida Assembleia deverão ser encaminhados para a Emissora, no e-mail juridico.ops@vert-capital.com e ri@vert-capital.com, com cópia ao Agente Fiduciário, no e-mail assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da Assembleia. São Paulo, 25 de setembro de 2024. **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA**

VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 25.005.683/0001-09 - NIRE 35.300.492.307

EDITAL DE 1ª CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, EM SÉRIE ÚNICA, DA 60ª (SEXAGÉSIMA) EMISSÃO DA VERT COMPANHIA SECURITIZADORA LASTREADOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO DEVIDOS PELA BRF S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), em Série Única, da 60ª (Sexagésima) Emissão, da VERT COMPANHIA SECURITIZADORA ("Titulares dos CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente) e a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS ("Agente Fiduciário"), em atenção ao disposto na Cláusula 12 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio em Série Única, da 60ª (Sexagésima) Emissão da Emissora ("Termo de Securitização"), a participarem da assembleia especial de Titulares dos CRA, que será realizada, em primeira convocação, no dia **29 de outubro de 2024, às 14h30**, via vídeo conferência, através da plataforma "*Zoom*", coordenada pela Emissora, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60" e "Assembleia"), para examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado da Emissão (conforme definido no Termo de Securitização) apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sem ressalvas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022, 2023 e 2024. Ficam os senhores Titulares dos CRA da Emissão cientes de que, nos termos do Art. 25, §2º da Resolução CVM 60, as demonstrações contábeis do patrimônio separado que não contiverem ressalvas podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Informações Gerais: A presente Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, via vídeo conferência, através da plataforma "*Zoom*", sendo certo que o link de acesso à Assembleia será disponibilizado, oportunamente, pela Emissora e, ainda, a assinatura da ata será realizada digitalmente, conforme autorizado pela Resolução CVM 60. Os Titulares dos CRA poderão se fazer representar na Assembleia por procuração, emitida por instrumento público ou particular, acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgado, conforme previsto no art. 127 da Lei 6.404/76. Os documentos pessoais e, caso aplicável, instrumentos de mandato com poderes para representação na referida Assembleia deverão ser encaminhados para a Emissora, no e-mail juridico.ops@vert-capital.com e ri@vert-capital.com, com cópia ao Agente Fiduciário, no e-mail assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da Assembleia.

São Paulo, 25 de setembro de 2024. **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA**

Nascentes do Xingu Investimentos S.A.

CNPJ/ME nº 19.190.733/0001-64 - NIRE 35.300.470.044 (*Companhia*)

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 20 de Agosto de 2024

Data, Horário e Local: 20/08/2024, às 09h, na sede social da Companhia. **Presença:** a presença da totalidade das acionistas da Companhia, conforme assinaturas constantes no "Livro de Presença de Acionistas". **Mesa:** Presidente: Sr. **Yaroslav Memrava Neto;** Secretário: Sr. **Fabiano Abujadi Puppi. Deliberações:** resolveram: **(i)** tomar conhecimento das renúncias apresentadas pelo Sr. **Guillermo Deluca,** RG nº 212.5151825 (SSP/RS), CPF/ME nº 814.290.290-72, do cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, pelo Sr. **Erich Wyatt,** RG nº 10.965.489-7, CPF/ME nº 078.669.007-01, do cargo de suplente do Sr. Guillermo Deluca do Conselho de Administração da Companhia e pelo Sr. **Francinett Vidigal Junior,** RG nº 7.655.227-5 (SSP/SP), CPF/ME nº 005.173.318-88, do cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, conforme termos de renúncia arquivados na sede da Companhia; **(ii)** aprovar a indicação do Sr. **Edmundo José Rodrigues Neto,** RG nº 562634502 SSP/SP, CPF/ME nº 983.867.601-25, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, conforme termo de posse arquivado na sede da Companhia; **(iii)** aprovar a eleição do Sr. **Renato Medicis Maranhão Pimentel,** RG nº 479.8481 (SSP/PE), CPF/ME nº 019.247.834-60, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, da Sra. **Carla Nadeu Bushatsky,** RG nº 32702678 (SSP/SP), CPF/ME nº 326.954.078-74, para o cargo de suplente do Sr. Renato Medicis Maranhão Pimentel do Conselho de Administração da Companhia, e da Sra. **Julia Maria dos Santos**, RG nº 44.049.645-7 (SSP/SP), CPF/ME nº 355.710.958-57, para o cargo de suplente do Sr. Edmundo José Rodrigues Neto do Conselho de Administração da Companhia, conforme termos de posse arquivados na sede da Companhia; e **(iv)** aprovar a reeleição do Sr. **Radamés Andrade Casseb,** RG nº 63605236 (SSP/SP), CPF/ME nº 469.079.982-20, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia e do Sr. **Fabiano Abujadi Puppi,** RG nº 23.688.586-8 (SSP/SP), CPF/ME nº 269.453.778-22, para o cargo de suplente do Sr. Radamés Andrade Casseb do Conselho de Administração da Companhia, conforme termos de posse arquivados na sede da Companhia. Os membros efetivos e suplentes eleitos e reeleitos do Conselho de Administração da Companhia terão um mandato unificado 03 anos, a contar da presente data, conforme estatuto social da Companhia. **Encerramento:** nada mais havendo a ser tratado. São Paulo/SP, 20/08/2024. **Mesa:** Yaroslav Memrava Neto - **Presidente;** Fabiano Abujadi Puppi - **Secretário. Acionistas: AEGEA Saneamento e Participações S.A.** (por Yaroslav Memrava Neto e Fabiano Abujadi Puppi); **NX Saneamento S.A.** (por Edmundo José Rodrigues). **JUCESP** nº 336.005/24-6 em 05/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Sul América Seguradora de Saúde S.A. - CNPJ/ME nº 47.184.510/0001-20 - NIRE 35300187024.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2024. Data, Hora e Local: Em 20 de agosto de 2024, às 14h30min, por meio de videoconferência. **Presença:** Única acionista representando a totalidade do capital social. **Convocação:** Dispensada na forma do art. 124, §4º da Lei 6.404/76. **Mesa:** Presidente: Raquel Reis Correa; Secretária: Sofia Lemos Antunes Maciel. **Deliberações:** Matérias aprovadas pela única acionista da Companhia, sem quaisquer emendas ou ressalvas. I. Eleger, para o mandato em curso que terminará em data coincidente com a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2025, como **Diretor sem designação especial da Companhia**, o Sr. **Pedro Henrique Dias da Cruz Loretti Vaz de Almeida**, brasileiro, casado, médico, portador da cédula de identidade nº 20.884.282-3 (Detran-RJ), inscrito no CPF/ME sob o nº 106.417.647-07, residente e domiciliado em São Paulo, SP, com endereço profissional na Alameda Santos, nº 2.101, Cerqueira César, São Paulo/SP, o qual declara estar desimpedido na forma da lei para o exercício do respectivo cargo, tendo apresentado as respectivas declarações requeridas pela lei, as quais foram devidamente arquivadas na sede da Companhia. II. Consignada a atual composição da Diretoria da Companhia, sendo: **(i) Diretora Presidente**: Raquel Reis Correa; **(ii) Diretores sem designação especial:** Glaucia Maria Ribeiro de Carvalho, Gustavo Kohn Giometti, Heitor Augusto Pereira Barbosa, Jefferson Klock, Jonas Berbert Pulcheri, Juliano Kiguchi Tomazela, Otávio de Garcia Lazcano, Pedro Henrique Dias da Cruz Loretti Vaz de Almeida, Rafael Pinto Fróes, Tereza Villas Boas Veloso e Thiago de Carvalho Gomes. III. Consignar que a remuneração global e anual dos administradores foi fixada pela Assembleia Geral Ordinária de 30.04.2024. IV. Consignado o atual quadro de responsáveis pelas funções regulatórias perante a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS: **Raquel Reis Correa**: representante legal junto à ANS; **Glaucia Maria Ribeiro de Carvalho**: responsável pelo disposto na Lei nº 9.613/98; e **Tereza Villas Boas Veloso**: responsável pela área técnica de saúde e responsável titular pela troca de informações em saúde suplementar (Resolução Normativa ANS nº 497/2022). **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente ata no livro próprio, em forma de sumário, nos termos do §1º do art. 130 da Lei 6.404/76, que foi assinada pela Mesa e pelos acionistas. São Paulo, 20 de agosto de 2024. **Assinaturas:** Raquel Reis Correa, Presidente da Assembleia; Sofia Lemos Antunes Maciel, Secretária da Assembleia. **Acionistas:** Sul América Companhia de Seguro Saúde, representada por sua procuradora Sofia Lemos Antunes Maciel, advogada. JUCESP nº 348.688/24-6 em 20/09/2024. Secretária Geral: Maria Cristina Frei.

TBB Gestão de Restaurantes S.A.

CNPJ nº 23.259.011/0001-96 - NIRE/SP 35300489055

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas

A TBB Gestão de Restaurantes S.A., CNPJ nº 23.259.011/0001-96, NIRE 35300489055, convoca os seus acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada de forma exclusivamente **digital**, no dia 03/10/2024, às 10h00, pela plataforma de **vídeo conferência** *Google Meet*, no link "https://meet.google.com/zwk-cnrw-dav" e senha "986048271" ou disque: +55 11 4935-3275, para a seguinte ordem do dia: (i) alteração do endereço da sede; (ii) alteração do endereço da filial NIRE 35906132583; e (iii) alteração do Artigo 2 do estatuto social. A participação e a votação a distância dos acionistas podem ocorrer mediante o envio de boletim de voto a distância disponibilizados aos acionistas nesta data e/ou mediante o acesso ao link indicado acima pelo acionista ou procurador devidamente constituído. Encontram-se à disposição dos acionistas no link https://drive.google.com/drive/folders/1bsmv2BJTlnUkofrLwh8aJMpfE-_tlG9d os documentos e informações necessárias à realização da assembleia. Esse edital cancela e substitui a convocação anterior. São Paulo/SP, 24 de setembro de 2024. **Francislei Moreira Custódio,** Conselheiro de Administração. (24, 25 e 26/09/2024)